



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – PPGSS

EMANOEL NAZARENO CADÓ

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA E OS BANCOS COMUNITÁRIOS
DE DESENVOLVIMENTO: A EXPERIÊNCIA DE
SÃO MIGUEL DO GOSTOSO**

NATAL/RN

2017

EMANOEL NAZARENO CADÓ

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA E OS BANCOS COMUNITÁRIOS
DE DESENVOLVIMENTO: A EXPERIÊNCIA DE
SÃO MIGUEL DO GOSTOSO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Área de concentração: Sociabilidade, Serviço Social e Política Social.

Linha de pesquisa: Serviço Social, Trabalho e Questão Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Carla Montefusco de Oliveira.

NATAL/RN

2017

Catálogo da Publicação na Fonte.
UFRN – Biblioteca Setorial do CCSA

Cadó, Emanuel Nazareno.

A economia solidária e os bancos comunitários de desenvolvimento: a experiência de São Miguel do Gostoso / Emanuel Nazareno Cadó. - Natal, RN, 2017. 115f.

Orientadora: Profa. Dra. Carla Montefusco de Oliveira.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-graduação em Serviço Social.

1. Economia Solidária – Dissertação. 2. Lutas de classes – Dissertação. 3. Finanças Solidárias - Dissertação. 4. Bancos Comunitários - Desenvolvimento e Capitalismo - Dissertação. I. Carla Montefusco de. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BS/CCSA

CDU 330.342.146

Emanoel Nazareno Cado

A ECONOMIA SOLIDÁRIA E OS BANCOS COMUNITÁRIOS DE
DESENVOLVIMENTO: a experiência de São Miguel do Gostoso

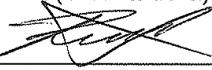
Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Serviço Social da
Universidade Federal do Rio Grande do
Norte como requisito parcial para obtenção
do grau de Mestre em Serviço Social.

Aprovada em 15/08/2017

Banca Examinadora



Prof. Dra. Carla Montefusco de Oliveira - UFRN
(Orientadora)



Prof. Dr. Roberto Marinho Alves da Silva - UFRN
(Examinador Interno à Instituição)



Prof. Dr. Maurício Sardá de Faria - UFPB
(Examinador Externo à Instituição)

Prof. Dra. Rita de Lourdes de Lima - UFRN
(Suplente)

A Economia Solidária e os Bancos Comunitários de Desenvolvimento:
a experiência de São Miguel do Gostoso

Às oprimidos de todos os lugares e de todos os tempos, dedico.

AGRADECIMENTOS

A presente etapa acadêmica que agora se finda se caracteriza por duas especificidades que me encham de alegria e orgulho: a primeira foi do meu retorno à academia após 10 anos de distanciamento, em virtude de necessidades materiais de sobrevivência; e a segunda, pelo fato de realizar tal empreitada numa idade em que muitos não mais se desafiam a fazê-la, por já se sentirem realizados profissionalmente, por comodismo, ou outras justificativas quaisquer. Portanto, o meu sentimento de realização pessoal é incomensurável. Toda via, mais importante é saber que nessa caminhada de construção da presente dissertação não estive sozinho, pois contei com pessoas que de diferentes formas me ajudaram a trilhá-la, as quais passo a agradecer:

Aos meus pais, Francisco Cadó e Lucília Cadó, cuja vida me deram, e que, dentro de suas possibilidades e limitações, impostas pela difícil realidade social de quem migra do interior para capital em busca de melhores condições de vida e, principalmente, de educação para os filhos, me ensinaram valores balizadores da minha trajetória de vida. Minha dedicação e cuidado.

As minhas amorosas filhas, Maria e Joane, a partir das quais renovo diariamente o meu sentido de existência. Sigo aprendendo mais do que ensinando a vocês.

Aos meus irmãos, Raimunda Cadó e Emílio Cadó, eternos parceiros de vida, os quais, cada um a seu modo, jamais me deixaram sozinho ou desamparado nas escolhas que fiz na vida. Estaremos juntos sempre!

A minha companheira de caminhada e de vida, Marilene, com quem divido o meu amor, a minha cama, e as minhas alegrias e tristezas há vinte anos. Sem a sua força, cuidado e dedicação, dificilmente teria fôlego e muito menos saúde para chegar ao final dessa etapa. Amor de vida!

A minha incansável e competente orientadora, Carla Montefusco, com a qual convivi de forma incrivelmente harmoniosa nesses dois anos e com quem aprendi como se faz uma orientação que não deixa o orientando se perder no caminho, mas estimula constantemente a sua autonomia. Foram dois anos de construção de uma sólida parceria e de uma grande amizade. Espero ter a capacidade de fazer o mesmo com os meus futuros orientandos e orientandas. Muito obrigado, mesmo!

A CAPES, por garantir a minha sobrevivência durante toda a caminhada do mestrado.

Aos professores da banca de defesa: Roberto Marinho e Maurício Sardá, pela disponibilidade de realizar a leitura e a crítica ao relatório dissertativo.

A minha querida amiga e professora, Iris Oliveira, que me acolheu e foi de fundamental importância para o meu retorno a UFRN, por todas as dicas de referências, inclusive, pela verdadeira biblioteca sobre economia solidária que me deixou à disposição. Muito grato por tudo.

As demais professoras do Grupo de Estudos e Pesquisas em Questão Social, Política Social e Serviço Social: Regina Ávila, Rosângela Alves, Edla Hoffmann Ilena Felipe e Eliana Andrade, pelas ricas contribuições à construção do projeto.

As meninas superpoderosas da turma do mestrado 2015 que me acolheram de braços abertos no mundo das ASs: Analice Barreto, Chrislayne Caroline, Lenilze Cristina, Gleyca Thiês, Ízala Sarah, Lizete Augusta, Maiara Pacífico, Maurren de Oliveira, Micaela Alves, Micarla de Moura, Samya Katiane, Sheila da Silva, Suyanne Gurgel e Taciana Carla. Sigamos “juntas”.

A professora Rita de Lourdes, coordenadora do PPGSS, e a Maria Lúcia (Lucinha), secretária do PPGSS, grato pela delicadeza que sempre atenderam as minhas demandas de mestrando.

As companheiras discentes dos grupos de pesquisa: Questão social, Política Social e Serviço social; e Direito e Responsabilidade Social.

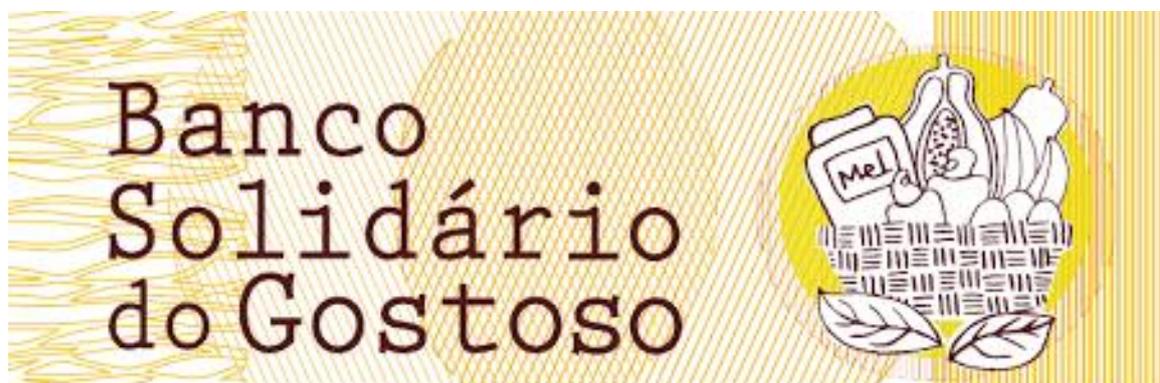
Aos companheiros e companheiras que fazem a experiência do Banco Comunitário do Gostoso (BSG), na pessoa de José Priciano (Nino), membro da AMJP e agente de crédito do banco. Obrigado pela acolhida e por facilitar minha vida de pesquisador nos caminhos de Tabua.

As instituições: UFRN, ITES/UFBA, AACC e AMJP, por possibilitar o livre acesso aos entrevistados.

A todos os entrevistados que participaram da pesquisa, pois sem eles, o movimento do real continuaria na aparência do fenômeno.

E, ainda, aos meus velhos amigos Aécio (Magá), Iranilsom (Bodão), Macedo (cumpade) e Auton (Querido), por estarem sempre disponíveis a uma boa conversa e a uma cerveja gelada, quando vinham as agonias da pesquisa.

FIGURA 1



MOEDA SOCIAL GOSTOSO



Entidade Gestora
ASSOCIAÇÃO DE
MULHERES JOVENS E
PRODUTORES DE TABUA



Secretaria Nacional de
Economia Solidária
Ministério do
Trabalho e Emprego



Figura 1: Logo do Banco Solidário do Gostoso

POEMA

Prepare o seu coração
Pras coisas
Que eu vou contar
Eu venho lá do sertão
Eu venho lá do sertão
Eu venho lá do sertão
E posso não lhe agradar

/.../

Mas o mundo foi rodando
Nas patas do meu cavalo
E nos sonhos
Que fui sonhando
As visões se clareando
As visões se clareando
Até que um dia acordei

/.../

Mas o mundo foi rodando
Nas patas do meu cavalo
E já que um dia montei
Agora sou cavaleiro
Laço firme e braço forte
Num reino que não tem rei

(Trechos selecionados da canção “Disparada”)

Geraldo Vandré.

CADÓ, Emanuel Nazareno Cadó. A Economia Solidária e os Bancos Comunitários de Desenvolvimento: A Experiência de São Miguel do Gostoso. 115. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2017.

RESUMO

O objeto central do presente trabalho são os processos de autonomia e heteronomia dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) por meio do recorte dado ao estudo da trajetória da experiência denominada de Banco Solidário do Gostoso (BSG), com lócus na Comunidade de Tabua, Município de São Miguel do Gostoso/RN, no período que vai de 2011 até o ano de 2015. Para tanto, definimos como objetivo geral da pesquisa analisar a articulação entre os processos de autonomia e heteronomia na trajetória do Banco Solidário do Gostoso, com base nas dimensões: econômico-política, técnico-institucional e sociopedagógica dessa experiência. Quanto ao método de investigação, nos definimos pelo materialismo histórico-dialético na perspectiva quanti-qualitativa ou mista. Como técnicas de pesquisas, trabalhamos com a análise documental e bibliográfica, 01 (um) grupo focal, aplicado junto às mulheres da AMJP e 05 (cinco) entrevistas semiestruturadas, aplicadas junto ao empreendedor beneficiário, ao gestor representante da AMJP, ao técnico representante da organização proponente – Associação de Apoio às Comunidades do Campo (AACC), ao técnico representante da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial (ITES) e ao professor do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), pesquisador da temática e ex-gestor da Secretaria Nacional de Economia solidária (SENAES). A hermenêutica-dialética foi o método de análise escolhido para trabalharmos com o material apanhado durante o desenvolvimento da pesquisa. Quanto aos resultados alcançados, duas considerações: 1) os limites de operacionalização do banco impostos pelo mercado, o processo de institucionalização dos movimentos sociais com suas limitações legais e a priorização dos processos formativos voltados à natureza das práticas empreendidas pelos BCDs no seu território e ao aperfeiçoamento das ferramentas de gestão dos BCDs nos revelam uma heteronomia no curso de implantação e desenvolvimento do BSG, com consequências negativas às condições emancipatórias dos que vivem naquela comunidade. 2) O nosso entendimento é que o processo degenerativo de experiências como a de Tabua se funda não só na resistência da ordem, dada a vinculação da forma Estado à forma economia, mas, também, na heterogeneidade de conformação da economia solidária no Brasil, a qual termina por fragilizar e desequilibrar a correlação de forças entre o capital e o trabalho.

Palavras chaves: Lutas de classes, Economia Solidária, Finanças Solidárias, Bancos Comunitários de Desenvolvimento e Capitalismo.

CADÓ, Emanuel Nazareno Cadó. The Solidarity Economy and the Community Development Banks: The Experience of São Miguel do Gostoso. 115. Dissertation (Master degree) - Post-Graduation Program in Social Work. Rio Grande do Norte Federal University. Natal, 2017.

ABSTRACT

The central objective of the present work is the autonomy and heteronomy processes of the Community Development Banks (BCDs) through the study of the trajectory of the experience called Solidary Bank of the Gostoso (BSG), with a locus in the Community of Tabua, Of São Miguel do Gostoso / RN, in the period from 2011 to 2015. For this purpose, we defined as a general objective of the research to analyze the articulation between the autonomy and heteronomy processes in the Banco Solidário do Gostoso trajectory, based on the Dimensions: economic-political, technical-institutional and sociopedagogical of this experience. As for the method of investigation, we define ourselves by historical-dialectical materialism in the quantitative-qualitative or mixed perspective. As research techniques, we worked with documentary and bibliographical analysis, 01 (one) focus group, applied to AMJP women and 05 (five) semi-structured interviews, applied to the beneficiary entrepreneur, AMJP representative manager, (AACC), the representative of the Technological Incubator of Solidarity Economy and Management of Territorial Development (ITES) and the professor of the Department of Social Service of the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN) , Researcher of the subject and former manager of the National Secretariat of Solidarity Economy (SENAES). Hermeneutic-dialectic was the method of analysis chosen to work with the material caught during the development of the research. Regarding the results achieved, two considerations are: 1) the bank's operationalization limits imposed by the market, the process of institutionalization of social movements with their legal limitations, and the prioritization of training processes focused on the nature of the practices undertaken by BCDs in their territory and Improvement of the management tools of the BCDs reveals a heteromy in the course of implementation and development of the BSG, with negative consequences to the emancipatory conditions of those living in that community. 2) Our understanding is that the degenerative process of experiences such as that of Tabua are based not only on the resistance of order, given the linkage of the State form to the economy form, but also, in the heterogeneity of the conformation of the solidarity economy in Brazil, the Which ends up weakening and unbalancing the correlation of forces between capital and labor.

Keywords: Class struggles, Solidarity Economy, Solidary Finance, Community Development Banks and Capitalism.

LISTA DE SIGLAS

AACC	Associação de Apoio às Comunidades do Campo do Rio Grande do Norte
ABCRED	Associação Brasileira de Entidades Operadoras de Microcrédito e Microfinanças
ADS	Agência de Desenvolvimento Solidário
AFESOL	Articulação e Fortalecimento de Empreendimentos Solidários
AMJP	Associação de Mulheres e Jovens produtoras da Comunidade de Tabua
ASMOCONP	Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras
BCD	Banco Comunitário de Desenvolvimento
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CADSOL	Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários
CCSA	Centro de Ciências Sociais Aplicadas
CEAHS	Centro de Educação e Assessoria Herbert de Souza
CE	Estado do Ceará
CEF	Caixa Econômica Federal
CEDEC	Centro de Desenvolvimento Comunitário
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CUT	Confederação Única dos Trabalhadores
DESSO	Departamento de Serviço Social
FAPEX	Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FBB	Fundação Banco do Brasil
FOPP	Fórum de Participação Popular nas Políticas Públicas de São Miguel do Gostoso
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FPES	Fórum Potiguar de Economia Solidária
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

A Economia Solidária e os Bancos Comunitários de Desenvolvimento:
a experiência de São Miguel do Gostoso

IBICT	Instituto brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
INICIES	Incubadora de Iniciativas e Empreendimentos Solidários
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
ITES	Incubadora Tecnológica de economia solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAC	Projeto Alternativo Comunitário
PNMPO	Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado
PPGSS	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
PRONACOOP	Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho
PRONINC	Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
PT	Partido dos Trabalhadores
RN	Estado do Rio Grande do Norte
RBBC	Rede Brasileira de Bancos Comunitários
RES	Rede de Economia Solidária
SCA	Sistema Cooperativista dos Assentados
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos do Governo Federal
SIES	Sistema Nacional de Informação de Economia Solidária
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
USP	Universidade de São Paulo

QUADRO CONVENÇÃO DE TRANSCRIÇÕES

CATEGORIAS	SINAIS
Pausas e silêncios	(+)
Truncamento brusco	/
Alongamento de vogal	::
Indicação de transição parcial	...
Indicação de eliminação	/.../
Junção de frases separadas de um mesmo texto que completa uma ideia	[...]
Ratifica o sentido da palavra anterior	()

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. INVENTÁRIO HISTÓRICO.....	21
2.1. CORPORAÇÕES DE OFÍCIO E O COOPERATIVISMO: GÊNESES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	21
2.2. A CRISE DE 1970, A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO.....	32
3. EMPREENDEDORISMO INDIVIDUAL, COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: IDENTIFICANDO A FUNÇÃO SOCIAL.....	37
3.1. EMPREENDEDORISMO INDIVIDUAL: UM ESTRANHO NO MUNDO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA?.....	37
3.2. COOPERATIVISMO NO BRASIL E O “ESPÍRITO DA ÉPOCA”	44
3.3. ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA FORMA DE FAZER AS LUTAS DE CLASSES?	49
4. O PROCESSO DE AUTONOMIA E HETERONOMIA DO BANCO SOLIDÁRIO DO GOSTOSO 65	
4.1. DIMENSÃO ECONÔMICO-POLÍTICA: “TEMPO E ESPAÇO É CULTURA”	65
4.2. DIMENSÃO TÉCNICO-INSTITUCIONAL: “SE A GENTE LEGALIZADA FOI MUITO DIFÍCIL, SE A GENTE NÃO TIVESSE...”	74
4.3. DIMENSÃO SOCIOPEDAGÓGICA: “TRABALHAR JUNTOS DECIDIR AS COISAS JUNTOS EM AUTOGESTÃO.”	77
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIA.....	95
APÊNDICES	102
ANEXOS	109

1. INTRODUÇÃO

No ciclo atual do sistema capitalista, fundamentado no pensamento neoliberal¹, a chamada economia solidária tem se feito presente, a priori, como alternativa ao enfrentamento à pobreza e ao desemprego. São experiências que se capilarizam na contemporaneidade por todo o Brasil, localizando-se, em sua maioria, em comunidades rurais e da periferia das cidades cujos números, de fato, já impressionam: existe hoje no Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL)², ou em processo de análise, um total de 20.559 empreendimentos, representados por suas entidades nacionais e unificados pelo Fórum Brasileiro de economia solidária (FBES). Integram ainda esse fórum: entidades de Assessoria (aquelas que assessoram e fomentam a economia solidária); gestores públicos (aqueles que elaboram, executam e/ou coordenam políticas públicas de economia solidária); movimentos sociais (aqueles que não participam como um segmento dos Fóruns locais e nacional, mas são aliados na construção de lutas comuns, a partir das pautas específicas a cada um); e militantes da economia solidária (aqueles que, não obstante participarem do movimento de economia solidária, não se encaixam em nenhum dos segmentos já citados).

Desse total de empreendimentos, 1.244 estão localizados no Rio Grande do Norte, os quais se organizam em torno do Fórum Potiguar de Economia Solidária (FPES). Cabe ainda o importante registro da atuação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) junto a esses empreendimentos por meio do apoio técnico e formativo da Incubadora de Iniciativas e Empreendimentos Solidários (INICIES), Organização de Aprendizagens e Saberes em Iniciativas Solidárias e Estudos no Terceiro Setor (OASIS) e o Núcleo multidisciplinar de estudos, pesquisa e extensão em Projetos de Engenharia e Gestão Aplicados ao Desenvolvimento Ambiental e Social (Pegadas).

¹ Teoria econômica atual do sistema do capital, defendida por pensadores como Friedrich Von Hayek (1899-1992) e Milton Friedman (1912-2006), e baseada “na desigualdade como valor positivo e na ‘vitalidade da concorrência’ sem interferência do Estado [...] [também identificado como] o ideário econômico liberal ortodoxo.” (NEVES, 2010, p. 43)

² Sistema disponível no site da Secretaria Nacional de economia solidária, do Ministério do Trabalho. Ver mais em: <http://cadsol.mte.gov.br/inter/cadsol/view/empreendimento/geral/main.seam?cid=280> Acesso em 15 de novembro de 2015. (SENAES, 2015)

Com base nesses números, mesmo que de forma ainda preliminar, poderíamos sustentar que o seu processo de publicização, tanto no Brasil quanto no RN, não tem tido o mesmo ritmo que o de capilarização. De qualquer maneira, sua difusão tem chegado ao público em geral por meio de diversos veículos de comunicação disponíveis, dentre os quais: programas de TV (abertas ou fechadas); redes sociais de áudio e vídeo na internet; programação das rádios comunitárias; ou nos momentos presenciais de sensibilização, formação e operacionalização dessas experiências realizadas pelas chamadas entidades do terceiro setor³ cuja atuação se volta para o desenvolvimento local⁴.

No nosso caso, a aproximação inicial à discussão acerca dessa matéria deu-se quando estávamos na condição de Coordenador de Projetos da Fundação Fé e Alegria do Brasil⁵ - Regional/RN. Na oportunidade, acompanhávamos (até o final do primeiro semestre de 2015) o processo de conformação dos Grupos de Mulheres nos Centros de Desenvolvimento Comunitário (CEDEC) Fé e Alegria esperança e Felipe Camarão, localizados, respectivamente, nas Zonas Norte e Oeste da cidade do Natal/RN. Esses dois grupos foram constituídos originalmente com o objetivo de possibilitar momentos de sociabilização para as mães⁶ das crianças e adolescentes atendidas pelo “Projeto Rede Social de Apoio Fé e Alegria”⁷. Dessa forma, além de atividades de alongamento e formação para a cidadania, voltadas à convivência e ao fortalecimento de vínculos desse grupo, as mulheres também realizavam atividades práticas de artesanato com confecção de bisqui⁸ e pintura em pano de prato.

³ “[...] conjunto de organizações sociais que não são nem estatais nem mercantis, ou seja, organizações sociais que, por um lado, sendo privadas, não visam a fins lucrativos, e, por outro lado, sendo animadas por objetivos sociais, públicos ou coletivos, não são estatais”. (SANTOS, p. 13)

⁴ Desenvolvimento local é uma perspectiva de desenvolvimento cujo “combate à pobreza passa a ser objetivo integrado, firmemente interconectado com os diversos outros elementos da qualidade de vida em cinco dimensões: inclusão social, fortalecimento da economia local, inovação na gestão pública, gestão e uso racional de recursos naturais e mobilização social.” (FERRARINI, 2012)

⁵ Principal obra social da Companhia de Jesus no mundo, a Fundação Fé e Alegria Brasil atua hoje em 15 Estados do território nacional e tem como missão “ser um Movimento Internacional de Educação Popular Integral e Promoção Social, baseado nos valores de justiça, liberdade, participação, fraternidade, respeito à diversidade e solidariedade, dirigido à população vulnerável e excluída, para contribuir com a transformação das sociedades.” (FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA, 2010)

⁶ Serviço básico de atendimento socioassistencial, voltado para o fortalecimento de vínculos familiares, como preconiza a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais – Resolução 109 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

⁷ Projeto realizado Pela Fundação Fé e Alegria – Regional RN, nos bairros de Felipe Camarão e Lagoa Azul, respectivamente, Zonas Oeste e Norte da Cidade do Natal, constituído com base na tipificação dos Serviços de Proteção Social básica, de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - Resolução 109 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

⁸ Pequenas esculturas (geralmente em forma de animais) feitas de pano, botões e algodão; ou ainda de massa.

Paulatinamente, ao longo dos últimos 4 anos (2012 a 2015) em que estivemos a serviço da Fundação Fé e Alegria, constatamos, mesmo reconhecendo avanços e retrocessos, que essa experiência conseguiu se robustecer no processo graças a investimentos na formação técnica dos dois grupos e no desejo de trabalhar coletivamente daquelas mulheres. Olhando para o ano de 2015, se, de um lado, o Grupo de Mulheres do CEDEC esperança já se especializara em mosaico com cacos cerâmicos e customização de roupas/bolsas; de outro, o Grupo de Mulheres do CEDEC Felipe Camarão já avançara a passos largos na produção de material de higiene (sabonete líquido, sabonete sólido, água sanitária e desinfetante), além das embalagens para esses produtos, a partir de materiais recicláveis.

Do ponto de vista dos resultados dessa experiência, a nossa avaliação, à época, ainda que superficial, era que, mesmo com os avanços alcançado no processo técnico-produtivo, nos arrastávamos ainda na estratégia de distribuição e na conscientização acerca da gestão financeira da experiência, em sincronia com a formação crítica e a incidência política desses grupos. Nesse sentido, a experiência inicial dentro dos CEDECs Fé e Alegria e as pesquisas bibliográficas subsequentes, voltadas à construção do anteprojeto para o mestrado, nos levaram a duas inquietações as quais, a nosso ver, se imbricavam:

A primeira dizia respeito ao real entendimento acerca dessas experiências, visto que as mesmas precisariam ser mais bem esclarecidas, no sentido de identificarmos suas especificidades, sua identidade, sua função social⁹; caso contrário, a depender da corrente teórica a qual o pesquisador estivesse vinculado, elas poderiam ou conviver de forma complementar ou se antagonizar, implicando daí diferenças concretas na percepção dos processos de formação, produção e distribuição observados na experiência. Ou seja, correríamos o risco de envolver em um mesmo grupo de análise, por exemplo, experiências fundamentadas, segundo seus afetos, na economia clássica liberal do capitalismo concorrencial¹⁰, atualizadas para um papel de complementariedade funcional ao processo de reestruturação

⁹ Nos deteremos sobre essa categoria quando tratarmos da sustentação teórica.

¹⁰ Momento inicial do capitalismo caracterizado pela desconcentração da produção e a separação entre capital industrial e capital financeiro. “Há meio século, quando Marx escreveu O Capital, a livre concorrência era, para a maior parte dos economistas, uma ‘lei natural’. A ciência oficial procurou aniquilar, por meio da conspiração do silêncio, a obra de Marx, que tinha demonstrado, com uma análise teórica e histórica do capitalismo, que a livre concorrência gera a concentração da produção, e que a referida concentração, num certo grau do seu desenvolvimento, conduz ao monopólio.” (LENIN, 1977, p. 590)

produtiva, neoliberal, do capitalismo monopolista¹¹, com outras experiências que se afirmam, por meio dos seus defensores, como herdeiras políticas do cooperativismo, as quais se alicerçaram nos pressupostos fundamentais da participação democrática e da autogestão dos trabalhadores associados. Nos termos de Singer (2012), a possibilidade é que essa última seja o embrião do próximo modo de produção hegemônico.

A segunda inquietação, com base na experiência vivida e no inventário feito sobre o tema, se relacionava à aparente fragilidade desses empreendimentos no que se refere ao seu processo autônomo nos limites do sistema capitalista, visto que boa parte desses, segundo dados preliminares levantados, não conseguia sair da condição de heteronomia em relação ao seu apoiador: por vezes o Estado, por vezes uma organização ou rede de organizações sociais, ou ainda ambos. Nesse sentido, à primeira vista, as experiências estariam fadadas a terem o seu ciclo de vida atrelado ao suporte político-econômico, técnico-institucional e sociopedagógico¹² desse(s) apoiador(es).

Instigados por essas preliminares inquietações, ainda durante a experiência com o Grupo de Mulheres da Fundação Fé e Alegria, passamos a aprofundar a pesquisa acerca do tema, tanto do ponto de vista conceitual quanto das experiências existentes. Foi nesse processo que nos deparamos com uma notícia na internet sobre a existência da primeira experiência de finança solidária no Rio Grande do Norte, denominada de Banco Solidário do Gostoso cuja inauguração data de 21 de dezembro de 2012, no povoado de Tabua, município de São Miguel do Gostoso/RN¹³.

¹¹ Segundo Lenin, “[...] o monopólio, que nasce única e precisamente da livre concorrência, é a transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada. Há que assinalar particularmente quatro variedades essenciais do monopólio, ou manifestações principais do capitalismo monopolista: [...] o monopólio é um produto da concentração da produção num grau muito elevado do seu desenvolvimento. [...] os monopólios vieram agudizar a luta pela conquista das mais importantes fontes de matérias-primas, particularmente para a indústria fundamental e mais cartelizada da sociedade capitalista. [...] o monopólio surgiu dos bancos, os quais, de modestas empresas intermediárias que eram antes, se transformaram em monopolistas do capital financeiro. [...] o monopólio nasceu da política colonial. Aos números os “velhos” motivos da política colonial, o capital financeiro acrescentou a luta pelas fontes de matérias-primas, pela exportação de capitais, pelas “esferas de influência”, isto é, as esferas de transações lucrativas, de concessões, de lucros monopolistas, etc., e, finalmente, pelo território econômico em geral.” (LENIN, 1977, p. 667)

¹² A reflexão acerca dessas três dimensões será aprofundada em capítulo específico.

¹³ Localizado a 102 Km da capital do Estado, Natal, o Município de São Miguel do Gostoso possui a seguinte caracterização territorial: Microrregião Litoral Nordeste; Mesorregião Leste Potiguar; Ano de instalação 1997; Área 343,5km²; População (Censo 2010) 8670hab.; Densidade demográfica 25,12hab/km²; e IDHM (2010) 0,591 – faixa do IDHM Baixo: entre 0,5 e 0,599.

A partir de algumas reflexões acerca do tema realizadas dentro do “Grupo de Estudos e Pesquisa em Questão Social, Política Social e Serviço Social”, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da UFRN, do qual fazíamos e continuamos a fazer parte, resolvemos que a economia solidária seria o tema do anteprojeto a ser apresentado dentro do processo avaliativo de acesso ao Mestrado do PPGSS, com recorte dado às experiências de finanças solidárias denominadas de Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) e, mais especificamente, à experiência do Banco Solidário do Gostoso (BSG), realizada na comunidade Tabua.

Como primeira aproximação informacional acerca desse tema, identificamos que, contemporaneamente, ao nos referirmos aos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs), estatisticamente, estamos falando, segundo o Instituto Palmas (2017), na existência de 103 experiências de BCDs em funcionamento, constituídos através da Rede Brasileira de Bancos Comunitários (RBBC).

A luz das inquietações iniciais levantadas, das aproximações informacionais, e a partir do recorte dado à experiência do Banco Solidário do Gostoso, o problema de pesquisa que se nos apresentou foi: como tem se articulado, desde sua implantação, os processos de autonomia e heteronomia dessa experiência de finança solidária, considerando as dimensões: econômico-política, técnico-institucional e sociopedagógica?

A partir do problema central da pesquisa, propomos, então, um grupo de questões norteadoras que nos ajudaram a decifrar a realidade dessa primeira experiência de BCD no RN, a saber: 1) Qual o contexto histórico de implantação do BSG? 2) Quais foram os sujeitos (perfil) e os processos legais e formativos envolvidos? 3) Quais os impactos sociais produzidos junto à comunidade beneficiada? 4) Qual o potencial de autonomia da experiência do BSG? 5) Quais perspectivas apontam para o futuro dessa experiência como alternativa ao sistema financeiro convencional no desenvolvimento da economia local?

Por fim, chegamos ao objeto central da presente pesquisa, a saber: os processos de autonomia e heteronomia na trajetória da experiência do Banco Solidário do Gostoso, instituído na Comunidade de Tabua, Município de São Miguel do Gostoso, no período que vai de 2011 (apresentação do Projeto em reunião do

Fórum de Participação Popular nas Políticas Públicas de São Miguel do Gostoso – FOPP) até o ano de 2015.

Com o objeto delimitado, então, nos restava definir o objetivo geral do projeto de pesquisa, a saber: Analisar a articulação entre os processos de autonomia e heteronomia na trajetória do BSG, com base nas dimensões: econômico-política, técnico-institucional e sociopedagógica dessa experiência. E, ainda, indicar os objetivos específicos: 1)Analisar o processo de implantação do Banco Solidário do Gostoso; 2)Analisar as condições autonômicas e heteronômicas de funcionamento do Banco Solidário do Gostoso, considerando os resultados da experiência junto aos seus gestores e usuários; e 3)Analisar a experiência do Banco Solidário do Gostoso como alternativa ao sistema financeiro convencional, no que se refere ao desenvolvimento local.

Quanto ao método de investigação, nos definimos pelo materialismo histórico-dialético na perspectiva quanti-qualitativa ou mista, visto que, partimos aqui de um pressuposto central desse método:

“Todos os homens são intelectuais... (pois) não existe atividade humana da qual se possa excluir totalmente a intervenção intelectual, e não se pode separar o homo faber [homem que faz] do homo sapiens [homem que sabe]” (ANTONIO GRAMSCI. La alternativa pedagógica, p 51-52).

O uso de técnicas quanti-qualitativas de coleta e análise dos dados nos permite apreender a realidade como um processo que envolve a objetividade dos números, mas, também, sua interação com a subjetividade daquela realidade. A negação da “relação intrínseca entre quantitativo e qualitativo no movimento constitutivo do real [...] é uma forma de fragmentar a realidade, de negar a unidade.” (PRATES, 2010, p. 16). Não nos associamos, pois, à escola teórica positivista que estabelece uma relação vertical entre o pesquisador e o objeto pesquisado. Em função disso, optamos por uma perspectiva que busca construir uma relação dialógica com esse objeto.

Ainda sobre o método, Soriano (2004), ao refletir sobre a objetividade e a subjetividade na pesquisa empírica chama-nos atenção para importância de conhecermos a realidade desses sujeitos. Assim sendo, como consequência do método de investigação escolhido, optamos por trabalhar com a amostra não probabilística intencional.

No que concerne ao público pesquisado, foram os seguintes grupos escolhidos: 8 (oito) participantes da AMJP¹⁴ (que não estavam na condição de gestores do BSG) e com os quais utilizamos a técnica do Grupo Focal. A escolha por esta técnica se deu pela mesma possibilitar ao pesquisador levantar questões relativas não só ao que as pessoas pensam e expressam, mas, também, como elas pensam e por que pensam, desvelando, assim, o seu nível de consciência. Quanto aos demais entrevistados - 1(um) empreendedor beneficiado pelos BSG, 1 (um) gestor representantes da AMJP no CG, 1 (um) técnico representante da organização proponente AACC, 1 (um) técnico representante da incubadora ITES/UFBA e 1 (um) Professor do Departamento de Serviço Social da UFRN, pesquisador da temática investigada, optamos pela entrevista semiestruturada com questões abertas, em função da quantidade de entrevistados, mas, também, devido à peculiaridade de cada um deles.

Quanto a realização do trabalho de campo propriamente dito, o grupo focal trabalhado junto à AMJP foi realizado na própria comunidade de Tabua, em 06 de fevereiro de 2017. Para a aplicação dessa ferramenta, contei com os valorosos apoios de José Priciano, atual coordenador da AMJP, agente de crédito e representante da Associação no CG do BSG, o qual fez toda a articulação junto ao grupo de 8 (oito) mulheres da Associação; e de Raimunda Cadó, Assistente Social que realizou a relatoria e auxiliou no controle do horário da experiência.

As entrevistas com o empreendedor individual beneficiado pelos serviços do BSG e com o representante da AMJP junto ao CG do BSG foram realizadas na comunidade de Tabua, em 10 de fevereiro de 2017.

Quanto ao técnico representante da AACC no CG do BSG, dentro do período de referência da pesquisa, identificamos que o mesmo não tinha mais vínculo profissional com essa entidade, estando atualmente a serviço da Secretaria

¹⁴ A Associação de Mulheres e Jovens produtoras (AMJP) é resultado do processo de luta pela terra travada durante a década de 1990 na região de Touros/RN onde se localizava a fazenda Zabelê. Com o apoio de entidades como o Movimento Sem Terra (MST), o Serviço de Assistência Rural (SAR), o Centro de Direitos Humanos (CDH) e Associação de Apoio às Comunidades do Campo (AACC), esses trabalhadores rurais constituíram associações comunitárias por todos os assentamentos como estratégia de fortalecimento para essas lutas. Atualmente, a AMJP se insere na defesa de um conjunto de pautas que objetivam a melhoria das condições de vida das pessoas que vivem na Comunidade de Tabua, dentre elas: a agroecologia, a agricultura familiar e o desenvolvimento local. Para tanto, atua em vários empreendimentos solidários de geração de renda, como: produção de doce de caju, artesanato, mel de abelha e o próprio BSG o qual foi constituído a partir do CNPJ da Associação.

de Trabalho, Habitação e Assistência Social do RN (SETHAS). Não obstante, a proposta da entrevista foi prontamente acolhida pelo referido profissional e realizada no dia 14 de fevereiro de 2017, na sala de reuniões da SETHAS.

A mesma situação ocorreu com o técnico da ITES/UFBA que, á época, acompanhou e assessorou a implantação do BSG. O mesmo havia sido aprovado no concurso para professor do Instituto Federal (IF), no município de Macal/RN e, em função disso, não estava mais a serviço da ITES. Da mesma forma, não houve qualquer resistência, nem por parte da ITES e nem por parte do profissional de nos ceder a entrevista cuja realização se deu na sala de professores do IF Central de Natal, dia 17 de fevereiro de 2017.

A última entrevista foi realizada com o professor da UFRN, pesquisador da temática que trata o presente objeto da pesquisa. Além da importância como pesquisador dessa temática, o referido entrevistado tornou-se figura estratégica no plano de operacionalização da pesquisa devido, também, ao mesmo ter trabalhado durante 12 (doze) anos como gestor na SENAES, instituição central para a capilarização da economia solidária no Brasil na contemporaneidade e, conseqüentemente, nos processos de implantação dos BCDs. Essa entrevista foi realizada no dia 21 de fevereiro de 2017, na sala de reunião do Departamento de Serviço Social da UFRN (DESSO).

Para garantia do sigilo das falas obtidas por meio do grupo focal e das entrevistas semiestruturadas, doravante faremos referência a esses participantes através da letra “E”, indicativo de entrevistado(a), e do número ordinal correspondente a cada entrevistado(a). Assim, E1 será a identificação para qualquer entrevistado participante do grupo focal; E2 para o empreendedor individual beneficiário; E3 para o representante da AMJP no CG do BSG; E4 para o técnico da AACCC; E5 para o técnico da ITES; e E6 para o professor da UFRN.

A utilização da análise documental objetivou encontrar dados referenciais que, a partir de uma correta seleção das fontes, nos conduzisse às mediações com a totalidade social por meio da identificação de contradições internas e conexões. Para tanto, acessamos uma gama de documentos como: Plano Nacional de economia solidária (2015-2019); Projeto Básico de implantação do BSG; Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (PRONINC); Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado (PNMPO); Estatuto;

Regimento interno; Textos formativos; Relatórios de execução do convênio; Carteira de clientes, etc.

Por fim, por meio da análise bibliográfica buscamos nos fundamentar acerca das principais correntes teóricas que discutem a economia solidária na atualidade. Desde as que a reconhecem como um movimento maior, uma espécie de expressão de vários movimentos que buscam construir novas bases éticas e culturais de convivência voltadas ao bem-viver; passando por outras que a enxergam como um novo modo de produção instalado nos interstícios do capitalismo, com potencial para substituí-lo; e aquelas que fazem a crítica radical a economia solidária retirando o seu potencial resistivo dentro das lutas de classes e afirmando-o hora como um projeto social hora como uma política pública voltada aos interesses de fragilização da seguridade social¹⁵.

Esses foram os momentos mais específicos da pesquisa, de como fazer, quais técnicas, e com o que fazer - quais instrumentos. Do ponto de vista conceitual-metodológico, as escolhas nos permitiram trabalhar com a triangulação de fontes orais, documentais e bibliográficas. Dessa forma, enriquecemos a pesquisa a partir do cotejamento de fontes diversas.

O estudo de todo material colhido durante o desenvolvimento da pesquisa foi realizado através da hermenêutica-dialética. Tal técnica de análise de texto se sustenta, do lado da hermenêutica, nas categorias: liberdade, necessidade, força, consciência histórica, o todo e as parte; e, do outro lado, nas ideias de crítica, de negação, de oposição, de mudança, de processo, de contradição, de movimento e de transformação da natureza e da realidade, nas quais estão fundadas a dialética.

A hermenêutica, segundo Minayo (2006), se ocupa da arte da compreensão no sentido mais amplo: de biografias a narrativas, de entrevistas a livros. A noção do compreender, portanto, está no centro do pensamento hermenêutico. Com base em autores como Gadamer (1900) e Schleiermacher (1768), a autora expõe as trilhas desse processo. Em suas palavras: “o traço essencial do compreender é o fato de que o sentido do peculiar é sempre resultante do contexto e, em última análise, do todo” (MINAYO, 2006, p. 330). A ideia de que a leitura é um exercício sobre a liberdade humana expressa a possibilidade da vivência da negação em dois

¹⁵ Segundo a Constituição brasileira de 1988, em seu Art. 194, “A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”.(BRASIL, 1988)

sentidos: de encontrar nas palavras e no discurso mais do que intencionava dizer o autor; e a afirmação do ato da compreensão sobre o ato da contemplação, “pois a auto-alienação da contemplação não aproxima o investigador da realidade histórica”. (MINAYO, 2006, p. 330)

Por outro lado, com gênese nas ideias pré-socráticas da *maiêutica*¹⁶, a dialética, após esse sentido original, assume na modernidade uma nova perspectiva a partir de Hegel (1770), agora, nas dimensões: ontológica, lógica e metodológica. Como um filósofo idealista que era Hegel, o mesmo pensava o movimento dialético a partir do espírito que chega ao mundo, sempre nesse sentido. Marx, por sua vez, mantém o entendimento de Hegel acerca da dialética do movimento da história, mas, em acordo com a crítica materialista de Feuerbach, inverte o caminho, fazendo com que a dialética do real construa as ideias.

Já na perspectiva filosófica marxista, “a realidade é um todo dinâmico, em permanente desenvolvimento, em unidades de contrários, cujo conhecimento é um processo de conquistas de verdades relativas, como parte de uma verdade única e absoluta” (MINAYO, 2006, p. 340). Nesse sentido, a dialética traz para a análise de textos elementos tais como: cada fenômeno é um processo, o encadeamento nos processos, a contradição em cada coisa e a transformação da quantidade em qualidade.

Por fim, ao articular a hermenêutica com a dialética, Minayo (2006) evidencia a contribuição daquela no que tange a compreensão da realidade social, e dessa no que se refere à crítica dessa mesma realidade.

Sinteticamente, a operacionalização proposta pela autora se conforma dos seguintes procedimentos: ordenação dos dados (entrevistas, documentos institucionais, etc.); classificação dos dados (leitura horizontal e exaustiva dos textos, leitura transversal dos subconjuntos e suas totalidades); análise final (movimento circular que vai do empírico para o teórico, e vice-versa, para chegarmos ao concreto pensado); e o relatório (que seria a fase de comunicação dos dados de uma pesquisa).

No tocante à sustentação teórica, as lutas de classes, a função social e as formas sociais foram as categorias centrais com as quais realizamos a análise do fenômeno.

¹⁶ Método cunhado por Sócrates de “parto das ideias”. Ver mais em Minayo (2006).

Quanto às lutas de classes, trabalhamos a partir da perspectiva ampliada dessa categoria, tal como ela é expressa no Manifesto Comunista de 1848. Entendemos, pois, que o processo histórico é construído a partir de variações que vão dos sujeitos às formas como se configuram essas lutas de classes. Nesse sentido, consideramos que as diversas experiências de associativismo¹⁷ dos oprimidos, dentro do modo de produção capitalista, seja pela via de enfrentamento direto (greves e insurreições), seja pela via parlamentar de afirmação de direitos, seja pela via das experiências cooperativadas (apoiadas ou não pelo Estado), expressam, em última instância, a resistência do trabalho contra a exploração do capital, mesmo que uma ou outra possa ser questionada quanto as suas contradições. Sobre essa passagem no Manifesto, Losurdo (2015) escreve:

O Manifesto Comunista abre enunciando uma tese destinada a se tornar celeberrima e a desenvolver um papel de primeiríssimo plano entre os movimentos revolucionários dos séculos XIX e XX: “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes” (Klassenkämpfe)[10]. A passagem do singular ao plural deixa claramente entender que aquela entre proletariado e burguesia é apenas uma das lutas de classes [...] Se ainda persistirem dúvidas, algumas páginas depois, o Manifesto reafirma: “A história de toda a sociedade até nossos dias moveu-se em antagonismos de classes, antagonismos que se têm revestido de formas diferentes nas diferentes épocas”[11]. Portanto, não são apenas as “lutas de classes” a ser declinadas ao plural, mas também as “formas” que elas assumem nas diversas épocas históricas, nas diferentes sociedades, nas diferentes situações concretas que progressivamente surgem. (LOSURDO, 2015, p. 14)

No entendimento do filósofo italiano o texto inicial do Manifesto, ao ser escrito no plural, expressaria uma visão muito mais alargada de lutas de classes. Que estas estariam vinculadas às múltiplas determinações do movimento histórico do real, variando, assim, seus sujeitos e suas formas.

Para o entendimento das experiências alternativas à precarização do trabalho (empreendedorismo individual, cooperativismo e economia solidária) na contemporaneidade, nos utilizamos da categoria função social¹⁸, a partir da qual analisamos a relação dialética entre a experiência singular e a totalidade social, mediadas por suas particularidades. Portanto, a natureza de cada experiência no âmbito da sociedade capitalista, visto que, segundo Wellen (2012, p.24),

¹⁷ Associativismo aqui no sentido de união para a luta contra o opressor.

¹⁸ Categoria frequentemente utilizada por lukacsianos, a qual não deve ser confundida com o seu homônimo perfeito da sociologia funcionalista que exprime a ideia de uma sociedade vista como um organismo vivo onde cada parte tem uma função.

“desconsiderar tal atitude serve apenas para promover uma mistificação da realidade e do objeto de pesquisa”. Destarte, essa categoria nos possibilitou o entendimento acerca do processo de inserção de cada um desses fenômenos (e suas interconexões) na realidade social de tabua e em relação ao contexto do modo de produção capitalista em nível nacional e global.

Por último, forma social foi a categoria de referência a partir da qual analisamos as diversas dimensões (econômico-política, técnico-institucional e sociopedagógica) nas quais se inseriu o fenômeno do BSG. Tal categoria fundamenta a perspectiva da teoria da derivação marxista (último terço do séc. XX) a qual tem em Pachukanis (1891-1937) o seu grande referencial, mas, que se desenvolve mais contemporaneamente, por meio das reflexões de Joachim Hirsch (1938), Márcio Bilharinho Naves (1952) e outros teóricos que buscam explicar o Estado moderno a partir das relações capitalista de produção. Ou seja, o Estado como expressão da contradição capital x trabalho, portanto, transversalizado pelas lutas de classes. Sobre a teoria derivacionista, Mascaro (2013) escreve:

Joachim Hirsch é o mais importante pensador a propugnar, a partir de Marx – com ferramentas da economia política, para além das meras instituições e seu funcionamento - a compreensão da própria forma política como derivação da forma mercadoria que se instaura no capitalismo [...] O marxismo, captando, a partir da totalidade, a vinculação necessária da forma política às formas econômicas do capitalismo, intermediadas pela luta de classes, não trabalha, como as teorias políticas tradicionais, limitado a últimos resquícios de definições juspositivista ou com os padrões de identificação meramente empíricos, quantitativos, funcionais ou autorreferenciais sobre o Estado (MASCARO, 2013, p.13)

Sobre as relações entre as formas sociais mercadoria (economia), política, Estado e direito, os pensadores derivacionistas nos ensinam que o capitalismo trás na sua gênese uma peculiaridade estrutural que o diferencia dos demais modos de produção anteriormente existente: a forma política Estado. Assim, para eles, essa forma Estado funciona de maneira sofismática, como um “terceiro” entre o trabalhador e a burguesia, por meio do qual se expressam a circulação da mercadoria, a propriedade privada e a regulamentação da exploração da força de trabalho. Em outras palavras, a forma Estado é a condição *sine qua non* para a existência do capitalismo enquanto modo de produção fundado ontologicamente na expropriação do trabalho pelo capital. Portanto, não se pode analisar qualquer fenômeno dentro do sistema capitalista sem nos reportarmos à relação entre as forma sociais e as relações de produção existentes, ou seja, a sua forma

mercadoria. O próprio Marx (1999), ao tratar do surgimento do processo de industrialização, observa também o surgimento do direito (ou da forma social direito) como elemento basilar para o novo modo de produção. Ele diz:

O direito privado desenvolve-se simultaneamente com a propriedade privada, a partir da desintegração da comunidade natural. Entre os romanos, o desenvolvimento da propriedade privada e do direito privado não teve nenhuma consequência industrial ou comercial porque todo o seu modo de produção continuou a ser o mesmo*. Entre os povos modernos, onde a comunidade feudal foi dissolvida pela indústria e pelo comércio, o nascimento da propriedade privada e do direito marcou o começo de uma nova fase, capaz de ulterior desenvolvimento. (MARX, 1999, p. 98 e 99)

Passando à estruturação da exposição dos resultados da presente pesquisa, optamos por organizá-la em três capítulos que garantissem a coerência com o método, expressando o movimento que abstrai o concreto real (empírico) e o transforma no concreto pensado.

Assim, o primeiro capítulo se conformará de um inventário histórico acerca da gênese e do ressurgimento das práticas associativistas na contemporaneidade do sistema do capital, respectivamente, nas formas: das corporações de ofício no século XII; do cooperativismo do século XIX; e da chamada economia solidária, a partir da segunda metade do século XX. Esses três fenômenos se identificam, a nosso juízo, por serem expressões das lutas de classes que se mostram, a priori, como resistência às formas de produção de mercadoria¹⁹, estas voltadas às exigências de valorização do capital. No transcorrer do texto tentaremos deixar claro o entendimento de que as lutas de classes não se encerram nesses fenômenos, mas, juntamente com a luta sindical e parlamentar, conformam historicamente um conjunto de ações de enfrentamento aos ditames do capital.

No segundo capítulo trataremos uma reflexão acerca da função social dos fenômenos: empreendedorismo individual, cooperativismo e economia solidária no Brasil. Para tanto, analisaremos tais fenômenos relacionados à totalidade social brasileira e internacional em contraste com a realidade local da experiência do BSG, expressa na triangulação de dados advinda das falas (beneficiários e gestores), das fontes documentais e bibliográficas.

¹⁹ “Assim, a grande indústria superou os limites e as contradições das formas pretéritas de produção de mercadorias. [...] A superação da grande indústria por uma nova forma de produção de mercadoria mais adequadas às exigências de valorização do valor pode ser pensada a partir dos Grundrisse, no qual Marx investiga as profundas transformações porque deveria passar o processo de produção de riqueza social, à medida que se desenvolvesse o sistema”. Ver mais em: (TEIXEIRA; FREDERICO, 2008)

No terceiro capítulo analisaremos as condições de autonomia e heteronomia do Banco Solidário do Gostoso, observando as dimensões: econômico-política, técnico-institucional e sociopedagógica numa trajetória que vai desde a sua implantação, suas condições atuais e as perspectivas que se abrem para essa experiência de finança solidária em relação, não somente ao desenvolvimento local de comunidades pobres da periferia do capital, mas, também, às sequelas da questão social produzida pelo sistema capitalista.

E, por fim, na conclusão faremos uma síntese dos resultados da análise, identificando em que medida os processos de autonomia e heteronomia se dão na experiência do BSG, considerando as condições dadas no contexto de lutas de classes atual que cortam as formas sociais.

2. INVENTÁRIO HISTÓRICO

2.1. CORPORAÇÕES DE OFÍCIO E O COOPERATIVISMO: GÊNESES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

As revoluções clássicas liberais dos séculos XVII e XVIII, na Europa, tiveram como classe revolucionária a burguesia que se antagonizava com a nobreza feudal, e que se outorgava representante dos demais agrupamentos sociais que estivessem também na condição de antagonismo com os ricos e exploradores, dentro do contexto de transição do modo de produção feudal para o capitalista. Como exemplo, o Terceiro Estado na Revolução Francesa, conformado pela burguesia, artesãos e camponeses. Tal movimento, sustentada pelo pensamento iluminista²⁰, na verdade, escondia um processo contraditório que colocaria obrigatoriamente a classe operária como protagonista da história a partir de sua origem social: os artesãos, mais especificamente nas figuras dos oficiais e jornaleiros. Sobre esse processo, diz Engels:

Desde o momento em que nasceu, a burguesia transportava nas suas entranhas a sua própria antítese, pois os capitalistas não podem existir sem os operários assalariados, e na mesma proporção em que os mestres de ofícios das corporações medievais se convertiam em burgueses modernos, os oficiais e os jornaleiros não agremiados transformavam-se em proletários. (ENGELS, 1988, p. 30)

Nesse sentido, a reação dos oprimidos já ocorrera antes, durante o alvorecer do processo de transição para o modo de produção capitalista que se iniciou com a luta do camponês no século XII na Europa, sua migração para as cidades e a constituição das corporações de ofício. Segundo Huberman (1981), para fugir da condição de servidão e opressão, legitimadas pelo direito consuetudinário (baseado na tradição), o campesinato se aproveita do contexto de desenvolvimento do

²⁰ “Os grandes homens que, na França, iluminaram os cérebros para a revolução [...] não reconheciam autoridade exterior de nenhuma espécie. A religião, a concepção da natureza, a sociedade, a ordem estatal: tudo eles submetiam à crítica mais impiedosa; tudo quanto existia devia justificar a sua existência ante o foro da razão, ou renunciar a continuar existindo”. (ENGELS, 1988, p. 28)

comércio, da introdução da economia monetária e do crescimento das cidades, e sai a abrir as chamadas terras incultas (florestas, pântanos e terrenos inaproveitados) com o objetivo de produzir e fornecer produtos agrícolas ao setor urbano em expansão. Por outro lado, essa nova realidade de desenvolvimento das condições materiais de produzir nas cidades-Estado termina também por revelar outro fenômeno: a demanda nessas cidades por mão de obra artesã, antes realizadas em suas próprias casas e restritas às demandas domésticas da vida rural, agora organizadas em corporações de artesãos a serviço de um mercado em expansão. É o começo do fim do modo de produção feudal na Europa ocidental.

Curiosamente, essas corporações que seguem até o final da idade média, século XV, possuíam características distintas da forma de organização da produção capitalista que se estabeleceria quatrocentos anos depois, na sua forma madura. Nelas o trabalho se organizava de forma coletiva, guardando semelhança com as experiências cooperativadas que viriam a surgir no século XIX. Naquela forma de produção de transição para o sistema fabril ou industrial, todos: jornaleiros, aprendizes e mestres de artesãos conviviam numa relação fortemente solidária, possibilitando, como regra, ao jornaleiro, por exemplo, vir a se tornar mestre. Sobre essas relações (iniciais) nas corporações de ofício, Huberman afirma:

O jornaleiro vivia com o mestre, comia a mesma comida, era educado da mesma forma, acreditava nas mesmas coisas e tinha as mesmas ideias. Era regra, e não exceção, tornar-se o aprendiz, com o tempo, um mestre. (HUBERMAN, 1981, p. 64)

Nesse sentido, o bem estar de seus membros, o espírito de fraternidade e não de concorrência interna, e o justo preço eram valores que fundamentavam essas corporações. Sobre este último, as relações comerciais eram realizadas com base no custo real do produto, sem acréscimo de qualquer excedente, diferentemente da forma como viria a se construir o preço no futuro.

No decorrer do avanço do processo histórico, três fenômenos levaram à substituição em definitivo das corporações de ofício pelo sistema industrial, a saber: a expansão das relações mercantis cuja consequência foi a modificação da forma como se calculava o justo preço, passando a ser o mercado e não mais o seu custo real a referência para a definição do preço final do produto – esse é o momento de

introdução do trabalho abstrato, produtor de mais-valia²¹ nas relações de troca; a absorção da administração das cidades por grandes corporações, forçando a centralização do poder municipal nas mãos de uma espécie de aristocracia do dinheiro que se formara nas cidades; e a quebra do processo de mobilidade social dentro das corporações cuja consequência histórica é, de um lado, o surgimento dos industriais capitalistas, favorecidos pela expansão do mercado e da produção, e, de outro, a transformação pelo processo econômico e político de jornaleiros em operários, por sua vez, submetidos às condições degradantes de vida, em face do seu total desligamento dos meios de produção. Desta feita, a nova realidade do sistema industrial leva às condições de trabalho análogas à escravidão através inclusive da utilização da mão de obra de mulheres e crianças, não mais de forma complementar como no sistema doméstico²², mas como base do trabalho no novo sistema. (HUBERMAN, 1981)

Não obstante a sua derrocada, necessária ao avanço histórico, a nosso juízo, as corporações de ofício desempenharam um papel fundamental na transição das relações de produção feudais às relações capitalistas como uma importante expressão das lutas de classe. De um lado, porque instituíram um tipo especial de forma de produzir que se afastava da servidão senhorial, presa à terra, sem qualquer perspectiva de ascensão social, constituindo um modelo mais protetor²³ e independente de produção que, ao menos nas suas primeiras formações, se caracterizavam pela posse dos meios de produção na figura do mestre artesão, passível de ser alcançado em seu status social pelos seus subordinados (aprendizes e jornaleiros) graças aos Estatutos; de outro, porque, ao se imbricar ao processo de expansão comercial, abriu espaço (mesmo que com sua dinâmica inicial mais coletivista) para a introdução de relações assalariadas de produção. Engels (1988, p. 33) reconhece esse papel substantivo de resistência das corporações quando

²¹ Objetivo final de um capitalista: “quer produzir uma mercadoria de valor mais elevado que o valor conjunto das mercadorias necessárias para produzi-la [...] Além de um valor de uso, quer produzir mercadoria, além de um valor de uso, valor, e não só valor, mas também valor excedente (mais valia).” (MARX, 1912, p. 220).

²² Sistema produtivo de localização histórica intermediária entre as corporações e o sistema fabril, o qual se diferenciava daquelas pela adição no processo produtivo da figura do intermediário que fornecia a matéria prima e intermediava a relação entre os produtores e os consumidores. Ver mais em (HUBERMAN, 1981)

²³ No século XIV em Londres representava um negócio de grandes proporções; organizou-se, então, uma corporação desses curtidores. Pelos seus estatutos, datados de 1346, podemos aprender algo sobre as corporações artesanais: ‘Se qualquer pessoa do dito ofício sofrer de pobreza pela idade, ou porque não possa trabalhar... terá toda semana 7 dinheiros para seu sustento, se for homem de boa reputação’. (Huberman, 1981, p. 65)

escreve: “O antagonismo entre pobres e ricos, longe de dissolver-se no bem-estar geral, aguçara-se com o desaparecimento dos privilégios das corporações e outros, que estendiam uma ponte sobre ele...”

Com o avanço das forças produtivas expressa pela descoberta da máquina a vapor, ocorre uma acelerada transformação dos espaços rurais (antigas vilas) em realidades urbanas. “Em 1770 a população rural da Inglaterra era de 40% do total; em 1841, a proporção caíra para 26%” (HUBERMAN, 1981, p. 194). Aqui começa o segundo processo de migração do homem do campo, das terras arrendadas, para a cidade, via fechamento dessas terras com vistas, por exemplo, à produção de lã para abastecer as indústrias têxteis na Inglaterra ou a simples elevação do preço dos arrendamentos para garantir o poder de compra dos arrendatários, estes, fragilizados pelos processos inflacionários de desvalorização do dinheiro, por sua vez, consequência do excesso de ouro e prata no mercado europeu, provocado por suas expropriações junto às colônias espanholas e portuguesas na América.

Vale ainda o registro acerca do papel da igreja no processo de legitimação daquela realidade de expropriação intensiva e extensiva (não só aos operários homens mais as mulheres e as crianças) da força de trabalho por meio da afirmação simbólica do trabalho que, por si só, seria capaz de elevar o espírito daqueles que a ele se dedicasse com prazer, não obstante às condições de realização do mesmo. Esse processo ideológico se sustentou até o ponto em que os pobres não mais suportassem a realidade que o sistema lhes impusera e, assim, iniciassem as grandes rebeliões na Europa entre a segunda metade século XVIII e a primeira metade do século XIX.

Entretanto, não obstante a esses processos revolucionários, as condições objetivas de infraestrutura das cidades, necessárias ao funcionamento das fábricas e à concentração das massas ali, terminam por constituir novas possibilidades de reação às sequelas de questão social²⁴. Referimo-nos às ações por parte dos oprimidos voltadas à participação nas decisões do parlamento, iniciada pelo movimento cartista²⁵ e pelo próprio avanço no processo de organização da classe

²⁴ “[...] conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.” (IAMAMOTO, 2000)

²⁵ “Durante a campanha de agitação pela reforma da lei eleitoral, os operários formavam a ala radical do partido a reforma; e quando a lei de 1832 os privou do direito de sufrágio, sintetizaram as suas reivindicações na Carta do Povo (*People's Charter*) e, em oposição ao grande partido burguês que

trabalhadora, antes chamadas de associações de jornaleiros, agora sindicatos de operários.

A luta de classe no campo institucional produziu o movimento que Polanyi (2000) vai chamar de intervencionismo cujos afetos defendiam a ingerência do Estado junto ao trabalho, a terra e ao dinheiro, até então controlados unicamente pelas leis do chamado mercado autorregulável. Se nos dois últimos, os impactos foram menos espetaculares, no primeiro, os sistemas *speenhamland* (renda complementar) e *New Poor Law* (Nova Lei dos Pobres) - através das *Workhouse* (casa do trabalhador), a reforma parlamentar e o movimento cartista tiveram como referencial de partida a “criação de um mercado de trabalho competitivo e a democratização do Estado político”. (POLANYI, 2000, p. 261)

Resultado dessa contradição de interesses entre o trabalho e o capital, a *New Poor Law Amendment* (1834) conseguiu estabelecer uma paradigmática inovação na categoria “pobre”. Dalí em diante, essa categoria social se divide em três: os indigentes fisicamente desamparados, os trabalhadores assalariados e os desempregados. Essa nova configuração estabelecida pela lei garantia a não assistência do desempregado, em claro favorecimento ao setor industrial. Aqui o contexto de constituição da chamada questão social, fruto do amadurecimento das relações sociais de produção capitalista e do que Marx denominou de constituição de uma superpopulação relativa.

Há, nesse ponto, uma discordância de fundo no entendimento de Marx e Polanyi em relação ao trabalho. Esse afirma que tal atividade, do ponto de vista da lógica, não pode ser considerada uma mercadoria, pois, dentro de um mercado autorregulável, a diferença entre o preço demandado e o preço ofertado levaria a uma constância de greve geral ao mundo do trabalho, da mesma forma “como acontece com o abastecimento de todas as outras mercadorias, em circunstâncias similares” (POLANYI, 2000, P. 269). Ocorre que, na perspectiva de Marx, essa afirmação deve limitar-se ao ponto de vista da lógica, pois, no mundo real, essa construção teórica é quebrada pela constituição da superpopulação relativa, responsável por garantir o controle do valor da força de trabalho dentro do sistema produtivo.

combatia as leis cerealistas, constituíram-se em partido independente, o partido cartista, que foi o primeiro partido operário do nosso tempo”. (ENGELS, 1988, p. 21)

Curiosamente, essa perspectiva está implicitamente referenciada por Polanyi (2000) ao tratar da *New Poor Law*, a qual, segundo ele, forçava o trabalhador a ajustar-se ao mercado e a oferta de preço estipulada por sua força de trabalho. Por isso, a defesa desse autor da necessidade de uma ação intervencionista por parte do Estado que viesse a garantir a proteção do trabalho em relação à autorregulação do mercado. É, segundo ele, a partir da tensão entre os cartistas e as representações do novo sistema (capitalista) na Câmara dos Lordes que se estabelece um novo significado ao constitucionalismo.

Nessa mesma direção, o resultado das condições desumanas vividas por operários dentro das fábricas geridas pelos capitalistas no início do século XIX, imposta pela nova ordem social, leva alguns pensadores, posteriormente denominados por Marx e Engels de socialistas utópicos, a denunciarem tais condições relacionadas ao processo produtivo capitalista, dentre os quais, destacamos Saint-Simon (1760-1825) e Charles Fourier (1772-1837) na França, e Robert Owen (1771-1858) na Inglaterra.

Saint-Simon, segundo Engels (1988), teve como virtude a capacidade de identificar um terceiro elemento dentro da luta de classes na França revolucionária, para além da burguesia e da nobreza: os despossuídos. Dessa forma, na proposição do pensador francês, o antagonismo real seria entre trabalhadores (operários assalariados, fabricantes, comerciantes e banqueiros) e ociosos (antigos privilegiados e aqueles que viviam da renda). Assim, não obstante defender um pacto de governança, de base cristã, liderado pela burguesia e, principalmente, pelos banqueiros, Saint-Simon trazia real preocupação com a classe numerosa e mais pobre da sociedade. Em síntese, com essa proposição, ele antecipa a ideia de que “a situação econômica é a base das instituições políticas”. (ENGELS, 1988, p. 37)

No mesmo texto, Engels aponta Charles Fourier como o crítico mais “satírico” dos iluministas, em virtude do mesmo ter desnudado as falsas promessas iluministas de uma sociedade em que “a razão reinaria sozinha; de uma civilização que faria felizes todos os homens e de uma ilimitada capacidade de perfeição” (ENGELS, 1988, p. 38). Contemporâneo de Hegel, Fourier, ao dividir o tempo histórico da humanidade em selvagismo, barbárie, patriarcado e civilização, aponta nesta última uma natureza intrinsecamente contraditória na qual produz justamente o contrário do que, aparentemente, pretende superar. Como consequência, Fourier é o

primeiro na França a pensar de forma mais propositiva sobre a ideia de cooperativismo como prática alternativa à contraditória produção capitalista do seu tempo. Sua proposta, não revolucionária, nominada de falanstério, seguia os princípios da “liberdade individual, na livre escolha dos trabalhos, organizados em equipe e na propriedade por ações dos meios de produção” (SINGER, 2002, p. 37). Seria uma espécie de socialismo de mercado. No que se refere ao controle frente ao possível aprofundamento da desigualdade social dentro do falanstério, Fourier propõe dois gatilhos: a progressividade no valor das ações, de acordo com a quantidade das ações de cada cotista; e a vigência de uma renda mínima, voltada ao fortalecimento da ideia simbólica do trabalho pela paixão e não pela necessidade.

Na Inglaterra, segundo Engels (1988), esse processo se dá como reação dos trabalhadores, mas, também, de alguns industriais frente às condições de trabalho desumanas vividas pelos operários dentro das fábricas, e da necessidade de proteção desses operários. É o caso de Robert Owen que implantou várias modificações nos processos produtivos do complexo industrial do qual era sócio e proprietário, situado na cidade de New Lanark/Escócia. Essas modificações objetivavam a melhoria das condições de trabalho que, contraditoriamente às perspectivas convencionais de produção, trouxeram, como consequência, grande avanço nos resultados do seu processo produtivo. O êxito de suas ações filantrópicas e empresariais possibilitaram fama e reconhecimento a Owen por todo o velho continente.

Nesse sentido, ao propor a criação de aldeias cooperativas, ele estava não somente trazendo uma solução voltada ao enfrentamento da dura realidade da relação capital trabalho dentro das fábricas, mas, também, propondo um novo sistema social desconstituído da empresa lucrativa capitalista. Singer (2002) faz o registro da primeira cooperativa Owenista criada por George Mudie em 1821, denominada *Co-operative Society*; seguida de outras importantes experiências como a Comunidade de Orbston, fundada em 1826 e liderada por Abram Combe, e a Associação Cooperativa de Troca de Brighton, fundada em 1827 e liderada pelo Dr. Willian King.

A prática do cooperativismo autogestionário tem, também, suas raízes históricas na criação das primeiras cooperativas de trabalhadores voltadas à produção coletiva de larga escala que se processa no decorrer das décadas de 1820 e 1830, sustentadas por importante e determinante fenômeno de uma nova

realidade para o cooperativismo Owenista: a sua absorção pelos sindicatos os quais ampliam suas estratégias de melhorias salariais para a substituição dessas pela autogestão de empresas não capitalistas. Assim, como consequência da junção das cooperativas de operários com a proposta Owenista de aldeias cooperativas, depois chamadas de cooperativas integrais e armazéns cooperativos, temos a construção dos Exchange Bazaars (Bazares de Troca).

Mais tarde, 1833, o retorno de Owen, após o fracasso de sua experiência de aldeia cooperativa em New Harmony/EUA, trouxe um reforço poderoso à luta entre as cooperativas sindicais e as empresas capitalistas através de suas propostas de constituição da Grande Guilda Nacional dos Construtores e da Grande União Nacional Moral das Classes Produtivas no Reino Unido. Em seu bojo, tais propostas traziam a ideia do que ele chamou de República Cooperativa. Portanto, não resta dúvida que o movimento cooperativista iniciado na Inglaterra na primeira parte do século XIX e liderado por Owen atuou de forma muito orgânica com o movimento operário revolucionário inglês. Nesse sentido, Singer (2002) reflete:

Seria justo chamar essa fase inicial de sua história de “cooperativismo revolucionário”, o qual jamais se repetiu de forma tão nítida. Ela tornou evidente a ligação essencial da economia solidária com a crítica operária e socialista do capitalismo. A figura que sintetizou pensamento e ação nessa fase foi sem dúvida Owen, exemplo acabado de pensador e homem de ação e que inspiraria os seus sucessores. Engels colaborou na imprensa owenista e tanto ele quanto Marx deveram muito a Owen, dívida alias nunca contestada. (SINGER, 2002, p. 35)

Mais adiante, 1864, na oportunidade de lançamento da mensagem inaugural à Associação Internacional dos Trabalhadores, em linhas gerais, Marx descreve o resultado das lutas dos operários por melhoria nas suas condições de vida, referente ao período entre 1848 e 1864. Assim, dentre os vários relatos de derrotas para o capital, ele faz referência às duas vitórias importantes do proletariado da época: a lei sobre a jornada de trabalho de dez horas²⁶ e a possibilidade de emancipação da classe trabalhadora via apropriação coletiva dos meios de produção ou, mais especificamente, das exitosas experiências de autogestão cooperativada. Ele escreve:

²⁶ “A lei sobre a jornada de trabalho de dez horas (*Ten Hour's Bill*), extensiva apenas a mulheres e adolescentes, foi aprovada no Parlamento em 8 de Junho de 1847. Todavia, na prática, numerosos industriais não respeitavam esta lei.” (MARX, [19__?], p. 318)

Mas, o futuro nos reservava uma vitória ainda maior da economia política do operário sobre a economia política dos proprietários. Referimo-nos ao movimento cooperativo, especialmente, às fábricas cooperativas levantadas pelos esforços desajudados de alguns hands audazes. O valor dessas grandes experiências sociais não pode ser subestimado. Pela ação, ao invés de pôr palavras, demonstraram que a produção em larga escala e de acordo com os preceitos da ciência moderna, pode ser realizada sem a existência de uma classe de patrões que utilizam o trabalho da classe dos assalariados; que, para produzir, os meios de trabalho não precisam ser monopolizados, servindo como um meio de dominação e de exploração contra o próprio operário; e que, assim como o trabalho escravo, assim como o trabalho servo, o trabalho assalariado é apenas uma forma transitória e inferior, destinada a desaparecer diante do trabalho associado que cumpre a sua tarefa, com gosto, entusiasmo e alegria.” (MARX [19__?], p. 319)

No entanto, não obstante ao otimismo inicial, no mesmo texto, ele nos chama a atenção para a necessária ampliação (do ponto de vista econômico, político e cultural) dessas práticas como uma real estratégia de emancipação do proletariado, sob risco desse potencial emancipatório da experiência se transformar em iniciativas isoladas, incapazes de possibilitar transformações qualitativas na economia do capital. Nessa direção, ele afirma:

[...] o trabalho cooperativo, se mantido dentro do estreito círculo dos esforços casuais de operários isolados, jamais conseguirá deter o desenvolvimento em progressão geométrica do monopólio, libertar as massas, ou sequer aliviar de maneira perceptível o peso de sua miséria. É talvez por essa mesma razão que, aristocratas bem intencionados, porta-vozes filantrópicos da burguesia e até economistas penetrantes, passaram de repente a elogiar ad nauseam [argumentação até provocar náusea] o mesmo sistema cooperativista de trabalho que vinha tentando em vão cortar no nascedouro, cognominando-o de utopia de sonhadores, ou denunciando-o como o sacrilégio de socialistas. [...]” (MARX, [19__?], p. 319)

O autor alemão aponta para a perspectiva dos que defendem que as experiências autogestionárias não podem se tolher à condição de simples fenômenos sociais, pontuais, de sobrevivência de um ou poucos grupos de trabalhadores envolvidos em uma determinada condição de desigualdade social que se agrupam para construir uma saída paliativa, emergencial à questão social, negando, assim, a dimensão resistiva de luta de classes dessa. Ou seja, para ele, essas experiências, se si pretendem emancipatórias, deveriam buscar estratégias na práxis²⁷ política que rompam com a sociabilidade do capital e tragam para o protagonismo da nova economia as experiências de produção autogestionárias de

²⁷ É o processo social teleológico que imbrica numa mesma unidade dialética teoria e prática. Ver mais em: Vazquez (1990)

larga escala, considerando, necessariamente, todo o avanço das forças produtivas alcançadas pela economia do capital.

Não obstante às preocupações de Marx, o cooperativismo segue em processo de expansão entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX. Tendo como referência a cooperativa de Rochdale²⁸, foram criadas cooperativas de consumo, de crédito, de produção e de trabalho. Esse processo culmina com a criação da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), fundada em Londres, 1895, e que representa, hoje, 230 organizações entre seus membros, mais de 100 países, que representam mais de 1 bilhão de pessoas de todo o mundo.

A tese da autogestão e da criação de um mercado cooperativado entre os vários ramos, defendida pelos afetos da autogestão, é derrotada pela decisão contraditória dos dirigentes das cooperativas de consumo de constituir suas próprias empresas de produção com base no trabalho assalariado, o que propiciou o surgimento do cooperativismo de negócios de forte influência no cooperativismo internacional até os dias de hoje. Mesmo assim, as ideias de autogestão e participação democrática seguiram vivas, inspirando, por exemplo, o processo revolucionário russo, a partir da chamada “Oposição Operária”, o experimento governamental autogestionário da Iugoslávia, os Kibutzim em Israel e o Complexo Cooperativado de Mondragón no País Basco – Espanha. (SINGER, 2000)

Devemos registrar também o processo de lutas de classes, do ponto de vista geopolítico, no qual se insere o movimento cooperativista nesse período. O acirramento do conflito entre os defensores do trabalho, agora também atuando numa perspectiva institucional, via parlamento, e os capitalistas no começo do séc. XX teve como consequência a abertura para o protagonismo do movimento fascista que de forma ameaçadora se capilarizava pelo mundo. Naquele período, o fascismo foi resultado do vácuo provocado pela disputa entre as ideias intervencionistas (de regulação do mercado como proteção ao trabalho) e o pensamento liberal das elites capitalistas que não abriram mão do discurso da intocabilidade do mercado autorregulável. Assim, “A solução fascista do impasse atingido pelo capitalismo liberal pode ser descrita como uma reforma da economia de mercado, alcançada ao preço da extinção de todas as instituições democráticas, tanto no campo industrial como no político”. (POLANYI, 2000, p. 276)

²⁸ Criada em 1844 por 28 operários de diversos ofícios, na cidade de Rochdale, ao norte de Inglaterra, foi a primeira grande cooperativa de consumo. Ver mais em (SINGER, 2002).

Esse autor faz ainda duas afirmações que o coloca claramente na posição daqueles que enxergam os fenômenos sociais a partir de sua concretude. Tratando da ascensão de Hitler e do nazifascismo ao poder, ele assevera: “Imaginar que foi a força do movimento que criou situações como essas, e não ver que foi a situação que fez nascer o movimento, nesse caso, é perder de vista a lição mais importante das últimas décadas” (Polanyi, 2000, p. 282). E arremata “O papel desempenhado pelo fascismo foi determinado por um fator: a condição do sistema de mercado” (Polanyi, 2000, p. 282).

Na prática, essa tese relativa ao movimento fascista se comprova quando observamos que, no momento em que a lei e a ordem eram ameaçadas pelas forças do trabalho, caso da revolução socialista e da ascensão da classe trabalhadora industrial nas sociedades de capitalismo maduro, ele era chamado à cena; esse foi, segundo o autor, o caso do período 1917 a 1923. Da mesma forma, de 1924 a 1929, quando o sistema do mercado é restaurado, as forças políticas fascistas se fragilizam. E, por fim, agora na direção inversa, é a partir da crise do mercado autorregulado, após 1929, que recrudesce o poder fascista pelo mundo.

Também fica claro nesse contexto que esse poder não fazia frente única ao *laissez-faire* do mercado, A partir de 1929 dois outros grupos se apresentavam com tanto ou maior força: o socialismo russo e sua pretensão de internacionalizar o intervencionismo radical, e o *new deal*²⁹ norte americano que, ao ser implantado no país mais capitalista do mundo, ratifica o entendimento de que as crises de reprodução do capital só podem ser superadas com políticas intervencionistas, caso contrário, tende-se a um acirramento incontável das lutas de classes.

Fundadas nessas bases, a segunda metade do século XX é, então, palco histórico para o ressurgimento das ideias autogestionárias na forma da chamada economia solidária, enquanto uma experiência de trabalho cooperado, alternativo ao desemprego assalariado e às suas consequências: a desigualdade social e a pobreza. Entretanto, para melhor entendimento desse fenômeno, precisamos descortinar a crise de acumulação e reprodução do capital que culminou nos primeiros anos da década de 1970, e que produziu rebatimentos em índices

²⁹ O "*New Deal*" (novo acordo) foi a resposta de Franklin Delano Roosevelt para a grande depressão vivida pelos Estados Unidos em 1929. Tratou-se de uma série de medidas econômicas regida pelo Estado americano, destinadas a atenuar os piores efeitos da depressão, revigorar a economia e restaurar a confiança do povo americano em seus bancos e outras instituições-chave. Para maior aprofundamento, ver (NAVARRO, 1993).

importantes da economia como a taxa de inflação e o desemprego³⁰. A consequência prática desse processo é o definhamento do período denominado por Hobsbawm (1917-2012) de “Era do Ouro” e o início de um novo ciclo da economia capitalista cujos câmbios civilizatórios repercutem até os dias de hoje em todas as dimensões do ser social.

2.2. A CRISE DE 1970, A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

A crise de acumulação do final da década de 1960 e início da década de 1970 expressa o processo de lutas de classes que leva à derrocada do chamado Estado do Bem estar Social³¹ e ao aprofundamento da crise social na periferia do capital, conduzindo a economia mundial, após algumas disputas políticas com vistas à solução dessa crise³², a um novo ciclo, iniciado em meados da década de 1970, e caracterizado por um processo de reestruturação produtiva o qual implicou em novos arranjos produtivos; aprofundamento no uso de novas tecnologias de informação e comunicação; reformas na legislação trabalhista; privatizações; horizontalização e fragmentação dos espaços de produção; novos padrões de consumo; além da desregulamentação dos fluxos de capitais. Esse novo ciclo da economia e da política, mas, também da cultura se fundamenta no neoliberalismo cuja base filosófica, paradoxalmente, se encerra na dignidade humana e na liberdade individual, segundo os seus fundadores. Sobre essa fundamentação, Harvey (2012) faz a seguinte reflexão crítica:

Nenhum modo de pensamento se torna dominante sem propor um aparato conceitual que mobilize nossas sensações e nossos instintos, nossos valores e nossos desejos [...] se bem sucedido, esse aparato conceitual se incorpora a tal ponto ao senso comum que passa a ser tido como certo e livre de questionamento. As figuras fundadoras do pensamento neoliberal

³⁰ A Europa, por exemplo, saiu de uma taxa de inflação de cerca de 4% em 1965 para 13% em 1975. E os Estados Unidos, de uma taxa de desemprego de menos de 4% em 1965 para mais de 8% em 1975. Ver mais em Harvey (2012).

³¹ Forma de organização econômico-política, vigente na maioria dos países capitalistas centrais entre o pós-Segunda Guerra Mundial e meados da década de 1970, caracterizada pelo papel orientador do Estado cujo objetivo maior era a garantia do “pleno emprego, do crescimento econômico e do bem estar dos seus cidadãos”. É também denominada por Harvey (2012, P. 20) de “liberalismo embutido”.

³² Não obstante à vitória neoliberal, é necessário o registro de iniciativas voltadas para a solução da crise do início da década de 1970, via ações de cunho socialista, a exemplo do Plano Rehn-Meidner, na Suécia, que “se ofereceu literalmente para comprar gradualmente as parcelas dos proprietários em seus próprios negócios e transformar o país numa democracia de trabalhadores acionistas.” (Harvey, 2012, p. 25)

consideravam fundamentais os ideais políticos da dignidade humana e da liberdade individual [...] esses valores, [que] sustentavam essas figuras, estavam ameaçados, não somente pelo fascismo, pelas ditaduras e pelo comunismo, mas também por todas as formas de intervenção do Estado que substituíssem os julgamentos de indivíduos dotados de livre escolha por juízos coletivos. (HARVEY, 2012, p. 15)

Do ponto de vista dos rebatimentos da reestruturação produtiva na economia mundial, duas constatações: a primeira se refere à funcionalidade que o pensamento neoliberal tem tido para a retomada da capacidade de acumulação e expansão capitalista, traduzida na reconcentração de renda nas mãos de uma minoria da população mundial, os mais ricos, a padrões pré-segunda guerra mundial³³, implicando, portanto, no aumento da desigualdade social. A segunda, no campo do trabalho, diz respeito à fragilização da atividade sindical e à precarização do trabalho.

Quanto à atividade sindical, constatamos na contemporaneidade sua frágil atuação, resultado da fragmentação e horizontalização da produção cujos rebatimentos se expressão na baixa capacidade de articulação junto ao operariado e na perda de poder de pressão junto ao setor empresarial; fatos que devem obrigar doravante as organizações sindicais, tanto às que atuam a partir de um ponto de vista de convivência harmoniosa com o capital quanto às alinhadas com uma visão anticapitalista, buscarem novas formas de luta, no caso dessas últimas, sem necessariamente abrirem mão de sua perspectiva política. Antunes (2011) nos traz alguns elementos importantes para a constatação desses rebatimentos:

[...] uma crescente individualização das relações de trabalho [...] uma fortíssima corrente no sentido de desregular e flexibilizar ao limite do mercado de trabalho [...] O esgotamento dos modelos sindicais vigentes nos países avançados que optaram, nessa última década, em boa medida, pelo sindicalismo de participação [...] uma tendência crescente de burocratização e institucionalização das entidades sindicais, que se distanciam dos movimentos sociais autônomos [...] e [uma] ação isoladora e coibidora dos movimentos de esquerda, especialmente aqueles que ensaiam práticas dotadas de dimensão anticapitalista. (ANTUNES, 2011, p. 68 a 71)

³³ “Nos Estados Unidos, por exemplo, a parcela da renda nacional nas mãos de 1% mais rico caiu de uma taxa de 16% antes da Segunda Guerra Mundial para menos de 8% depois dela, tendo ficado perto desse nível durante quase três décadas.” (DOMÉNY; LÉVY, 2004 APUD HARVEY, 2012, p. 25) [...] Depois da implementação de políticas neoliberais no final dos anos 1970, a parcela de renda nacional do 1% mais rico dos Estados Unidos disparou, chegando a 15% (bem perto do seu valor pré-Segunda Guerra Mundial) perto do final do século [...] [E ainda] o 1% mais rico da Grã-Bretanha dobrou sua parcela de renda nacional a partir de 1982: de 6,5% para 13%.” (DOMÉNY; LÉVY, 2004 APUD HARVEY, 2012, p. 26)

Quanto à precarização do trabalho, tanto autores ligados ao pensamento marxiano, caso de Braga (2012) e Antunes (2011), como autores não marxianos, caso de Dupas (1999) e Hardt/ Negri (2006), reconhecem esse fenômeno, cada um a partir de sua orientação teórica, como sendo, em linhas gerais, consequência do processo de reestruturação produtiva que modificou a realidade do trabalho em nível mundial; modificações essas que trazem à realidade atual novas conformações e novos relevos para a estrutura da classe-que-vive-do-trabalho, nos termos de Antunes (2011).

Estamos nos referindo, de um lado, aos novos trabalhadores superespecializados cuja atuação brindada com altas remunerações se dá preponderantemente no setor industrial, com primazia da mais-valia relativa; no setor financeiro-bancário; e nos fundos de investimentos privados, notadamente nos altos cargos de gestão desses setores. Por outro lado, a fração da classe trabalhadora que se apresenta com relevância para essa dissertação e para análise da crise atual no mundo do trabalho é a que Braga (2012) e alguns autores têm denominado de precariado cuja localização de classe se dá entre o trabalhador assalariado e o pauperizado, desconsiderando aí o que Marx (1999, p. 273) chamou de “lupemproletariado”. Essa é, portanto, a nova configuração do mundo do trabalho que se conforma como expressão do atual momento das lutas de classes.

Desse modo, com o intuito de melhor entender o precariado, dialogaremos com três perspectivas as quais refletem de formas diversas as características desse fenômeno na contemporaneidade do mundo do trabalho: para pensadores como Castel (2009), trata-se de um grupo de indivíduos excluídos da proteção do Estado do Bem estar Social, os quais perderam grande parte do salário indireto (conformado por políticas sociais públicas), em função da crise mundial levada a cabo pelo pensamento neoliberal. Entendemos que essa análise está claramente relacionada com o contexto de lutas de classes dos países centrais do capitalismo, pois não corresponde a realidade estrutural do desemprego nos países da periferia do capital.

Já na perspectiva de Dupas (1999), a causa da nova realidade do trabalho não está na crise, mas sim, no processo de transformação e reconfiguração da cadeia produtiva global, o qual se orienta pela expectativa contínua de geração de lucro e expansão para o grande capital. Segundo ele:

A possibilidade de ampla fragmentação da cadeia produtiva global [...] viabilizada a partir da revolução tecnológica [...] da progressiva fragilização das fronteiras nacionais e da flexibilização dos transportes [...] veio possibilitar uma profunda alteração nos padrões de produção, nos sistemas de gestão e [principalmente] na forma de utilização da mão-de-obra no mundo atual. (DUPAS, 1999, p. 83)

Para esse autor, há uma lógica estratificadora dentro da cadeia produtiva global, a qual se expressa na relação entre a empresa transnacional líder e a cadeia expandida de franquias, terceirizações e subcontratações (localizadas nos países da periferia do capital), concomitantemente às condições de formalidade, informalidade e ganhos salariais nas relações de trabalho. Ou seja, quanto mais próximo da empresa líder, localizada nos países centrais, mais formalização e salários melhores para o trabalhador; e, inversamente, quanto mais próximo da cadeia expandida, mais informalidade e flexibilização nas relações de trabalho, portanto, baixas remunerações. Dupas (1999) ainda faz referência a um fenômeno muito novo ligado a flexibilização junto aos próprios trabalhadores do topo da cadeia produtiva, caso em que esses são demitidos e transformados em “consultores autônomos”.

Divergindo das perspectivas anteriores, nos alinhamos com o entendimento de Braga (2012) que, por sua vez, vai defender a existência do fenômeno do precariado como relacionado diretamente com o aumento da mercantilização industrial, do caráter capitalista da produção e da anarquia de sua reprodução, trazendo, como consequência, a constituição de uma mão de obra excedente e de natureza flutuante, conformada, via de regra, por fração proletária não qualificada ou semiquificada, feminina, negra, jovem e migrante (essa última, no caso dos países centrais do capitalismo). Segundo ele, o fenômeno do precariado se dá:

[...] em decorrência da mercantilização do trabalho, do caráter capitalista da divisão do trabalho e da anarquia da reprodução do capital [...] Marx já havia exorcizado esse espírito ao associar o aumento da ocupação industrial à formação de uma população excedente [...] sob a forma de desemprego ou do trabalho precário [...] (BRAGA, 2012, p. 17)

Dessa forma, a reflexão de Braga (2012) acerca do fenômeno do precariado, ao alinhar-se com o conceito marxiano de população excedente, guarda distância, no que se refere às características desse fenômeno, tanto da perspectiva de que (mesmo nos países centrais) o mesmo resulta do processo de exclusão social, como defende Castel (2009), quanto da ideia de que tal fenômeno é apenas parte de um processo de transformação e reconfiguração da cadeia produtiva global, a partir do

qual o capitalista transfere suas unidades de produção ou de serviço para regiões caracterizadas por baixa remuneração do trabalho, como aponta Dupas (1999). A nosso ver, essas transferências se dão justamente em função do acirramento da luta de classes nos países desenvolvidos, com consequências negativas para a taxa de retorno do capital.

Não obstante às divergências quanto ao entendimento acerca das características da fração de classe cuja denominação de precariado adotamos na presente dissertação, o fato concreto é que, devido ao mesmo não conseguir se estabilizar no universo formalizado da economia, termina, em um dado momento, transitando para a informalidade ou ainda buscando estratégias alternativas de sobrevivência. Em outras palavras, o precariado se apresenta no contexto atual como a principal fonte fornecedora do público que tem buscado o caminho da economia solidária, do cooperativismo ou mesmo do empreendedorismo individual enquanto estratégia de trabalho.

Por fim, por entendemos que as práticas e ideias do trabalho autogestionário são resultado de cada contexto sócio-histórico e de suas condições materiais objetivas, cremos que, assim como as corporações de ofício (em seu período embrionário de vigência) e as experiências cooperativadas do início do século XIX, na contemporaneidade, a chamada economia solidária expressa uma face das lutas de classes do ser social do nosso tempo, mesmo que permeada por dúvidas e incertezas inerentes aos novos fenômenos históricos. Assim, não obstante conviver com as estratégias de ocupação do empreendedorismo individual e do cooperativismo de negócio, hora de forma antagônica hora de forma complementar, ela não deixa de expressar a força vital que possui a perspectiva da autogestão como possibilidade histórica.

3. EMPREENDEDORISMO INDIVIDUAL, COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: IDENTIFICANDO A FUNÇÃO SOCIAL

Devido à integração de diversas políticas públicas de estímulo à geração de renda, as experiências da economia solidária, do cooperativismo e do empreendedorismo individual no Brasil aparecem, ao menos aparentemente, sobrepostas umas as outras, causando certa confusão e imprecisão conceitual, quando, na verdade, a identificação somente se afirma totalmente, a nosso juízo, quando nos referimos a essas experiências enquanto alternativas à crise do mercado formal, assalariado. Precisamos, portanto, realizar um nivelamento do entendimento acerca de cada fenômeno, de acordo com a sua função social. Como indicado na introdução (nota de rodapé 18), distante do seu homônimo perfeito da perspectiva funcionalista, trabalhamos essa categoria com vista ao entendimento do fenômeno social dentro de uma determinada formação social cuja singularidade se relaciona dialeticamente com essa totalidade social, mediada pelas particularidades que a caracterizam.

3.1.EMPREENDEDORISMO INDIVIDUAL: UM ESTRANHO NO MUNDO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA?

Quanto ao chamado empreendedorismo individual, poderíamos afirmar, a priori, que, no que se refere à função social, essa seria a forma alternativa ao assalariamento mais próxima ou mais alinhada com a totalidade social capitalista, visto que nas singularidades de cada experiência estão contidos todos os elementos ideológicos da subjetividade liberal (ou neoliberal). De uma maneira geral, o empreendedor é alguém versátil que possui as habilidades necessárias para empreender um negócio. Desse modo, no presente estudo, nos reportamos aos indivíduos que, por restrições no mercado de trabalho ou desejo próprio, a partir de

estímulos subjetivos e/ou legais (por parte do Estado) do contexto socioeconômico, resolve empreender pequenos negócios capitalistas, formais ou não. Vale ressaltar que, no Brasil, constituiu-se recentemente a figura jurídica do empreendedor iniciante com a denominação de microempreendedor Individual (MEI). Trata-se de uma:

peessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário. Para ser um microempreendedor individual, é necessário faturar no máximo até R\$ 60.000,00 por ano e não ter participação em outra empresa como sócio ou titular. O MEI também pode ter um empregado contratado que receba o salário mínimo ou o piso da categoria. A Lei Complementar nº 128, de 19/12/2008 [art. 18] criou condições especiais para que o trabalhador conhecido como informal possa se tornar um MEI legalizado. (BRASIL, 2008)

Do ponto de vista dos números, segundo dados da Associação Brasileira de Entidades Operadoras de Microcrédito e Microfinanças (ABCRED)³⁴, no ano de 2016, o microcrédito produtivo beneficiou 3,35 milhões de empreendedores concedidos pelas 31 OSCIPs filiadas à essa associação. Um crescimento de mais de 41 mil novos clientes em relação ao ano de 2015, mesmo no cenário de crise econômica. Tal crescimento, portanto, está concretamente relacionado à queda e à precarização no assalariamento, o que tem lavado ao aumento no número de pessoas estimuladas a, alternativamente, montar negócios próprios e procurar crédito para esse empreendimento.

Por outro lado, os dados da presente pesquisa, levantados a partir do Projeto Rede Nordeste de Bancos Comunitários de Desenvolvimento (2010-2015), proposto à SENAES pela Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão (FAPEX), o qual incluía o acompanhamento de 26 BCDs existentes e a implantação de mais 06 (dentre estes o BSG no Rio Grande do Norte), e as manifestações orais dos entrevistados nos informam, para além desses elementos iniciais das particularidades do empreendedorismo individual em nível nacional, duas novas características pertinentes à sua função social em virtude da conexão dessas iniciativas com as experiências dos BCDs.

A primeira é a possibilidade de uma relação de complementariedade entre esses empreendimentos individuais de produção, comércio e serviços e o BSG no processo de dinamização da economia local de Tabua. No projeto, essa informação

³⁴ Disponível em: <<http://www.abcred.org.br/>>. Acessado em: 05 jun. 2017.

pode ser encontrada no item 14 o qual trata do público alvo e sua participação nos processos e serviços dos BCDs, a saber:

[...] o público-alvo deste projeto constitui-se por dois grupos necessários e inseparáveis à ação dos BCDs: primeiro, as pessoas envolvidas na sua gestão, ou seja, os agentes de crédito, e segundo, os produtores e comerciantes de mercadoria, produtos e serviços diversos. [...] Os principais usuários do sistema são os moradores em geral de cada comunidade, além de produtores e comerciantes de diversos tipos de mercadorias e serviços. (BRASIL, 2010a)

Na mesma direção, vamos encontrar na fala de E6³⁵ uma justificativa (legítima) para essa interconexão entre o empreendimento solidário e os empreendimentos locais como processo que uni as intencionalidades da política pública e um contexto de demandas reais da economia local.

Mas você ainda vai encontrar nos setores populares lógicas diferenciadas, certo? [...] a mulher que faz tapioca, velho, você tem que valorizar aquilo ali. E a lógica dela não é essa lógica aqui. Num tá ainda na, na cabeça dela que ela vai se... que ela vai virar a rainha da tapioca. Pra ela ali, é vender tapioca e dar de comer aos filhos. E sobrar algum dinheiro pra fazer mais tapioca amanhã. [...] Então, nesse sentido aqui, né?, o::o empreendedorismo, o trabalho por conta própria, autônomo, certo?, é::é... que não é autônomo, ele vai ser informado por uma lógica que é dominante que é uma lógica do capital, e, ao mesmo tempo, você vai encontrar resquícios na economia popular, sobretudo urbana, certo?, de outras lógicas que podem ser trabalhadas numa perspectiva da economia solidária, por exemplo. (E6, 2017)

De fato, as informações referentes ao público alvo do projeto e essa reflexão acima apresentam elementos adicionais para o entendimento acerca da função social do empreendedorismo individual, para além do juízo inicial, que é a sua dinâmica dentro das famílias muito pobres que terminam constituindo dentro da própria casa micro iniciativas empreendedoras voltadas a complementação da renda a partir da relação de crédito com um BCD.

A segunda característica, imbricada e explicativa da primeira, está relacionada às condições de implantação do BSG em Tabua e nas demais comunidades beneficiadas pelo projeto conveniado, notadamente, no que diz respeito à impossibilidade legal de apoio da SENAES à constituição do fundo de

³⁵Além de pesquisador na área de políticas públicas no Semiárido brasileiro, economia solidária, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento local e participação, o entrevistado atuou na Secretaria Nacional de economia solidária - SENAES (2003 - 2016) e, atualmente, é Professor Associado na UFRN.

crédito. Como consequência, a necessidade desse fundo ser constituído com recursos das próprias comunidades e entidades que compõem o CG do banco.

O referido impedimento e as frágeis condições de disponibilidade de recursos por parte dos sujeitos envolvidos terminaram por limitar o tamanho desse fundo, inviabilizando, com isso, o patrocínio aos empreendimentos solidários que demandariam (por serem coletivos) maiores escalas de crédito, e levando o direcionamento de tais recursos unicamente aos consumidores locais e aos microempreendedores individuais (informais, populares) associados ou não a AMJP; situação já prevista no Projeto básico.

Mesmo os empreendedores individuais, alguns desses, também resistiram à utilização do crédito em função do seu valor. Essa informação fica clara na fala de E2³⁶ ao ser questionado se já havia utilizado o serviço de crédito do BSG:

Se eu fui tentar fazer empréstimo, alguma... não. Eu, até aqui, ainda num procurei não, num sabe?, porque...até que os empréstimo, pra mim, assim, eles são mínimo, né? São pouquinho. Aí, ele... um valor assim, graças a Deus, até aqui, eu vem me virando. Num tô com... Esse negócio de... Porque, aqui, um valor alto, você vai se impensar pra pagar, mas naquela hora que você recebe, você vai investir legal.

A substituição dos empreendimentos solidários por empreendimentos individuais como público alvo do BSG, não obstante à fala acima de E6³⁷, nos parece uma estratégia contraditória, pois transformou o que poderia ser uma exceção numa regra geral do ponto de vista das perspectivas políticas do movimento. Ou seja, as condições objetivas do projeto e da realidade local retirou a possibilidade da primazia dos valores da economia associativista do processo.

Além disso, considerando as falas e o relatório registrado no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos do Governo Federal (SICONV)³⁸, convênio nº 749331/2010, essa relação de aparente complementariedade contém outro elemento contraditório que se expressa, à primeira aproximação, na rejeição desses

³⁶ Empreendedor(a) individual beneficiário(a) dos serviços disponibilizado pelo BSG. (comércio de alimento)

³⁷ Além de pesquisador na área de políticas públicas no Semiárido brasileiro, economia solidária, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento local e participação, o entrevistado atuou na Secretaria Nacional de economia solidária - SENAES (2003 - 2016) e, atualmente, é Professor Associado na UFRN.

³⁸ O Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV) é a iniciativa do Governo Federal responsável por todo o ciclo de vida dos convênios, contratos de repasse e termos de parceria, no qual são registrados os atos, desde a formalização da proposta até a prestação de contas final. Disponível em: <http://api.convenios.gov.br/> Acesso em 20 de maio de 2017.

empreendedores (notadamente, aqueles que não vivenciaram uma anterior experiência de práxis transformadora dentro da economia solidária) às práticas de encontros de avaliação, planejamento e controle da experiência do BSG.

Nessa direção, relata E5³⁹ ao ser indagado se os empreendedores individuais participavam das reuniões: “Não! Eram convidados os comerciantes, alguns, mas eles... a maioria não participava [...] Toda a formação que a gente faz, a gente chama só que, devido à necessidade da pessoa de está no comércio, então, muito poucos participam”.

Da mesma forma, corroborando com essa fala, citamos o registro no item 2.6 do relatório de execução do convênio, o qual aponta as dificuldades encontradas frente à necessidade de articulação com os empreendedores individuais locais durante a execução do projeto no qual estava incluída a implantação do BSG, justamente pela falta do hábito de participação desses nos processos coletivos:

O acompanhamento dos BCDs existentes exigiu da equipe técnica e das comunidades gestoras dos BCDs um aprofundamento das questões que dizem respeito à articulação política nos territórios de atuação, na medida em que a ação dos BCDs supõe a articulação de redes locais de economia solidária, reunindo sujeitos políticos, mas sujeitos que não estão habituados às práticas do associativismo, tais como comerciantes e empreendedores individuais da economia popular. Nesse sentido o acompanhamento não se trata apenas de aplicar conhecimento sobre a metodologia de BCDs, antes supõe um trabalho de tradução e mediação entre pessoas, associações, entidades de apoio, governos e comerciantes. (BRASIL, 2010-b)

Por outro lado, o projeto contemplado pelo convênio traz no seu objetivo específico 3 a necessidade das formações a partir da elaboração de material didático e do desenvolvimento de processos formativos e capacitação em finanças solidárias e gestão de BCDs. Nesse caso, ao delimitar as formações a esses dois temas, deixando a formação sociopedagógica acerca da economia solidária secundarizada ou à custa de uma anterior vivência política dos beneficiários do empreendimento no campo do associativismo, a nosso juízo, a proposta do projeto tende a fragilizar a perspectiva emancipatória da experiência do BSG, incorrendo no risco de limitá-la a uma intervenção de caráter econômico e localizado.

A priorização das formações nos processos de gestão dos BCDs termina por distanciar o empreendedor individual de uma perspectiva de trabalho fundada na

³⁹ Técnico da ITES que atuou na função de agente de crédito durante todo o processo de implantação do BSG; graduado em Administração pela UFBA; especialista em MBA em Marketing estratégico pela Faculdade Ruy Barbosa; mestre em Administração pela UFBA; e, atualmente, é professor do IF, Campus Macau/RN.

autogestão. No caso de Tabua, essa rejeição fica clara quando indagamos E2⁴⁰ acerca da possibilidade de lhe ser oferecido, hoje, três oportunidades: um trabalho com carteira assinada e todas as garantias trabalhistas (FGTS, férias, 13º, etc.); uma experiência, coletiva, por meio da construção de uma cooperativa, fundada nos ideais da economia solidária (de autogestão, decisão coletiva e democracia) em que todos pudessem participar, igualmente, das perdas e dos ganhos desse empreendimento; ou, ainda, um apoio maior para ele expandir sua atividade, com os riscos e vantagens que fazem parte do mercado empresarial. Ao final do mês, sua renda, em qualquer uma das três escolhas seria de R\$3.000,00. A escolha de E2 foi pela terceira oportunidade, com a seguinte justificativa:

Por causa do quebra-cabeça, rapaz. O quebra-cabeça, porque o legalizado, o carteira assinada, cê vai trabalhar pá burguesia, né? Vai trabalhar pá burguesia. E o em grupo, cê vai trabalhar com aquela desunião do grupo, né?, [...] que surgiu. Nunca vi um grupo pá num ter desunião. O individual é a aquela coisa, né?, se eu tiver prejuízo, é eu. Eu num vou reclamar de ninguém porque ninguém num é culpado, e ninguém vai reclamar de mim porque foi que aconteceu, né? Mas eu mermo escolhia o individual.

O dado qualitativo acima certamente nos indica uma tendência a qual, a nosso ver, se acentua pelo fato de termos identificado, ao final da entrevista, que E2 é, também, associado à AMJP, desde antes da implantação do BSG, tendo participado, inclusive, das primeiras reuniões de articulação realizada pela AACCC e ITES.

Outro fator importante para a análise da função social do empreendedorismo individual como participe na experiência do BSG, informado pelas falas de E1⁴¹ é que nos dois casos de empréstimos possíveis, a principal fonte de pagamento sai do Programa Bolsa Família. Essa integração, aparentemente casual, à experiência do BSG dá a esse programa um papel fundamental na dinamização das economias locais onde imperam a pobreza e a miséria, pois se em alguns casos complementam a renda, em outros, é a própria renda da família.

⁴⁰ Empreendedor(a) individual beneficiário(a) dos serviços disponibilizado pelo BSG. (comércio de alimento)

⁴¹ Grupo de 8 mulheres representantes da AMJP, moradoras da comunidade de Tabua, as quais, para além dos empreendimentos solidários da Associação, atuam, também, como empreendedoras individuais em atividades de produção, comércio e serviços como: artesanato, produtos de padaria (bolo, tortas, salgados), criação e venda de galinha e porco, produção de alimentos orgânicos para as feiras da região, serviços estéticos (cabelo, unhas e pele), comércio de bobonieres, etc.

Sobre esses empréstimos, segue um primeiro relato de uma mulher beneficiária (E1⁴²) que costumava acessá-lo na modalidade consumo: “Assim, eu tiro por mim que é muito difícil a gente pegar em dinheiro. [...] Aí, a pessoa vai lá e compra o que a pessoa tem precisão... Aí, eu faço na mente de pagar quando eu recebo o meu bolsa família...”. E, da mesma forma, de outra sobre como realizava o pagamento do crédito utilizado no seu empreendimento individual: “Há, eu também fiz... Eu vendo assim: pirulito, confeito, pipoca... esses negócios... Aí, também, eu tirava do bolsa família...”

A conclusão que chegamos relativa à função social do empreendedorismo individual enquanto possibilidade de ocupação laboral alternativa à escassez do assalariamento, com base na realidade constitutiva de Tabua, é que, longe de ser um fenômeno desconectado da experiência do BSG, o que era nossa impressão inicial, ele se confirma como expressão local das sequelas da questão social do capitalismo periférico, imbricadas em um contexto de efetivação de diversas políticas sócias públicas voltadas ao enfretamento do desemprego e da pobreza, a exemplo da assistência social com o Programa Bolsa Família e das finanças solidárias com os BCDs. Ou seja, são experiências que, a partir da conformação que tomam as lutas de classes no Brasil, em função da reestruturação produtiva aplicada com vistas à garantia da acumulação e reprodução capitalista, essas precisam fundamentalmente do intervencionismo do Estado para realizar-se enquanto potência para o desenvolvimento local.

Portanto, não obstante reconhecer a importância do papel desses empreendedores populares contidos na fala de E6⁴³ (p. 39), a constatação mais importante é que os limites do fundo de crédito e a subjetividade individualista expressa na letargia desses empreendedores em se envolverem mais organicamente (participação ativa nos momentos de formação e gestão) com a experiência coletivista do BSG terminam, objetivamente, por inviabilizar a

⁴² Grupo de 8 mulheres representantes da AMJP, moradoras da comunidade de Tabua, as quais, para além dos empreendimentos solidários da Associação, atuam, também, como empreendedoras individuais em atividades de produção, comércio e serviços como: artesanato, produtos de padaria (bolo, tortas, salgados), criação e venda de galinha e porco, produção de alimentos orgânicos para as feiras da região, serviços estéticos (cabelo, unhas e pele), comércio de bobonieres, etc.

⁴³ Além de pesquisador na área de políticas públicas no Semiárido brasileiro, economia solidária, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento local e participação, o entrevistado atuou na Secretaria Nacional de economia solidária - SENAES (2003 - 2016) e, atualmente, é Professor Associado na UFRN.

dinamização da economia local pelo caminho dos valores autogestionários do empreendedorismo solidário.

3.2. COOPERATIVISMO NO BRASIL E O “ESPÍRITO DA ÉPOCA”

Em linhas gerais, se constituíram duas vertentes do cooperativismo na história do Brasil desde a segunda metade do século XX: de um lado, aquela que, hoje, compõe o Fórum Brasileiro de economia solidária (FBES) e é representada pela União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias (UNICOPAS)⁴⁴, cuja luta se dá pela preservação dos princípios da autogestão e da participação democrática (mesmo com suas variantes e contradições), caso dos empreendimentos de caráter associativo, baseados na articulação de produtores individuais e dos empreendimentos de caráter familiar com diversos níveis de solidariedade e cooperação, como sugere Barbosa (2007); e, de outro lado, aquela vertente que, representada pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), defende a estruturação burocrática dessas organizações, a verticalização da prática política cooperativista (inviabilizando assim a gestão democrática) e a ideia de um cooperativismo situado fora de um debate societário para além do capitalismo. Salientamos que, mesmo considerando a intrínseca relação histórica entre o cooperativismo e a economia solidária, a divisão constituída no campo representacional nos levou a separá-los para efeito da análise relativa à função social desses fenômenos.

Além desse aspecto representativo, o processo histórico terminou por dividi-las em categorias diversas, se distribuindo em “cooperativas agropecuárias, de crédito, educacional, de trabalho, de produção, saúde, consumo, habitacional, mineral, especial e de serviços” (Lima, 2002, p. 37). Necessário, também, o registro dos exemplos negativos surgidos, como os da terceirização, impostos pela lógica estratificadora da cadeia produtiva global, caso exemplar da experiência das

⁴⁴ A UNICOPAS é resultado da fusão de três grandes organizações nacionais do cooperativismo solidário: a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e economia solidária (Unicafes), a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol Brasil) e a Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil (Concrab). Disponível em: <http://unicafes.org.br/unicafes/unicopas-nasce-para-fortalecer-o-cooperativismo-solidario> Acesso em 03 de junho de 2017.

cooperativas de confecção do Maciço do Baturité no interior do Estado do Ceará⁴⁵. Quanto às cooperativas de crédito, uma experiência positiva tem sido a CRESOL⁴⁶ que, atuando em forma de rede no meio rural, busca dar apoio às várias experiências existentes de agricultura familiar, sempre na perspectiva do desmembramento como forma de resistência ao crescimento individual cuja consequência é, usualmente, a cooptação pelo sistema do capital. (BITTENCOUR, 2000).

Nesse sentido, Singer (2005) levanta uma hipótese bastante instigante sobre o processo de construção identitária do movimento cooperativista em nível global. Segundo ele, na verdade, todas as experiências de cooperativas no mundo, em maior ou menor grau, oscilam historicamente na sua relação com a totalidade social. Assim, por reconhecermos essa como uma relação dialética, optamos nesse trabalho de pesquisa por defini-las a partir da categoria função social. São os casos de cooperativas como as de crédito as quais, se na sua origem se forjaram a partir da ideia da ação solidária entre seus associados, terminaram por, no decorrer do tempo e do contexto político-econômico, capitularem as regras do mercado, se transformando em empresas cooperativas de crédito capitalistas, atuando a partir da gestão de tecnocratas orientados pela tática das fusões e incorporações de pequenas cooperativas por cooperativas maiores; portanto, contrários à estratégia de divisão das cooperativas em expansão que busca a garantia da participação mais efetiva dos seus associados. Objetivando, então, explicar esse fenômeno, ele afirma:

Muitas cooperativas provavelmente passaram por períodos em que eram empresas solidárias e outros em que se assemelhavam mais a empresas capitalistas. Essas oscilações devem-se à inserção econômica e social de cada cooperativa [...] e ao “espírito da época”, que impregna os cooperados, ora de valores solidários e democráticos, ora de individualismo e culto à competição. (SINGER, 2005, p. 86)

⁴⁵ O Polo Confeccionista do Baturité foi uma experiência implantada em 1991 de cooperativismo associado a uma empresa capitalista com sede em Taiwan, em forma de terceirização que, se trouxe grandes expectativas de melhoria de vida para as(os) trabalhadora(economia solidária) da região no seu processo inicial, terminou por se transformar numa grande decepção para essa(economia solidária). Ver mais detalhes em Lima (2002)

⁴⁶ “O Sistema CRESOL é um sistema integrado de cooperativas de crédito rural com interação solidária. As cooperativas de crédito do Sistema CRESOL são instituições financeiras amparadas por lei federal, devidamente autorizada pelo Banco Central e conveniada ao Banco do Brasil. São constituídas e administradas por agricultores familiares e se articulam com as organizações populares.” Ver mais em (BITTENCOUR, 2000).

No caso do Brasil, considerando a inserção econômica e social a qual se refere Singer (2005), entendemos que o exemplo da OCB e suas cooperativas, notadamente as que atuam no setor rural, deixa claro o atrelamento umbilical dessas entidades à histórica participação do setor primário exportador, agora denominado de agronegócio exportador, no desenvolvimento da economia brasileira, o que foi identificado por Oliveira (1987, p. 12) como um processo político e econômico que “mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’, se se quer manter a terminologia”.

Já as cooperativas vinculadas aos valores da autogestão e participação democrática se inserem no Brasil, em oposição a OCB, a partir da ação dos movimentos sociais surgidos no período pós-ditadura civil-militar, voltada ao enfrentamento da crise estrutural do trabalho assalariado por meio da estratégia de requalificação do trabalho informal, resultado da reestruturação produtiva mundial, em processo desde a década de 1970, mas que tem o seu rebatimento na vida nacional a partir das décadas de 1980 e 1990.

Ao ser questionado sobre a história da SENAES e sua trajetória profissional junto a essa instituição, E6⁴⁷ faz um resgate de sua história profissional (e de militância) junto ao campo no RN e as lutas agrárias ali ocorridas, asseverando a imbricação histórica entre os movimentos associativistas, cooperativistas e de economia solidária nesse processo.

Veja, primeiro, é::é... eu já trabalhava com economia solidária no RN, desde do... na verdade, desde o final dos anos 80 que a gente trabalhava com associativismo e cooperativismo no campo. Então, isso, a gente não chamava de economia solidária, não tinha essa compreensão de que promover essas formas, num é? De trabalho associado, de cooperação; de que isso tinha a ver, na verdade, com um projeto político que é o que a gente chama a economia solidária, um projeto de sociedade. É::é... mas, a gente tinha já, naquele momento, os princípios, os valores, as práticas. Eu tenho pra mim que a SENAES, ela resulta exatamente desse processo de tomada de consciência do potencial dessas iniciativas dispersas. (E6, 2017)

Nesse momento, com o desmanche do Estado soviético e a consequente crise do pensamento revolucionário mundial, se hegemoniza na esquerda brasileira

⁴⁷ Além de pesquisador na área de políticas públicas no Semiárido brasileiro, economia solidária, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento local e participação, o entrevistado atuou na Secretaria Nacional de economia solidária - SENAES (2003 - 2016) e, atualmente, é Professor Associado na UFRN.

uma perspectiva que se alinha com a ideia de um Estado intervencionista, possível de ser conquistado pela via eleitoral e capaz de construir, articulado com os movimentos sociais institucionalizados, uma nova pedagogia de consenso de classe que garantisse o avanço na pauta dos direitos sociais. Sobre as práticas do cooperativismo no Brasil e os seus sujeitos políticos indutores, Barbosa (2007) observa:

Uma segunda inovação de relevo diz respeito aos sujeitos políticos indutores dessas práticas, em geral atuantes nos processos de renovação da democracia no país como sujeitos coletivos representados nos sindicatos, igrejas, universidades, entidades civis de direitos humanos e partidos de esquerda, no caso, principalmente, o Partido dos Trabalhadores. (BARBOSA, 2007)

No que diz respeito à relação do BSG com as experiências de organizações cooperativadas, o fato é que, nem as falas e nem a pesquisa realizada junto ao CADSOL apontaram a existência de qualquer experiência de cooperativa solidária no município de São Miguel do Gostoso. Aparentemente, esse fenômeno não se deve unicamente às condições objetivas atuais de financiamento produtivo do fundo de crédito do BSG, mas, também à falta anterior de políticas públicas nacionais específicas de apoio a esses empreendimentos, assim como, de uma legislação que lhes possibilitasse sair da condição de associações cooperativadas por receio das exigências tributárias legais.

Quanto à legislação, julgamos importante registrar os referenciais mais significativos desse setor:

- a) A Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a qual definiu a Política Nacional de Cooperativismo e instituiu o regime jurídico das sociedades cooperativas, autorizando a constituição dessas a partir da quantidade mínima de 20 associados, cujo “objeto refere-se a qualquer gênero de serviço, operação ou atividade, assegurando-se-lhes o direito exclusivo e exigindo-se-lhes a obrigação do uso da expressão ‘cooperativa’ em sua denominação.” (BRASIL, 1971). Atualmente essa lei passa por uma revisão por meio do substitutivo do Senador Waldemir Moka aos PLSs 3/2007, do ex-senador Osmar Dias (PDT-PR), e 153/2007, do ex-senador Eduardo Suplicy. Uma das mudanças centrais propõe que as duas entidades nacionais – OCB e UNICOPAS – passem a representar o sistema cooperativista - atualmente, a legislação atribui esse papel apenas à OCB.

De acordo com o substitutivo, é obrigatório o registro de todas as cooperativas em uma das duas entidades. Prevê, também, a título de Contribuição Cooperativista, que seja recolhido anualmente pela cooperativa, a favor da entidade nacional, 0,2% do valor do capital integralizado e fundos da cooperativa, no exercício social do ano anterior.

- b) A Constituição Federal de 1988, no seu artigo 5º, inciso XVIII, no qual dispõe que “a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas, independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;” (BRASIL, 2017).
- c) A Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a qual “Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACOOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.” (BRASIL, 2012). Voltadas para a produção ou o serviço, se constituem formalmente a partir da iniciativa mínima de 7 potenciais cooperados.
- d) E a Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999. Dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais, constituídas com a finalidade de inserir as pessoas em desvantagem (deficientes físicos e sensoriais, deficientes psíquicos e mentais, dependentes de acompanhamento psiquiátrico permanente, egressos de hospitais psiquiátricos, dependentes químicos, egressos de prisões, os condenados a penas alternativas à detenção e adolescentes em idade adequada ao trabalho e situação familiar difícil do ponto de vista econômico, social ou afetivo) no mercado econômico, por meio do trabalho, o qual incluem entre suas atividades: a organização e gestão de serviços socio sanitários e educativos; e o desenvolvimento de atividades agrícolas, industriais, comerciais e de serviços.

No caso de Tabua, a inexistência de interação entre o BSG e o movimento cooperativista formal, na perspectiva do desenvolvimento local e do seu entorno, termina por fortalecer a relação com empreendedores individuais que são, ao mesmo tempo, filiados a alguma associação, formalizada ou não.

Ainda no que se refere ao financiamento do fundo de crédito, o diagnóstico realizado durante o processo de construção do 1º Plano Nacional de economia

solidária (2015-2019)⁴⁸ corrobora o entendimento, ainda que parcial, sobre essa realidade de escassez de cooperativas solidárias na região de atuação do BSG. No momento de reflexão acerca do elemento “fraquezas”, no que tange a insuficiência das políticas públicas de economia solidária para atender, em larga escala, às demandas dos empreendimentos econômicos solidários, os dois últimos itens apontados estão assim descritos:

Dificuldade de acesso ao crédito com condições adequadas à realidade dos empreendimentos econômicos solidários, em especial nos grupos de mulheres que seguem mais empobrecidos, que possam impulsionar suas atividades de produção e de prestação de serviços, gerando trabalho e renda aos seus associados; e investimento insuficiente nas finanças solidárias (cooperativas de crédito solidário, bancos comunitários de desenvolvimento, fundos solidários) nos territórios. (BRASIL, 2015)

Depreendemos daí que, para além da “boa vontade” e de um forte sentido de militância dos participantes de uma experiência cooperativada (principalmente aquelas de natureza solidária), de atuarem unicamente com base nos princípios clássicos da autogestão e da participação democrática, é preciso considerar o contexto de desenvolvimento das forças produtivas e das lutas de classes que ali se engendram influenciando todo o processo.

Em outras palavras, fica clara a subordinação histórica desse fenômeno a esses processos, do ponto de vista da função social, dada as particularidades que o identificam dentro do contexto brasileiro e a correlação de forças estabelecidas nas dimensões: econômico-política, técnico-institucional e sociopedagógica das lutas que se dão inclusive por dentro do Estado na contemporaneidade.

3.3. ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA FORMA DE FAZER AS LUTAS DE CLASSES?

Já no que concerne mais especificamente à economia solidária, tema da presente pesquisa, cujo recorte foi dado às finanças solidárias por meio dos BCDs, nos utilizaremos de duas estratégias de aproximação ao tema para a reflexão acerca de sua função social: uma rápida prospecção histórica, situando-a no Brasil de

⁴⁸ Organizado pelo Conselho Nacional de economia solidária, o 1º Plano Nacional de economia solidária (2015-2019) - para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável – foi construído durante a 3ª Conferência Nacional de economia solidária que aconteceu no período de 26 a 29 de novembro de 2014, em Brasília/DF.

meados do século XX até o presente momento; e, na sequência, a exposição de algumas perspectivas teóricas, além da nossa impressão acerca do fenômeno.

Como já dito, fica claro o desarranjo como se apresenta o empreendedorismo individual, o cooperativismo e a economia solidária no Brasil, graças à sobreposição das experiências no concreto real, o que dificulta enormemente a análise singular de cada uma delas, a menos que busquemos o entendimento da sua função social a partir de suas particularidades dentro da quadra histórica dada. Nesse sentido, a economia solidária termina por conter dentro de sua capilaridade desde empreendimentos solidários (formais ou informais), caso das associações; empreendimentos cooperativos formais de natureza solidária; até empreendimentos individuais, também chamados de empreendimentos populares, enredados no entorno de algum empreendimento solidário, a exemplo dos beneficiários das experiências de BCDs.

Ratificados os desafios, importa reconhecer que, não por acaso, os temas cooperação e economia solidária voltam a frequentar a agenda de muitos movimentos sociais populares no Brasil desde o início dos anos 1980. Mais contemporaneamente, falar de economia solidária tem sido comumente associado a um modo alternativo de gerar crédito, produzir, distribuir, consumir e descartar que, a partir do apoio decisivo do Estado, em colaboração com movimentos e entidades da sociedade civil, tem se capilarizado por todo o território nacional.

Ao refletir acerca da “reinvenção da economia solidária no século XX”, Singer (2002) vai relacioná-la à crise do desemprego que recaiu sobre as economias centrais e em desenvolvimento a partir da década de 1970, defendendo que, sob um contexto de derrocada do socialismo nos países da Europa Oriental e da submissão da social democracia aos ditames do neoliberalismo, a luta deixaria de ser por dentro do chamado Estado Social, transferindo o seu campo de batalha para a sociedade civil.

É nesse contexto que, segundo o autor, essas práticas ressurgem com força trazendo de volta os valores cooperativistas do século XIX. E vai além, afirmando que “O que distingue esse ‘novo cooperativismo’ é [...] o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento” (SINGER, 2002, p. 111). Conseqüentemente, a reinvenção da economia solidária estaria ligada não somente ao desemprego, mas,

também à precarização desses postos de trabalho em função da flexibilização, mesmo mantida as condições de assalariamento.

Segundo Oliveira (2012), como uma experiência histórica, ela se reacende no Brasil inicialmente por meio das várias práticas associativistas surgidas como saída para a crise no mundo do trabalho no campo e na cidade das décadas de 1980 e 1990. Em sua maioria de pequeno porte, são elas operacionalizadas inicialmente pela Cáritas⁴⁹ através dos Projetos Alternativos Comunitários, os chamados PACs, mas, também, por:

[...] outros movimentos eclesiais, tais como o Movimento Focolares, e pastorais sociais, como a Pastoral da criança, Comissão Pastoral da Terra, Pastoral da terra e Conselho Indigenista Missionário, [...] cada um com seu enfoque pastoral específico e alguns com forte influência da teologia da libertação. (OLIVEIRA, 2012, p. 42)

Além dos PACs, registramos ainda a iniciativa do MST no que se refere à constituição do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), em 1989, voltado à promoção da agricultura pela via das cooperativas autogestionárias. Por advir desse combativo movimento cuja marca é a luta pela democratização do acesso à terra, o tipo de cooperativismo trabalhado pelo SCA recebe, tanto dos afetos da economia solidária quanto de seus críticos, o reconhecimento de ser essa uma iniciativa que guarda diferença dos demais empreendimentos da economia solidária.

Para os afetos da economia solidária, as cooperativas criadas a partir do SCA não surgem, a priori, para dar conta do problema do desemprego ou da precarização do trabalho industrial, mas para responder à demanda organizacional da produção das famílias assentadas, resultado das lutas no campo entre as décadas de 1980 e 1990. Seriam elas, portanto, “outra modalidade da economia solidária no Brasil” (SINGER, 2002, p. 111).

Já os críticos da economia solidária vão além e afirmam que as iniciativas cooperativistas do MST têm outra perspectiva. Segundo eles, as experiências constituídas a partir do SCA não são apenas mais uma modalidade da economia solidária no Brasil, voltadas à organização produtiva dos trabalhadores advindos da luta do campo. Por terem sido constituídas a partir de um movimento social de base marcadamente política e antagônica ao setor agrário exportador e suas entidades

⁴⁹ Organização não governamental ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), pioneira no apoio à economia solidária no Brasil. Ver mais em Oliveira (2012).

representativas, guardam forte diferença das demais modalidades de economia solidária, pois apostam na luta pela socialização da propriedade privada (da terra) e não pela “integração de trabalhadores pelo mercado capitalista” (WELLEN, 2012, p. 2002).

Há, nesse caso, uma diferença de perspectiva, pois enquanto as demais modalidades das cooperativas de base solidária nascem da adequação à crise do emprego assalariado, as cooperativas do SCA nascem de uma demanda organizacional da produção a partir do enfrentamento a uma estrutura fundiária desigual, portanto, injusta e concentradora de propriedade privada.

De nossa parte, entendemos que o conflito de classes que se instaura a partir da luta pela terra se insere no contexto de crise de ocupação no sistema do capital e no ressurgimento do movimento associativista no Brasil contemporâneo, produzindo, a partir do mais importante movimento popular do campo, o MST, uma proposta de cooperativismo de base fortemente emancipatória, dada pelas condições de expropriação do trabalho subordinado existente no setor fundiário brasileiro.

Já no meio urbano industrial, destacamos o trabalho levado a cabo pelos sindicatos, inicialmente na cidade de Franca/SP, através da constituição da Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão (ANTEAG), voltado ao enfrentamento do desemprego, consequência da abertura da economia brasileira ao mercado internacional no início da década de 1990. De lá para cá, essa organização saiu de uma ação inicial de recuperação de 405 empregos por meio da transformação de uma empresa de calçado falida em outra autogestionária para, hoje, acompanhar projetos de autogestão, responsáveis por mais de 30.000 postos de trabalho⁵⁰. No entanto, se comparados à totalidade da produção de postos de trabalho da economia capitalista brasileira, evidentemente que esse crescimento é apenas simbólico. As causas, segundo Faria; Novaes; Dagnino (2008), vão desde os:

[...] limites internos ao próprio movimento, como na necessidade de produzir para os circuitos de acumulação do mercado capitalista (inclusive para o mercado suntuoso das elites). Ou ainda, nos limites que decorrem das ações de um aparelho de Estado que, apesar de estar ocupado por governos simpáticos ao movimento, segue adotando políticas públicas (referentes ao crédito, às compras governamentais) cujo ajuste desfigura a dinâmica impulsionada por aqueles empreendimentos. E que tende a

⁵⁰ Disponível em: <http://cirandas.net/anteag>. Acesso em: 27 de junho de 2017.

submetê-los às práticas usuais do mercado que favorecem o grande capital.
(FARIA; NOVAES; DAGNINO, 2008, p.126)

Esses autores fazem uma reflexão crítica bastante instigante e procedente em relação aos empreendimentos autogestionários, notadamente àqueles do setor urbano. Trata-se da inadequação entre os valores e princípios das novas empresas autogestionárias e as tecnologias que fundamentavam o trabalho na antiga empresa capitalista. Essa inadequação se expressa tanto internamente, pelos próprios limites do movimento, dado pelo engessamento à lógica de processos produtivos voltados à competição e não à cooperação, quanto externamente, na necessidade de suprir o mercado de consumo capitalista, inclusive na relação entre essas empresas autogestionárias e o Estado que, insensível a essa inadequação, constrói políticas públicas que apenas alimentam a assimilação dessas experiências à ordem do capital.

Em outras palavras, as empresas recuperadas carecem de mudanças no seu processo produtivo capazes de construir uma nova subjetividade/objetividade organizacional, de se mostrar autonômica em relação às relações com o mercado e o Estado capitalista. Esse é um debate central dentro do pensamento marxista, pois vai dizer, inclusive, do papel das tecnologias e sua neutralidade (ou não) nos processos pós-revolucionários⁵¹, para além da sociedade do capital.

Além das ações encampadas pela ANTEAG, Singer (2002) registra ainda que deve ser creditada ao movimento sindical, na figura da Central Única dos Trabalhadores (CUT), a constituição, em 1999, da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), voltada à formação em economia solidária junto ao movimento sindical e à constituição de cooperativas de crédito.

Como consequência dessas experiências históricas iniciais e da atuação política dos movimentos sociais ligados à economia solidária, esse debate toma corpo político no Brasil por meio de três influxos: a criação do Fórum Brasileiro de economia solidária (FBES), articulada a partir do 1º Fórum Social Mundial em Porto Alegre/RS, 2001; a instituição da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), iniciativa do primeiro governo Lula, 2003; e, por último, a construção da Rede Nacional de Gestores Públicos de Economia Solidária (2002), como estratégia de articulação e fortalecimento da temática dentro e a partir do Estado brasileiro.

⁵¹ Sobre esse debate, ver mais em: Lênin (1972)

Sobre o Papel da SENAES nesse processo, E6⁵² faz a seguinte reflexão:

A SENAES não é [apenas] um órgão criado por um governo, ele é fruto desse processo. E [...] a gente vai encontrar o pessoal que, que, que criticava muito o socialismo real, o chamado socialismo real do leste europeu(+) porque tinha é... influências de Rosa Luxemburgo e de outros pensadores que tratavam mais de que socialismo e autonomia são duas coisas que não se separam, né? [...] O que eu tô falando aqui é que vem desde essas reflexões do socialismo autogestionário, até outras formas de compreender esse processo...(+) é que a gente chegou na economia solidária. A SENAES é resultado disso. (E6, 2017)

Segundo Dubeux, (2007), a articulação entre FBES, SENAES e Rede Nacional de Gestores Públicos gerou uma série de ações voltadas à capilarização e ao fortalecimento da práxis da economia solidária no Brasil. Dentre essas ações, três merecem destaque inicial: a criação do Sistema Nacional de Informação de Economia Solidária (SIES) – 2004, possibilitando o primeiro mapeamento das experiências concretas de economia solidária no Brasil já em 2005; a realização da Oficina Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária, também em 2005; e ainda, a criação do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (PRONINC) - 1998, resultado de um acordo entre a UFRJ, a Agência Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e a Fundação Banco do Brasil (FBB).

A partir da criação do PRONINC, várias outras universidades brasileiras se agregaram ao processo de constituição de ITCPs. Coordenada desde 2003 pela SENAES/MTE, participam do PRONINC representantes da Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), da UNITRABALHO, e do Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão Universitária. Esse processo se consolida com a criação do grupo de trabalho interministerial, coordenado pelo Secretário Nacional de economia solidária, Paul Singer, para a elaboração de uma política nacional de microcrédito, o que desembocou na criação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado (PNMPO), instituído por lei federal em dezembro de 2005. (DUBEUX, 2007)

No Brasil contemporâneo, dentre as várias áreas de economia solidária existente, o crédito através da finança solidária tem sido visto como impulsionador

⁵² Além de pesquisador na área de políticas públicas no Semiárido brasileiro, economia solidária, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento local e participação, o entrevistado atuou na Secretaria Nacional de economia solidária - SENAES (2003 - 2016) e, atualmente, é Professor Associado na UFRN.

do desenvolvimento local de comunidades esquecidas pelo sistema financeiro convencional. Ao tratarmos dos BCDs, nos referimos às experiências solidárias, semelhantes aos clubes de troca⁵³, pois se voltam para o desenvolvimento local de comunidades com baixa circulação de dinheiro via criação de moeda e, no caso dos BCDs, financiamento tanto de outras experiências de empreendimentos do tipo solidário como também de projetos de empreendedorismo individual dentro dessas comunidades periféricas do capital.

No que se refere especificamente à gênese dos BCDs no mundo e no Brasil, dois registros históricos precisam ser feitos: o primeiro diz respeito à constituição do *Grameen Bank* (Banco da Aldeia) em Bangladesh. Essa experiência tem seu ponto de partida numa pesquisa acadêmica realizada a partir de 1974 por um professor de economia (Muhammad Yunus) e seus alunos da universidade de Chittagong, a qual buscava entender as causas do fenômeno da fome. Realizada na aldeia de Jobra (adjacente à Universidade de Chittagong), a pesquisa concluiu que esse fenômeno não ocorria pela falta de alimentos, mas pela falta de dinheiro naquela aldeia, vitimando, principalmente, “aqueles que não tinham nenhum tipo de propriedade, em sua maioria mulheres: viúvas, abandonadas ou divorciadas, quase sempre com filhos” (SINGER, 2002, p. 76), justamente por não disporem das garantias exigidas para empréstimos junto à rede bancária convencional. E o mais importante, concluiu que o valor necessário para retirar aquelas pessoas das garras da usura era muito baixo.

Ainda segundo Singer (2002), daí em diante, impactado pelo real e munido de uma hipótese interventiva, Yunus e seus colaboradores saem dos domínios da academia e iniciam a primeira experiência do *Grameen* (ainda informal) junto a um grupo de 42 pessoas pobres de Jobra, onde, na ocasião, terminou por compor as demandas iniciais do fundo de crédito com recursos do seu próprio bolso ou por empréstimos pessoais feitos à rede bancária convencional, logo depois, repassados ao público beneficiário. Após essa primeira etapa, para resolver o problema de lastro, buscou parceria com o Estado por meio do Banco Agrícola, constituindo a primeira agência experimental em Jobra (chegando a 500 clientes). De 1979 em

⁵³ Sistema de troca de produtos e serviços voltados para o desenvolvimento de economias locais, como forma de enfrentamento de crises sociais, a exemplo da experiência da Ilha de Vancouver no Canadá e da Rede Global de Trocas da Argentina surgidas durante a crise econômica da década de 1980, “quando um grupo de amigos e vizinhos no subúrbio de Buenos Aires organizou um clube de trocas, ou de negócios, para realizarem o escambo de produtos e serviços ente os participantes do clube.” (FREIRE, 2011, p. 226).

diante, expande-se nacionalmente por todo o país através de parceria com o Banco Central de Bangladesh.

O argumento de Muhammad Yunus era de que recursos financeiros disponibilizados a uma população maior, em termos e condições apropriadas, poderiam estimular os empreendimentos locais e reduzir a pobreza rural generalizada no Bangladesh. Hoje, o *Grameen Bank* continua a oferecer crédito aos mais pobres daquele país, sem qualquer garantia, sempre na perspectiva de ser uma arma econômica para lutar contra a pobreza, potencializando as comunidades pobres que, por serem não Financiáveis, tornam-se desassistidas da rede bancária convencional. Assim, em termos de números, a partir de outubro de 2011, o Grameen conta com 8,349 milhões de mutuários, dos quais 97% são mulheres. Com 2.565 agências, presta serviços em 81.379 aldeias, cobrindo mais de 97% das aldeias totais em Bangladesh⁵⁴.

O segundo registro histórico a ser feito no que se refere especificamente à gênese dos BCDs, agora no Brasil, diz respeito ao seu maior expoente, o Banco Palmas. Sua constituição se dá no ano de 1998, pela Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP), localizado na periferia da cidade de Fortaleza/CE. Criado em 2003, hoje, o Instituto Palmas assessora outras experiências de BCDs por todo o país e até no exterior, a partir da metodologia do Banco Palmas.

Com base no Termo de Referencia dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (INSTITUTO PALMAS, 2007), aprovado no II Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, realizado nos dias 18, 19 e 20 de abril de 2007, no SESC Iparana, em Caucaia/CE, Os BCDs são serviços financeiros solidários em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da economia solidária. Nesse sentido, o seu objetivo é promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo, baseado no apoio às iniciativas de economia solidária em seus diversos âmbitos, como: empreendimentos sócio-produtivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização (bodegas, mercadinhos, lojas e feiras solidárias), organizações de consumidores e produtores.

⁵⁴ Disponível em: <<http://www.grameen-bank.net/about-us/>>. Acesso em: 06 de junho de 2017. (GRAMEEN BANK, 2017)

Suas principais características são:

- a) Criação do banco decidida pela própria comunidade cuja Gestão se dá no interior de estruturas de organizações de caráter comunitário (associações, fóruns, conselhos) ou outros tipos de iniciativa da sociedade civil que estejam inseridas na comunidade (sindicatos, ONGs, igrejas). Seu funcionamento supõe, portanto, a constituição de uma equipe de coordenação executiva no seio da própria organização associativa. Sua gestão implica desse modo, numa dimensão compartilhada, com forte componente de controle social local baseado em mecanismos de democracia direta.
- b) Manutenção realizada através da captação de recursos públicos e da constituição de um fundo solidário de investimento comunitário. esse fundo constitui-se de múltiplas fontes de recursos, entre doações de pessoas físicas e jurídicas, cotizações de associados (pessoas físicas e/ou jurídicas), prestações de serviços mercantis não-concorrenciais e outros tipos de prestação de serviços.
- c) Produtos e Serviços Oferecidos: moeda social circulante local; Crédito solidário através de concessão delegada junto a agentes financeiros e/ou através de fundo solidário (como Banco Popular do Brasil, Caixa Econômica, BNDes, etc.); crédito para financiamento de empreendimentos solidários; crédito para o consumo pessoal e familiar, sem juros; cartão de crédito popular solidário; abertura e extrato de conta corrente; depósito em conta corrente; saque avulso ou com cartão magnético; recebimento de títulos; recebimento de convênios (água, luz, telefone, etc.); pagamento de benefícios; crédito habitacional.
- d) Ações voltadas, prioritariamente, para um público caracterizado pelo alto grau de vulnerabilidade social. Contudo, pela sua condição de iniciativa cidadã focada no desenvolvimento do território, tais experiências devem também envolver outros tipos de público em alguma segmentação de mercado, como exemplo: jovens, mulheres, comerciantes, novos empreendedores, etc.
- e) Área de Atuação com prioridade para territórios com até 50.000 habitantes, possibilitando que a metodologia funcione adequadamente. É possível que se tenha mais de um Banco Comunitário em funcionamento no mesmo território.

Em se tratando do Estado do Rio Grande do Norte, a primeira experiência de BCD é denominada de Banco Comunitário de Desenvolvimento Sustentável de São Miguel do Gostoso (Banco Solidário do Gostoso - BSG). Estamos nos referindo a

uma das seis novas iniciativas de finanças solidária apoiadas pela SENAES/MTE em 2010 por meio do convênio SICONV, nº 749331/2010, e assessorada pela Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial (ITES) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Sua inauguração oficial se deu em 2012 com a primeira agência na comunidade rural de Tabua, tendo como entidade recebedora a Associação de Mulheres e Jovens Produtores da Comunidade de Tabua (AMJP). Atualmente, o BSG conta com sua agência na sede do município (a de tabua está provisoriamente desativada), inaugurada em janeiro de 2015. Segundo publicação do dia 09 de fevereiro de 2015 do site da Associação de Apoio às Comunidades do Campo do Rio Grande do Norte – (AACC), entidade proponente da experiência e componente do Conselho Gestor do BSG, “a inauguração da filial [...] teve como objetivo principal expandir sua experiência de finanças solidária [...] para todo o município, inclusive para os turistas que visitam a cidade em boa parte do ano”⁵⁵ (AACC, 2015).

Finalizando essa breve reconstituição histórica, passamos agora à reflexão acerca da função social da economia solidária. Claro que, por ser esse o tema central da presente pesquisa, faremos não só a exposição sumária de alguns pontos de vista que, a nosso juízo, expressam, de alguma maneira, os vários entendimentos a respeito da função social desse fenômeno, mas, também, trataremos de apresentar, com base nos resultados das entrevistas, da pesquisa documental e da pesquisa bibliográfica, o nosso entendimento acerca do debate.

Quanto aos diversos pontos de vistas encontrados na bibliografia, exporemos, sumariamente, a perspectiva daqueles que defendem a análise singular da experiência, sem relacioná-la com a totalidade social; dos que a enxergam como um movimento social gerador de um novo modo de produção e que, portanto estabelece necessariamente uma relação com a totalidade social; e, também, daqueles que a entendem como uma experiência que, por está a serviço das necessidades de acomodação das sequelas da questão social, precisam ser relacionadas criticamente com a totalidade social.

Os que entendem como desnecessária a reflexão acerca da função social da economia solidária, caso de Genauto França Filho e Jean Laville, o fazem fundamentados na ideia de que seriam as condições intrínsecas de existência do

⁵⁵ Disponível em: <<http://www.aaccrn.org.br/noticias-interna.php?n=82979>>. Acesso em: 30 de outubro de 2015. (AACC, 2015)

fenômeno que apontariam sua adequada compreensão e não sua relação com a totalidade social, pois tratar-se-ia não de uma experiência de substituição do modo de produção hegemônico, mas de “uma tentativa de articulação inédita entre economias mercantil, não mercantil e não monetária. [...] Esse conceito de economia solidária nos parece então com uma projeção ao nível micro ou mesossocial da economia plural” (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 187).

Para esses autores, dois aspectos expressam esse entendimento: a autonomia e a crítica dessas experiências em relação ao modo de produção hegemônico e uma subjetividade intramuros a qual conduziria à emancipação dos seus participantes em relação ao resto da sociedade. Tais experiências, vistas a partir da singularidade dos indivíduos e de fatos históricos dispersos, se fundamentam estrategicamente em uma ideia de reciprocidade entre seus integrantes que, por si só, garantiria as condições de relevância social dessas experiências (agricultura familiar, agroecologia, segurança alimentar e nutricional, luta das mulheres, luta dos povos de comunidades tradicionais, etc), negando, portanto a necessidade do entendimento acerca de sua função social, portanto, de sua relação dialética com a totalidade social (WELLEN, 2012)

Já os que enxergam a economia solidária como um movimento social capaz, inclusive, de liderar um novo modo de produção, tem sua voz mais ativa em Paul Singer, Ex-Secretário Nacional de economia solidária, cuja tese, em linhas gerais, se fundamenta na ideia de que a economia solidária seria uma nova forma de produzir nos interstícios do sistema com potencial para destronar a primazia capitalista, não obstante a sua condição de economia complementar, não hegemônica, na totalidade social atual. Nesse sentido, não há como dissociar a sua análise dessa totalidade.

Essa possibilidade histórica poderia ser alcançada, segundo ele, por dois caminhos: pela incapacidade de o sistema capitalista responder à crise econômica global, produzindo uma longa e profunda depressão, e levando o desemprego às últimas consequências, mas, também pela adesão voluntária da sociedade global a novos valores de produção, poupança, consumo, etc., que proporcione menos dispêndio de esforços produtivos e maior qualidade nas relações sociais de produção da vida. (SINGER, 2002)

Em síntese, a relativa condição autonômica da economia solidária em relação à economia capitalista o leva a concluir que aquela, enquanto um modo de produção, mas, principalmente, enquanto um movimento anticapitalista poderia, em

determinadas circunstâncias de crise dessa, vir a liderar os trabalhadores com vistas à sua superação enquanto modo de produção dominante, isso porque a própria constituição das experiências de economia solidária traria em sua dimensão pedagógica valores fundantes como a autogestão e a participação, além da perspectiva emancipatória, capazes não só de impulsionar esse processo, mas, também, de garantir a produção no período pós-revolução.

Por último, o entendimento dos que também percebem o fenômeno da economia solidária dentro, imbricado com a totalidade social capitalista, porém, em oposto ao ponto de vista dos afetos da economia solidária, entendendo-a como inserida numa dinâmica de subserviência e de funcionalidade aos interesses do modo de produção hegemônico. Nessa linha, trazemos o ponto de vista de Rosângela Barbosa, segundo a qual, a economia solidária teria um lugar na nova gestão da pobreza e do trabalho e que, portanto, seria uma das modalidades através da qual as chamadas políticas ativas⁵⁶ seriam levadas a cabo com o objetivo de transfiguração do Estado fundado no conceito de *welfare*⁵⁷ para outro com base no *workfare*⁵⁸. E que essas novas premissas se aplicariam não só às questões relativas à seguridade social, como também, às experiências alternativas de empregabilidade via autogestão e auto-emprego por meio do empreendedorismo individual, assim, garantindo a redução de custos de reprodução do trabalhador. Como elementos de mediação nesse processo, a autora aponta o Estado e a cultura. (BARBOSA, 2007)

Quanto à ação do Estado, a autora chama atenção para o papel de mediação e de regulação do potencial de conflito de classes a serviço do processo de acumulação e expansão do capitalismo no Brasil, expresso em suas atuações durante os momentos de inflexão econômica no século XX: na década de 1930, com o imperativo regulacionista do trabalho para o incremento urbano-industrial e o escamoteamento da “flexibilização do mercado – informalidade, baixos salários e rotatividade nos empregos.” (BARBOSA, 2007, p. 59); nas décadas de 1960 e 1970, com a utilização do Estado ditatorial para favorecer o processo de “internacionalização da economia e do investimento público no setor privado”

⁵⁶ “Em termos genéricos, as políticas ativas consistem em ações públicas que estimulam comportamentos e contrapartidas da população aos benefícios sociais”. Ver mais em Barbosa (2014, p.128)

⁵⁷ Forma através da qual a seguridade social é vista como um direito inalienável construído por meio das lutas dos trabalhadores na primeira metade do século XX. Ver mais em Barbosa (2014).

⁵⁸ Forma através da qual a seguridade social deve ser efetivada a partir de condicionalidades do comportamento afirmativos do beneficiário. Ver mais em Barbosa (2014).

(BARBOSA, 2007, p. 59); e, ainda, na contemporaneidade, com o estímulo e a regulamentação de experiências alternativas ao assalariamento.

No que se refere à cultura, a autora observa “a defesa do trabalho por conta própria [...] mobilizadora das virtudes empreendedoras do ‘empresariamento de pequeno porte’ e a difusão da ‘sociedade por conta própria’” (BARBOSA, 2007, p. 66 e 67). Seriam esses elementos ideológicos de construção da subjetividade que, juntamente com as ações dentro do campo da legislação do trabalho - vide Lei 13.429/2017⁵⁹, criariam as condições necessárias à reprodução e à expansão do capital na contemporaneidade.

De nossa parte, ratificamos a perspectiva com a qual vimos construindo essa exposição, no sentido de afirmar a centralidade das lutas de classes na constituição das diversas modalidades inscritas no fenômeno da economia solidária. Por esse motivo, refutamos o entendimento de que a economia solidária seja um fenômeno social alheio à totalidade capitalista. Primeiro porque, historicamente, a sua dinâmica de funcionamento, em última instância, não prescinde a economia capitalista. E, em segundo lugar, porque é a partir da correlação de força entre classes e frações de classes que se desenvolve por fora do Estado, pelo caminho da cooperação internacional, ou por dentro dele, através das políticas públicas, que se tem financiado as iniciativas de economia solidária voltada ao desenvolvimento local na contemporaneidade brasileira.

Portanto, a nosso ver, a função social de cada modalidade do fenômeno da economia solidária dependerá não só das necessidades locais, nacionais e internacionais impostas pelas expectativas de reprodução do capital, no caso atual, via processo de precarização do trabalho assalariado, mas, também, das intencionalidades políticas dos grupos envolvidos cujas posições ajudam a definir a natureza das políticas públicas.

Nesse sentido, no plano local, a experiência singular do BSG, em Tabua, se insere na particularidade de um contexto de pobreza e baixa circulação de moeda que se multiplica pelas periferias do país. Como consequência, a estagnação econômica e a falta de possibilidade de constituição de uma vida digna. No caso de Tabua, esta se constituiu a partir das lutas de classes no meio agrário, com o apoio dos movimentos sociais, cuja herança é a posse da terra e o desejo dos que ali

⁵⁹ A Lei 13.429/2017 permite às empresas terceirizarem até suas atividades-fim, aquelas que estão no centro da atuação das companhias. (Brasil, 2017)

vivem de, a partir de sua utilização autônômica, melhorar a condição de vida, como afirma a entrevistada E1⁶⁰ quando perguntada se sabia que a agricultura familiar coloca 70% dos alimentos nas mesas dos brasileiros: “Eu acho que 70% do que eu como é eu que faço: farinha, feijão, o meu..., a minha mistura, verdura... Se desse pra plantar sabão...” (E1, 2017).

No plano nacional, a experiência do BSG se insere num processo de lutas de classes que se dá majoritariamente por dentro do Estado brasileiro desde 2003, realizadas por forças políticas que disputam os fundos públicos e o papel intervencionista ou não desse Estado. Implantado ainda no primeiro governo Dilma do PT, o BSG fez parte de um conjunto de ações voltadas ao fortalecimento da economia solidária por meio de projetos de implantação de empreendimentos de finanças solidárias. Nessas circunstâncias, a SENAES exerce um papel decisivo de apoio a essas experiências as quais têm como objetivo maior o desenvolvimento local.

Porém, como a forma política não está descolada da forma economia, antes pelo contrário, a ela está vinculada, é expressão, ocupar o executivo não significa tomar o Estado enquanto um aparelho de classe para si⁶¹, visto que, como o poder político desse Estado teve que ser dividido com forças que em nada se identificam com as propostas voltadas à emancipação do trabalho, as resistências dos grupos dominantes da sociedade também se fizeram sentir. Assim, no famigerado presidencialismo de coalizão⁶² à brasileira, as lutas de classes se mostram contínuas e majoritárias por dentro do parlamento e da burocracia que ainda resistem de forma implacável às mudanças de cunho estruturante nas políticas

⁶⁰ Grupo de 8 mulheres representantes da AMJP, moradoras da comunidade de Tabua, as quais, para além dos empreendimentos solidários da Associação, atuam, também, como empreendedoras individuais em atividades de produção, comércio e serviços como: artesanato, produtos de padaria (bolo, tortas, salgados), criação e venda de galinha e porco, produção de alimentos orgânicos para as feiras da região, serviços estéticos (cabelo, unhas e pele), comércio de bobonieres, etc.

⁶¹ A construção da consciência de classe para si é processual, segundo Marx: “[...] Esta massa, pois, é já, face ao capital, uma classe, mas ainda não o é para si mesma. Na luta [...] esta massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política”. (MARX, 1982, p. 159)

⁶² Tratando do dilema institucional do presidencialismo de coalizão Abranches (1988) afirma: “A formação de coalizões envolve três momentos típicos. Primeiro, a constituição da aliança eleitoral, que requer negociação em torno de diretivas programáticas mínimas, usualmente amplas e pouco específicas, e de princípios a serem obedecidos na formação do governo, após a vitória eleitoral. Segundo, constituição do governo, no qual predomina a disputa por cargos e compromissos relativos a um programa mínimo de governo, ainda bastante genérico. Finalmente, a transformação da aliança em coalizão efetivamente governante, quando emerge, com toda força, o problema da formulação da agenda real de políticas, positiva e substantiva, e das condições de sua implementação”. (ABRANCHES, 1988, p. 19).

públicas – vide a fala de E6⁶³, quando indagado sobre a tramitação do Projeto de Lei da Deputada Luiza Erundina, o qual dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências:

Quando o projeto de lei da Erundina precisava de “parecer” do governo, pra onde que ele vai? Pra Fazenda. E, aí, nós da SENAES fomos tentar fazer intervenção junto à Fazenda pra ver se a Fazenda tinha uma leitura, mas a fazenda fez... os técnicos da Fazenda disseram: “Não pode!” esse projeto de lei não pode prosperar. [...] Os caras chegam com trezentas... uma lista com trezentas coisas: “Isso aqui não pode...”. Porque pra ele, [...] que tem a cabeça do capital, raciocina com a cabeça do capital, a visão do mundo dele é aquela ali, com raras exceções. [...] Num pode criar fundo, não vai mais criar fundo. Entende? Então, aí sim, aí é o momento de confronto da economia solidária com o capital, por dentro do aparato do Estado. (E6, 2017)

O resultado dessa correlação de forças se expressa na realidade contraditória de se ter uma Secretaria Nacional de Economia Solidária e não um Ministério de Economia Solidária; de se financiar projetos voltados à retirada de pessoas da condição de miséria, como é o caso dos BCDs, porém, sem o aporte necessário à constituição de um fundo de crédito adequado às demandas de desenvolvimento dos empreendimentos solidários de cada localidade, visto que a burocracia estatal, pragmaticamente amparada na legislação, diz que a SENAES não pode financiar recursos para “operação de crédito”, apenas pode fazer “contribuição” através de convênios; da impossibilidade de construção de projetos mais robustos de implantação dessas experiências voltados ao desenvolvimento de empreendimentos coletivos de produção em larga escala, mas, em outra via, a aprovação, célere, de vultosos projetos voltados aos interesses de grandes corporações capitalistas via BNDES.

Já na relação com o plano internacional, a função social do BSG se expressa a partir das ações, também contraditórias, de organismos multilaterais, como: Banco Mundial e FMI⁶⁴, os quais estimulam a pauta reducionista, segundo Barbosa (2007), através de políticas de moderação salarial, de caráter laboral e de

⁶³ Além de pesquisador na área de políticas públicas no Semiárido brasileiro, economia solidária, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento local e participação, o entrevistado atuou na Secretaria Nacional de economia solidária - SENAES (2003 - 2016) e, atualmente, é Professor Associado na UFRN.

⁶⁴ Forjado pelos Estados Unidos, o acordo de Brethton Woods (1944) propicia a criação de uma estrutura organizacional mundial (FMI e Banco Mundial) com o objetivo de reordenar a economia capitalista e, concomitantemente, garantir a construção de uma pedagogia da hegemonia em tempos de “guerra cultural”. Ver mais em Neves (2010).

retomada do crescimento econômico, ao mesmo tempo em que, de outro lado, entidades também internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), por meio do Programa Alimentar Mundial (PAM) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), e outras do próprio mercado, como é o caso das Fundações Ford e Kellogg reconhecem os efeitos da profunda desigualdade social existente principalmente na periferia do capital, os quais precisam ser enfrentados sob pena de recrudescimento das lutas de classes em escala global. Por isso, a assistência e o apoio às iniciativas, governamentais e não-governamentais, que produzem políticas sociais voltadas ao enfrentamento à pobreza e à falta de ocupação ou precarização laboral provocados pela reestruturação produtiva e/ou pela própria condição histórica estrutural de alijamento de direitos em que se inserem as pequenas comunidades dos países da periferia do capital, como é o caso do Brasil. O BSG é, então, um dentre esse conjunto de iniciativas.

Ainda no plano internacional, aprofunda-se a desigualdade na dimensão regional das lutas de classes, pela ação da burguesia mundial a qual tem na financeirização e na sua força motriz ideológica, o neoliberalismo, os meios através dos quais expoliam⁶⁵ os Estados nacionais subordinados a esse capital global financeirizado, via sistema da dívida pública⁶⁶, desregulamentação dos fluxos de capital, dentre outros.

⁶⁵ Atualização dos mecanismos de acumulação primitiva entre Estados e regiões. Forma atualizada por meio da qual o capitalismo se reproduz em face das crises de acumulação. Ver mais em: Harvey (2005)

⁶⁶ “Arcabouço de privilégios de ordem legal, política, financeira e econômica que denominamos ‘Sistema da Dívida’ que visa a garantir prioridade absoluta aos pagamentos financeiros da dívida pública, em detrimento dos direitos humanos e sociais de toda a nação”. (FATORELLI, 2012)

4. O PROCESSO DE AUTONOMIA E HETERONOMIA DO BANCO SOLIDÁRIO DO GOSTOSO

Dando continuidade ao relatório da pesquisa cujo objetivo geral foi analisar a articulação entre os processos de autonomia e heteronomia na trajetória do BSG, passamos agora a reflexão acerca dos dados quanti-qualitativos levantados, considerando três dimensões fundamentais da realidade social, as quais precisaram ser observadas para uma *alétheia* das condições reais desses processos na experiência em tela, são elas: a dimensão econômico-política, a dimensão técnico-institucional, e a dimensão sociopedagógica.

Como estratégia de exposição, buscaremos cotejar dados das diversas fontes trabalhadas com vistas a uma melhor apreensão do fenômeno no movimento do real. Assim, sempre que possível, traremos inicialmente as informações advindas do projeto básico, proposto pela FAPEX, seguidas dos dados encontrados no relatório de execução, acompanhados das falas dos sujeitos pesquisados. Intercaladamente, fazemos a análise acerca do fenômeno apoiada nas categorias propostas.

Ressaltamos ainda que a separação entre tais dimensões serviu apenas de estratégia metodológica, pois, na realidade concreta, além de haver uma inexorável imbricação entre elas, há também um movimento interdimensional que sai, inicialmente, da base das relações econômicas, técnicas e sociais, vai à superestrutura da política, do direito e da cultura, e retorna completando o movimento que é dialético

4.1. DIMENSÃO ECONÔMICO-POLÍTICA: “TEMPO E ESPAÇO É CULTURA”

Realizamos doravante a análise da dimensão econômico-política, a partir de elementos contextuais (locais e gerais) vinculados às formas política e econômica das relações de produção. Esses elementos se apresentam no contexto de implantação e implementação da experiência do BSG na comunidade de Tabua no período que vai de 2011 a 2015, e nas expectativas futuras dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Em outras palavras, buscamos identifica-los nos processos políticos e econômicos existentes na localidade, relacionados à totalidade do modo de produção hegemônico, no qual se insere a correlação de forças que sustentam e direcionam a formação social brasileira.

Para um entendimento inicial dos elementos contextuais dessa dimensão, registramos que, tanto os documentos quanto as falas dos entrevistados se referem, de maneira geral, à intencionalidade política do Estado em expandir a rede de BCDs no Nordeste como primeiro fator determinante para a implantação do BSG em Tabua, cujo fomento se deu por meio da SENAES e a execução a cargo da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária (ITES/UFBA).

Após o processo de implantação, em se tratando da autonomia econômico-política, a priori, um BCD precisaria encontrar formas adicionais para além dos resultados financeiros dos empréstimos. Uma dessas formas seria disponibilizar o serviço de correspondente bancário. No caso do BSG, esse serviço não pode ser realizado em função de critérios estabelecidos pela Caixa Econômica Federal (CEF): segundo o relatório do convênio, “o espaço não era adequado para trabalhar com esse tipo de serviço” (BRASIL, 2010b, p. 17), e segundo a fala de E1⁶⁷, “a Caixa disse que aqui não tinha condições de ter correspondente bancário, questão de... pra todo mês tinha que ter um limite de transações” (E1, 2017).

Quaisquer que tenham sido os critérios da CEF, uma primeira reflexão em relação à autonomia econômico-política da experiência já pode ser feita. Para tanto, recorreremos à instigante fala feita por E6⁶⁸ quando o mesmo relaciona a dinâmica do empreendimento ao tempo e ao espaço. Segundo ele, o local onde o

⁶⁷ Grupo de 8 mulheres representantes da AMJP, moradoras da comunidade de Tabua, as quais, para além dos empreendimentos solidários da Associação, atuam, também, como empreendedoras individuais em atividades de produção, comércio e serviços como: artesanato, produtos de padaria (bolo, tortas, salgados), criação e venda de galinha e porco, produção de alimentos orgânicos para as feiras da região, serviços estéticos (cabelo, unhas e pele), comércio de bobonieres, etc.

⁶⁸ Além de pesquisador na área de políticas públicas no Semiárido brasileiro, economia solidária, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento local e participação, o entrevistado atuou na Secretaria Nacional de economia solidária - SENAES (2003 - 2016) e, atualmente, é Professor Associado na UFRN.

empreendimento é implantado e a dinâmica da vida naquela comunidade vai dizer ou vai se expressar no potencial e na velocidade de crescimento do empreendimento. Ele diz:

Tempo e espaço é cultura, certo?(+) [...] é a questão muito do tempo do banco comunitário; é a circulação da moeda local, é muito dinâmica. E aquilo precisa ter uma certa escala pra ter dinami... pra, pra poder ter, digamos assim, se sustentar, certo? Então, o tempo de Tabua, o tempo de comunidades rurais não é, não é esse tempo. (E6, 2017)

Adicionalmente, em outro momento da entrevista, ele levanta outra questão sobre os BCDs, agora relacionada ao papel do Estado no processo:

“Não é porque [...] tem que ter viabilidade econômica e que vai cumprir um plano de negócio pra se tornar autônomo, economicamente autônomo, não. O Estado reconhece a relevância do serviço que é prestado à comunidade, e o Estado aporta uma contribuição pra isso” (E6, 2017).

A reflexão que trazemos com base nesses dois pontos da fala de E6 diz respeito aos limites da ação dos BCDs e, conseqüentemente, do seu revés, se implantados em comunidades muito pobres e de baixa circulação de moeda, considerando-se unicamente pressupostos mercadológicos (como o da necessidade de maximização de lucros) e/ou de infraestrutura local (o que deveria estar dentro do escopo do projeto conveniado) para o seu funcionamento, como aqueles apontados pela CEF.

De outro lado, segundo dados da carteira de clientes do BSG informados por E3⁶⁹, a comunidade de Tabua que, à época da implantação, contava com apenas um comércio, tem, atualmente, em seu cadastro 37 microempreendimentos populares. Esse mesmo entrevistado quando questionado sobre sua avaliação referente ao sistema de crédito popular e a moeda social, além dos demais serviços oferecidos pelo banco à comunidade de Tabua, respondeu:

Eu, eu acho, assim, e tenho convicção que trouxe benefício, principalmente, na, na auto-organização dos empreendimentos. [...] E como aquela... era uma comunidade, tipo, empobrecida... que o pessoal não gastava dinheiro aqui, só gastava dinheiro fora: em Touros, em Natal, em [São Miguel do] Gostoso... E, aí, também não tinha a possibilidade de nenhum comércio, tipo, você botar um comércio aqui, era botar um comércio já falido que não ia ter segurança no dinheiro. Com a moeda social, o dinheiro começou a girar aqui. (E3, 2017)

⁶⁹ Representante da AMJP no CG do BSG desde sua implantação; nível médio completo; e, além de atuante liderança jovem na comunidade de Tabua, é também agente de crédito comunitário.

Os dados referidos nos revelam relativo êxito referente à implantação do BSG, por isso mesmo e concordando com a última citação de E6⁷⁰, nos parece racional do ponto de vista das estratégias políticas dos oprimidos, existir, nos casos de comunidades muito pobres e de baixo potencial de circulação de moeda, outros critérios que não apenas os mercadológicos, mas, principalmente, os de relevância pública e de pertencimento simbólico para a implantação desses empreendimentos solidários voltados ao desenvolvimento local.

O critério de relevância pública vai informar o papel intervencionista do Estado na perspectiva de reconhecer e mitigar as sequelas da questão social, mas, também de apoiar o desenvolvimento dos demais empreendimentos da comunidade, mesmo que de forma indireta, ao concentrar a circulação de dinheiro na localidade. Já o de pertencimento simbólico tem a função social de constituir uma identificação da comunidade com aquele empreendimento. No caso de Tabua, esse pertencimento fica claramente fragilizado pela transferência da agência para a sede do Município de SMG, sob a alegação de falta de infraestrutura e/ou de melhoria no seu fluxo de capital para poder, assim, vislumbrar a possibilidade de uma autonomia econômica via o serviço de correspondente bancário.

Diante de tais elementos, a primeira questão que levantamos é: se o BSG foi criado para responder a uma demanda social de fomento ao desenvolvimento local de comunidades abandonadas pelo mercado financeiro convencional, como é o caso de Tabua, como se transfere tal experiência da sua localidade original movida apenas pela inexistência de determinado nível de circulação de moeda ou condições estruturais inadequadas, já que estamos tratando de um empreendimento de finança solidária cujo principal parceiro seria um banco público, a CEF?

Considerando que a transferência foi concretizada (e não a criação de uma segunda agência na sede do município), inclusive com a anuência do CG, identificamos nesse episódio, com base em Polanyi (2000), uma derrota em dois flancos para os que defendem o intervencionismo do Estado frente àqueles que limitam esse fenômeno social unicamente à autorregulação do mercado: primeiro,

⁷⁰ Além de pesquisador na área de políticas públicas no Semiárido brasileiro, economia solidária, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento local e participação, o entrevistado atuou na Secretaria Nacional de economia solidária - SENAES (2003 - 2016) e, atualmente, é Professor Associado na UFRN.

quando o pressuposto da relevância pública não foi considerado como primazia em relação à transferência da agência; segundo, pela manifesta submissão, no caso em tela, de uma organização pública (CEF) aos ditames da autorregulação do mercado.

Quanto à relevância pública, resgatamos abaixo trecho do projeto original de criação do BSG, no qual se assevera o papel dos BCDs como indutores da dinamização da vida nas comunidades esquecidas pelo sistema financeiro convencional:

Essa dinâmica de proximidade que os BCDs têm vocação para realizar está relacionada à ideia de que as práticas de finanças solidárias exercem uma outra função relevante para o desenvolvimento de comunidades: trata-se da criação de espaços de discussão e proposição para assuntos relativos aos problemas com os quais as comunidades convivem nas diversas dimensões da vida nos bairros populares e comunidades rurais do nordeste. (BRASIL, 2010a, p. 22)

Outro aspecto que consideramos importante para a análise dos processos autonômicos e heteronômicos dos BCDs, na sua dimensão econômico-política, diz respeito à falta de condições materiais por parte dos sujeitos envolvidos (beneficiários, lideranças e movimentos sociais) no decurso de implantação e implementação do BSG. A nosso ver, essa falta de condições se expressa nas ações militantes desses sujeitos que, em função da debilidade financeira da política pública, “precisam” doar seu tempo de trabalho e muitas vezes seus poucos recursos na perspectiva de garantir, não só a implantação, mas, também, a continuidade desses empreendimentos. Questionado acerca da capacidade autonômica financeira do BSG, frente à possibilidade de finalização de apoio do Estado, E5⁷¹ nos deu a seguinte resposta:

É:: tem... há um debate, como eu disse, na RBBC sobre, primeiro, o que é sustentabilidade num BC? É::é a outra é que a sustentabilidade não é somente financeira, né? [...] os bancos, hoje, praticamente, se sustentam de alguns serviços que são: o correspondente bancário e o micro seguro. [...] Em comunidades que já são excluídas como, por exemplo, uma ilha na Bahia chamada Matarandiba... Tem mil pessoas que moram nessa ilha(+)... que não têm e são completamente excluídas dos serviços financeiros. Então, assim, ele jamais vai ser viável economicamente porque, mesmo eles tendo o correspondente bancário, ele não vai ter o volume necessário para pagar, por exemplo, um salário mínimo a um agente de crédito. Então, é uma iniciativa que depende de apoio, de parcerias ou do trabalho

⁷¹ Técnico da ITES que atuou na função de agente de crédito durante todo o processo de implantação do BSG; graduado em Administração pela UFBA; especialista em MBA em Marketing estratégico pela Faculdade Ruy Barbosa; mestre em Administração pela UFBA; e, atualmente, é professor do IF, Campus Macau/RN.

voluntário dos agentes(+), tá? caso não haja uma política pública que seria, em tese, o papel do Estado prover isso. (E5, 2017)

No caso específico de Tabua, vejamos o relato de E3⁷² sobre o apoio, para além do Governo Federal, referente à constituição do fundo para a implantação do BSG:

Tipo, lá... pra inaugurar, teve a Associação aqui que doou uma quantidade X de dinheiro. Aí, além da, do que a gente fez... A Associação tenha conseguido, tipo, fazendo bingo, rifa, aí, teve associações que doou R\$200,00; aí, veio a organização Xique-Xique que doou uma parte, a AACCC deu uma parte também, pra constituir o fundo e a gente começar a inauguração do banco. (E3, 2017)

Nas falas acima, vemos claramente dois momentos nos quais beneficiários e movimentos sociais são sensibilizados a contribuir na implantação e no funcionamento do banco. A princípio, poderíamos encontrar uma justificativa plausível no processo simbólico de pertencimento que o trabalho militante pode construir na subjetividade dos grupos envolvidos, o que seria extremamente legítimo.

Contraditoriamente, se estendermos o olhar para os processos por meio dos quais são constituídas e implementadas as políticas públicas voltadas aos interesses das classes dominantes cujas demandas são totalmente cobertas pelo Estado, sendo possível, inclusive, o socorro futuro com perdão de dívidas e suporte adicionais de recursos (vide as relações entre governo e agronegócio e entre governo e sistema financeiro convencional), e mais, se considerarmos que essas iniciativas em comunidades pobres são construções alternativas às crises de acumulação do capital, resultado de um processo global de reestruturação produtiva que trouxe o desemprego e suas consequências, podemos identificar na trajetória de implantação do BSG elementos de desequilíbrio nas lutas de classes, os quais colocam em cheque o papel do militantismo enquanto ação voluntária de doação de tempo de trabalho e recursos financeiros, a partir de uma perspectiva política.

Em outras palavras, a reflexão não pode se encerrar apenas na questão em torno da legitimidade do papel do militante em si. Para nós, essa reflexão se estende à correlação de forças que sustentou a criação da política pública. Nessa direção,

⁷² Representante da AMJP no CG do BSG desde sua implantação; nível médio completo; e, além de atuante liderança jovem na comunidade de Tabua, é também agente de crédito comunitário.

constatamos que, não obstante às condições políticas nacionais relativamente favoráveis, dadas à chegada ao poder do PT (2003), o embate classista que se estabeleceu, por dentro do Estado, demonstrou o vigor dos interesses da ordem capitalista, considerando as posições políticas envolvidas no âmbito local e nacional. Tal correlação se expressa, por exemplo, na submissão dos movimentos sociais locais (representados no CG) à decisão da CEF e na limitação da SENAES (a despeito da determinação de seu corpo técnico), imposta pela burocracia estatal, frente às demandas por constituição de políticas sociais públicas mais robustas e eficazes, com potencial realmente transformador da realidade dessas comunidades pobres.

Nessas circunstâncias, lembramos o exemplo do papel intervencionista desempenhado pelo Estado indiano, resultado da correlação de forças que se estabeleceu naquela sociedade frente ao processo de capilarização do Grameen Bank que em 1983 foi transformado pela legislação em um banco independente, e cuja conformação atual da distribuição de ativos se dá da seguinte maneira: 10% das ações do banco pertencentes ao governo e 90% de propriedade dos mutuários. Esses dados relativos à trajetória do banco indiano nos revelam, não obstante as suas prováveis contradições internas, um maior equilíbrio na correlação de forças classistas naquele país no que se refere às políticas sociais públicas.

Com base em Mézáros (2010), analisamos as fragilidades nos processos autonômicos e heteronômicos do BSG, a partir da dimensão econômico-política, como o resultado da reação do sistema do capital às ações “hostis” à sua natureza acumulativa e expansiva. Significa dizer que, de acordo com a ótica da ordem, mesmo sendo a SENAES uma trincheira legítima de lutas dos movimentos sociais, mesmo sendo a CEF uma empresa pública, e mesmo sendo o BSG uma simples política social pública que, pela sua representatividade, não teria poder algum de afetar a ordem estabelecida (ao menos de imediato), as três “precisaram” estar, em última instância, vinculadas às leis de funcionamento do mercado, dadas a forte influência na contemporaneidade da ideologia neoliberal na economia brasileira e, por derivação, no Estado. Dessa maneira, a forma social economia se expressa por meio da forma social política priorizando os interesses da ordem, não obstante a atuação resistente dos movimentos sociais, locais e nacionais, como adverte Mascaro (2013).

Pensando acerca do futuro da experiência, ainda na dimensão econômico-política, indagamos alguns entrevistados sobre a possibilidade do BCD vir a substituir o banco convencional em comunidades mais pobres. De uma maneira geral, as respostas apontaram para o processo, não de substituição, mas de complementariedade ao sistema financeiro convencional, considerando, é claro a natureza solidária do empreendimento. Ou seja, não obstante serem lógicas diferentes, elas teriam esse potencial de complementariedade. Assim, enquanto uma metodologia social, o BCD responderia melhor às demandas referentes à dinamização dessas economias locais do que os bancos convencionais. Nesse sentido, E5⁷³ fez a seguinte reflexão:

O banco comunitário, hoje, ele não... ele não tem a perspectiva de é::é substituir o banco convencional, principalmente porque ele acaba tendo parceria com o banco convencional. Ele vem com uma perspectiva a mais de organizar uma rede de economia solidária no local; promover a autogestão econômica no local. Por quê? Se ele viesse contestar o próprio sistema econômico, aí sim, a gente poderia dizer que é um banco de uma outra economia. É::é, mas ele é mais um articulador da autogestão local, do que necessariamente substituto de um banco convencional. (E5, 2017)

Como informa o entrevistado acima, enquanto articulador do desenvolvimento local, o BCD tem como perspectiva atuar cada vez mais a partir do estímulo ao trabalho em rede, tanto de natureza institucional quanto de natureza individual. No entanto, outras falas e documentos fazem menção a adequações necessárias ao empreendimento com vistas ao seu futuro: segundo E4⁷⁴, uma das adequações se refere à questão da segurança na movimentação dos recursos. Além disso, o próprio relatório de execução do projeto, no item 2.6, relativo às dificuldades encontradas, registra a necessidade de melhoria na capacidade de financiamento do projeto, no deslocamento entre as comunidades e na comunicação.

Além disso, como este projeto não apoia todos os elementos necessários para a constituição do BCD, houve um esforço para conseguir outros apoios para suprir estas lacunas, o que causou uma certa dificuldade e retardo em sua execução. [...] muitas vezes as vias de acesso não são pavimentadas e não há transporte público com regularidade. Já em relação à comunicação, os problemas residem no fato de haver pouco acesso dos BCDs às

⁷³ Técnico da ITES que atuou na função de agente de crédito durante todo o processo de implantação do BSG; graduado em Administração pela UFBA; especialista em MBA em Marketing estratégico pela Faculdade Ruy Barbosa; mestre em Administração pela UFBA; e, atualmente, é professor do IF, Campus Macau/RN.

⁷⁴ Técnico da AACCC que acompanhou todo o processo de implantação do BSG; graduado em Agronomia pela UFRSA.

tecnologias de informação como telefones e internet. (BRASIL, 2010b, p. 25 e 26)

Adicionalmente às dificuldades elencadas acima, a análise que fazemos relativas ao futuro do BSG é que, mantidas as condições atuais na correlação de forças classistas, essa evolução do BSG, principalmente no que concerne a circulação de moeda, estaria limitada para baixo e para cima, em acordo com a lógica da impermeabilidade do capital⁷⁵. Se para abaixo da margem aceitável, impossibilitaria as parcerias voltadas à prestação de serviços como correspondente bancário, inviabilizando, dessa maneira, o empreendimento, segundo os parâmetros mercadológicos. De outro lado, se para cima da margem aceitável, levaria a um processo de captura da experiência pelo sistema financeiro convencional como ação preventiva de controle dos fenômenos estranhos a autorregulação. No que se refere ao limite acima do aceitável, destacamos o seguinte trecho na resposta de E6⁷⁶:

Então, a cooperativa de crédito, ela tem mais força, mais potencial de dar... de substituir o sistema financeiro convencional. Por isso, que sobre elas tem uma atuação mais forte do capital, pra dominá-las. Por quê? Porque, como elas, de fato, têm mais potencial, certo? [...] aí, Banco Central passa a atuar como? Enquadrando as cooperativas de crédito como se estivesse enquadrando um banco qualquer. [...] O BC, vai, um dia, vai enfrentar isso ali. Vocês crescem, se, se vão... se tornam mais robusto, o capital vai querer puxá-lo também. Essa é a disputa na sociedade. (E6, 2017)

Quando se refere acima à “disputa na sociedade”, E6⁷⁷ aponta com muita coerência o processo de lutas de classes que perpassa todo esse processo, identificando a forma política Estado como componente crucial dessa disputa, nos termos de Mascaro (2013). A nosso juízo, o fato é que excetuando o ceticismo por parte dos que fazem a crítica à economia solidária, a falta de alinhamento para uma resistência maior à retirada de direitos tem se dado inclusive entre movimentos sociais afetos a essa perspectiva e os seus representantes, tanto no executivo quanto no legislativo.

⁷⁵ Limite a partir do qual o sistema do capital resiste a qualquer movimentação hostil. Ver mais em: Mészáros (2010).

⁷⁶ Além de pesquisador na área de políticas públicas no Semiárido brasileiro, economia solidária, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento local e participação, o entrevistado atuou na Secretaria Nacional de economia solidária - SENAES (2003 - 2016) e, atualmente, é Professor Associado na UFRN.

⁷⁷ Além de pesquisador na área de políticas públicas no Semiárido brasileiro, economia solidária, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento local e participação, o entrevistado atuou na Secretaria Nacional de economia solidária - SENAES (2003 - 2016) e, atualmente, é Professor Associado na UFRN.

4.2. DIMENSÃO TÉCNICO-INSTITUCIONAL: “SE A GENTE LEGALIZADA FOI MUITO DIFÍCIL, SE A GENTE NÃO TIVESSE...”

A dimensão técnico-institucional é composta dos elementos operacionais e institucionais que devem também ser considerados para a análise do processo de autonomia e heteronomia da experiência estudada; isso, porque estamos tratando objetivamente dos procedimentos de implantação e operacionalização da mesma, os quais se baseiam na assessoria técnica de organismos governamentais e/ou não-governamentais com expertises na questão, e de legislação e resoluções normativas as quais constituem pressupostos importantes para a dinamização das economias locais e o reconhecimento formal da experiência de finança solidária como parte da totalidade social capitalista.

Na verdade, a ideia de legalidade já fazia parte do vocabulário político dos associados da AMJP antes mesmo da chegada do BSG em Tabua. Esse fato, inclusive, tornou-se o elemento definidor de sua escolha como entidade receptora do empreendimento solidário (a AMJP era a única participante desse fórum, à época, com CNPJ regular); além, é claro, da determinação política dos seus representantes durante as reuniões de apresentação do projeto dentro do Fórum de Participação Popular nas Políticas Públicas de São Miguel do Gostoso (FOPP). Em relação a essa questão, E1⁷⁸ assevera sumariamente: “Se a gente legalizada foi muito difícil, se agente não tivesse... E o banco veio pra cá porque a gente tava legalizado” (E1, 2017).

Quanto aos processos formativos, os quais deverão ser tratados mais detidamente quando da análise da dimensão sociopedagógica, registramos a preocupação central do projeto relativa à apreensão dos elementos de gestão do empreendimento por parte dos gestores mais diretos constantes na Meta 3 do projeto, a qual dizia respeito à formação e assessoramento em finanças solidárias. Para isso, foi previsto uma série de momentos formativos (local e fora das comunidades beneficiadas), seja por meio de cursos (04 cursos estaduais de BCDs,

⁷⁸ Grupo de 8 mulheres representantes da AMJP, moradoras da comunidade de Tabua, as quais, para além dos empreendimentos solidários da Associação, atuam, também, como empreendedoras individuais em atividades de produção, comércio e serviços como: artesanato, produtos de padaria (bolo, tortas, salgados), criação e venda de galinha e porco, produção de alimentos orgânicos para as feiras da região, serviços estéticos (cabelo, unhas e pele), comércio de bobonieres, etc.

em formato de encontros estaduais realizados nos Estados da Bahia e do Ceará), seja por meio da produção de material didático sobre finanças solidárias e gestão de BCDs, seja por meio de intercâmbios entre BCDs (04 intercâmbios de experiências: Banco Casa do Sol, Banco Rede Opala, Banco dos Cocais e Banco Ilhamar). Afora o não registro de presença de representantes do BSG em alguns dos encontros externos, o relatório do convênio não especifica a quantidade de oficinas e formações realizadas especificamente em Tabua. (BRASIL, 2010a)

Com base nesses processos formativos e em função das condições objetivas do projeto e da realidade dos demais empreendimentos nas comunidades, o BSG, do ponto de vista da gestão, atua, segundo os dados levantados, em duas perspectivas: a interna e a externa. Na perspectiva interna, como um empreendimento pautado pelos valores intrínsecos à economia solidária, tem no CG a sua representação coletiva a partir do qual são definidas, de forma democrática, as estratégias de gestão (infraestrutura, quantidade e valores dos empréstimos, espaços políticos de atuação, etc.). E, na perspectiva externa, quando acompanha a gestão dos diversos empreendimentos individuais beneficiados por meio do financiamento. Sobre esse apoio, E5⁷⁹ faz o seguinte comentário:

O banco tem uma ligação... [...] pra ele fazer um pequeno plano de viabilidade econômica para o empreendimento... para ver se aquele empréstimo é viável(+) [...] qual o retorno que aquele negócio vai ter com o empréstimo; se... qual é a parcela que ele pode pagar; em fim, tem no mínimo um plano de negócio. E a orientação é que o banco acompanhe se o plano tá sendo seguido; se o cara tá tendo retorno; passando mais dicas, pra se articular, pois, de repente se ele (o BSG) emprestou um dinheiro [...] pra ele (beneficiário) plantar feijão... aí, ele tá passando por dificuldade, não tá conseguindo vender... você (BSG) pode ajudar ele a::a vender para um mercadinho local que já é cadastrado no banco, né? Então, essa é a orientação que se faz, mas a gente sabe que no dia-dia isso é muito difícil de acontecer porque os agentes ficam sobrecarregados; muito também pela rotatividade dos agentes, então, as formações pra isso... elas precisam de uma formação, de uma especialização nisso... acaba se perdendo no processo. (E5, 2017)

Refletindo acerca das duas perspectivas de ação do BSG apontadas acima, um aspecto nos parece central aos processos autonômicos e heteronômicos da experiência: a possível sobreposição na cabeça dos que fazem o CG quanto à relação com dois tipos de empreendimentos cujas gestões são operacionalizadas de formas tão diversas. Na perspectiva interna, um empreendimento solidário

⁷⁹ Representante da AMJP no CG do BSG desde sua implantação; nível médio completo; e, além de atuante liderança jovem na comunidade de Tabua, é também agente de crédito comunitário.

fundamentado na gestão coletiva e na atuação em rede; e, na perspectiva externa, junto aos empreendedores individuais, uma gestão voltada à competição, fundada num plano de negócio individual. Num movimento contrário, essa mesma sobreposição termina, a nosso juízo, por comprometer o entendimento e a adesão desses produtores e comerciantes beneficiários à proposta da economia solidária. Ou seja, há nas cabeças, tanto dos que fazem o CG como dos que são beneficiários do projeto enquanto empreendedores individuais, uma dualidade de entendimento acerca da melhor gestão que, a nosso ver, termina por fragilizar a experiência.

Voltando ao aspecto jurídico da questão, como já tratado anteriormente, a impossibilidade legal de apoio à constituição do fundo de crédito foi um dos elementos que, a nosso ver, embargaram o maior êxito da experiência do BSG, pois retirou do Estado, através da SENAES, e colocou nas mãos do CG e da própria população beneficiária a responsabilidade pela constituição desse fundo. Tal ameaça é identificada, de forma mais geral, no diagnóstico realizado durante a construção do Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019) no seu item 1.2 o qual trata da ameaça a expansão e fortalecimento da Economia Solidária no Brasil:

Ausência, no debate do legislativo, de questões como a reforma política e o marco regulatório das organizações da sociedade civil, que limitam os avanços e a participação nas políticas públicas de economia solidária.(BRASIL, 2015)

Esse aspecto se reveste de importância dentro da pesquisa, por considerarmos que, do ponto de vista ontológico, qualquer experiência real nos espaços das relações de produção, mesmo que não hegemônica, expressa sua contradição na forma social direito (legislação). Nas palavras de Mascaro (2013), esse fenômeno do derivacionismo se generaliza por toda a sociabilidade capitalista, visto que, como a forma política Estado está vinculada dialeticamente a forma economia, conseqüentemente, da mesma maneira se comportará a forma direito, estabelecendo limites para a ação legal desses empreendimentos solidários.

Essa realidade é, portanto, resultado do avanço no processo de institucionalização das ações levadas a cabo pelos diversos movimentos sociais existentes no Brasil desde os anos 1980 e 1990. Tal reorientação trouxe duas conseqüências dicotômicas: de um lado, a otimização do controle dos gastos na construção, implantação e monitoramento das políticas sociais públicas, e dos projetos de apoio levados a cabo pela cooperação internacional, o que

consideramos bastante salutar; de outro lado, houve, no processo, a nosso juízo, a submissão do âmbito “movimento” ao âmbito “gestão” das entidades, devido à transferência da primazia das ações “fim” para as ações “meio” dos projetos, o que impôs cada vez mais o protagonismo das dimensões técnico-institucional e econômico-política, em detrimento da dimensão sociopedagógica, implicando sérios prejuízos aos movimentos sociais no que tange a conformação de uma consciência crítica dos sujeitos envolvidos.

Resta-nos dizer, ainda no que tange a presente dimensão, que se é verdade que os limites legais e das próprias condições materiais e políticas dos sujeitos envolvidos comprometeram a constituição mais robusta do fundo de crédito, dessa forma, inviabilizando o protagonismo dos empreendimentos solidários para o desenvolvimento local, também é verdade a importância do BSG para a criação e ampliação do número de empreendimentos individuais ou populares na comunidade e, conseqüentemente, o seu desenvolvimento, como confirma a carteira de clientes de empreendedores do banco. Tal realidade nos revela, portanto, um contexto de formas e resultados diversos das lutas de classes que se imbricam nas três dimensões do fenômeno hora em análise.

4.3. DIMENSÃO SOCIOPEDAGÓGICA: “TRABALHAR JUNTOS DECIDIR AS COISAS JUNTOS EM AUTOGESTÃO.”

Passamos agora à dimensão sociopedagógica que, por sua vez, compreende os processos formativos e de construção de cultura, trabalhados junto aos sujeitos participantes da experiência. Assim como as dimensões já analisadas, também nessa, a relação entre teoria e prática precisa ser entendida como um movimento dialético entre objetividade e subjetividade. Refletir os processos autonômicos e heteronômicos a partir dessa dimensão é garantir uma análise ampliada da experiência que vai além de elementos puramente econômico-político ou técnico-institucional. Nesse sentido, Freire (2014) aponta o segredo para uma educação que liberta na práxis.

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua convivência com o regime opressor. Se essa descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental, é que essa não se cinja a mero

ativismo, mas que esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis. (FREIRE, 2014, p. 72)

Nessa direção, encontramos nos processos formativos, ou seja, na forma social educação, os elementos objetivos e subjetivos (emancipatórios ou não) que expressão as lutas de classes (oprimidos e opressores), assim como enxerga a perspectiva derivacionista. Por isso, entendemos que, tão importante quanto a análise das dimensões econômico-política e técnico-institucional é a análise da dimensão sociopedagógica desses processos dentro do campo da economia solidária - seja de finanças, seja de produção, seja de distribuição, seja de descarte.

Consideramos, inclusive, que o devido aprofundamento na análise dessa dimensão possibilitará ao pesquisador a aproximação do movimento do real, com isso, identificando qual experiência histórica está sendo pedagogicamente levada a cabo: se uma alternativa de vivência articulada com a sociabilidade capitalista, fundada em uma ideia de reciprocidade entre seus integrantes que, por si só (sem se relacionar com a totalidade), garantiria a condição autonômica dessas experiências; se uma proposta de enfrentamento às crises de reprodução do capitalismo fundada também na solidariedade, cuja prática produtiva permitiria um acúmulo estratégico de consciência e capacidade autogestionária, com vistas à implantação de uma nova sociedade, para além do sistema atual; ou se apenas parte de uma nova pedagogia de dominação do sistema produtivo hegemônico, útil à solução de suas crises e a serviço da acumulação e expansão capitalista contemporânea.

Indo mais objetivamente aos dados da pesquisa relativos a presente dimensão, no que se refere à proposta metodológica do projeto, em seu segundo eixo (Formação), encontramos o seguinte registro:

O segundo eixo de atuação compreende as atividades de formação envolvendo todos aqueles que estarão diretamente implicados na gestão cotidiana dos BCDs, com destaque para o papel das agentes locais de crédito, lideranças comunitárias e outros mediadores sociais, além da própria equipe técnica e estudantes da universidade. Esta formação envolve capacitação em finanças solidárias e gestão de BCDs, trabalhadas a partir de dois níveis complementares de conhecimento: de um lado, o aprendizado e reflexão sobre o propósito e natureza das práticas empreendidas por estas formas de organizações no seu território, e do outro, o aprendizado em termos de aperfeiçoamento das ferramentas de gestão dos BCDs, enquanto modalidades de tecnologias socialmente apropriadas pelos próprios grupos locais. (BRASIL, 2010a, p. 11 e 12)

Fica claro na proposta acima que os processos formativos se direcionavam a um grupo de sujeitos pré-definidos no processo. Deduzimos, portanto, que aos mesmos caberia a responsabilidade por todo o processo de sensibilização e formação dos beneficiários locais. Ressaltamos, ainda, a segunda parte da citação que faz referência aos “níveis complementares” de conhecimento entre “o propósito e a natureza das práticas” e as “ferramentas de gestão dos BCDs”. Ou seja, que esses processos formativos conteriam um nível mais técnico-operativo, concomitante a uma formação mais pedagógica da experiência, no sentido de situá-la na perspectiva do desenvolvimento local.

Destarte, o projeto possibilitou a participação desses sujeitos em momentos formativos específicos que pretenderam atender a essas duas demandas. Além da produção de material didático sobre finanças solidárias e gestão de BCDs, e dos intercâmbios entre BCDs (04 intercâmbios de experiências: Banco Casa do Sol, Banco Rede Opala, Banco dos Cocais e Banco Ilhamar), foram realizados 04 (quatro) cursos estaduais de BCDs, em formato de encontros estaduais realizados nos Estados da Bahia e do Ceará, nos quais foram trabalhadas as seguintes temáticas:

- a) Primeiro Encontro da Rede Baiana de BCDs, realizado na cidade de Salvador/BA, nos dias 07 e 08 de julho de 2011.
 - Panorama atual de cada BCD;
 - Carta de princípios;
 - Objetivo da rede;
 - Acordo de convivência;
 - O que eu preciso e que posso fazer; e
 - Agenda de trabalho
- b) Segundo Encontro da Rede Baiana de BCDs, realizado na cidade de Cairu/BA, nos dias 23 e 24 de setembro de 2011.
 - A prestação de contas das atividades até aqui realizadas;
 - Os informes dos BCDs;
 - Revisão da Carta de Princípios;
 - Revisão do Acordo de Convivência;
 - Revisão do Objetivo da Rede;
 - Atividade em Campo.

- c) Terceiro Encontro da Rede Baiana de BCDs, realizado na cidade de Salvador/BA, nos dias 03 e 04 de dezembro de 2011, em conjunto com a programação da Feira Vida Melhor de Economia Solidária.
- Integração dos componentes da Rede com os outros movimentos da economia solidária da Bahia;
 - Participação na reunião do Fórum Baiano de Economia Solidária;
- d) Encontro Cearense de BCDs, na cidade de Fortaleza/CE, nos dias 05 e 06 de dezembro de 2011.
- Finanças Solidárias construindo outro modelo de desenvolvimento: a contribuição dos bancos comunitários;
 - Avaliação de políticas públicas de apoio aos BCDs;
 - Construindo uma articulação dos BCDs no Estado do Ceará.

O primeiro elemento relativo ao aspecto formativo que nos chamou a atenção foi a criação de um critério estratégico para a escolha das comunidades a serem beneficiadas pelos 06 novos BCDs (dentre estes o BSG no Rio Grande do Norte), o qual não estava presente na metodologia de execução do projeto proposto pela FAPEX, qual seja: as comunidades beneficiárias já terem necessariamente tido uma vivência política anterior em processos de mobilização social e formação em temáticas relacionadas à economia solidária, como relata E5⁸⁰:

Primeiro, a gente tinha um projeto com o governo federal, que a gente tinha que fazer a implantação dos BCs em vários Estados do Nordeste. Como a ITES tem sede em Salvador e tinha atuação apenas na Bahia, a gente resolveu fazer isso em parceria com organizações que tivessem atuação em outros Estados e com comunidades já mobilizadas. A gente chegou na AACC. A AACC sugeriu São Miguel do Gostoso. A pauta foi uma pauta do Fórum que é um fórum lá de debate dos movimentos sociais que debate o desenvolvimento econômico do local. E lá a AMJP que pleiteou que fosse em Tabua..." (E5, 2017)

Não obstante a sua ausência no projeto, tal critério acima relatado encontrou ressonância junto à comunidade de Tabua, visto que a sua existência é resultado, no passado, de um processo intenso de luta política pela terra e, mais recentemente,

⁸⁰ Técnico da ITES que atuou na função de agente de crédito durante todo o processo de implantação do BSG; graduado em Administração pela UFBA; especialista em MBA em Marketing estratégico pela Faculdade Ruy Barbosa; mestre em Administração pela UFBA; e, atualmente, é professor do IF, Campus Macau/RN.

do envolvimento com os temas da agricultura familiar. Nesse sentido, assinalamos a fala de E1⁸¹:

A gente sempre, sempre todo mundo morou aqui... De herança de pais, de herança de avós... Aí, chegou um gringo, um italiano aqui, comprou um pedacinho de terra, cercou tudo e quis expulsar todo mundo. Aí, daí, surgiu essa luta de terra. A gente fundou a Associação pra poder se organizar e trabalhar com doce... (E1, 2017)

Como também, de E6⁸²:

No campo, os movimentos sociais de luta pela terra, de(+) combate à violência no campo vão começando a experimentar projetos alternativos comunitários, tal. Nas cidades, quando a gente chega no período neoliberal, um período de resistência dos movimentos sociais... mas é um período, também, em que os movimentos sociais, eles são instigados, vamos dizer assim, eles são desafiados a dar respostas a::a problemas que se agravam nas cidades. Então, pobreza, miséria... em áreas, né? De concentração de pobreza. [...] Eu tenho pra mim que nos anos 90 é::é... essa(+), essas iniciativas, elas ganharam espaço como resistência, como alternativa. E::e... tudo isso consolidou um processo [...] de que isso deveria ter um sentido político estratégico que é o que a gente chama da economia solidária. (E6, 2017)

Com o objetivo de entendermos concretamente o nível de aproximação dos sujeitos beneficiários do projeto em relação ao tema das finanças solidárias e da própria economia solidária, a questão inicial levantada a E1⁸³ buscou justamente saber acerca desse conhecimento à época da implantação do BSG. A resposta dada foi a seguinte: “Ninguém conhecia o termo economia solidária, mas já se trabalhava com esses valores... trabalhar juntos decidir as coisas juntos em autogestão, correr atrás das coisas junto, decidir as coisas junto,...” (E1, 2017).

Corroborando, ainda, com essa fala o comentário de E5⁸⁴ quando questionado sobre o nível de conhecimento encontrado entre os sujeitos participantes: “o grupo já

⁸¹ Grupo de 8 mulheres representantes da AMJP, moradoras da comunidade de Tabua, as quais, para além dos empreendimentos solidários da Associação, atuam, também, como empreendedoras individuais em atividades de produção, comércio e serviços como: artesanato, produtos de padaria (bolo, tortas, salgados), criação e venda de galinha e porco, produção de alimentos orgânicos para as feiras da região, serviços estéticos (cabelo, unhas e pele), comércio de bobonieres, etc.

⁸² Além de pesquisador na área de políticas públicas no Semiárido brasileiro, economia solidária, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento local e participação, o entrevistado atuou na Secretaria Nacional de economia solidária - SENAES (2003 - 2016) e, atualmente, é Professor Associado na UFRN.

⁸³ Grupo de 8 mulheres representantes da AMJP, moradoras da comunidade de Tabua, as quais, para além dos empreendimentos solidários da Associação, atuam, também, como empreendedoras individuais em atividades de produção, comércio e serviços como: artesanato, produtos de padaria (bolo, tortas, salgados), criação e venda de galinha e porco, produção de alimentos orgânicos para as feiras da região, serviços estéticos (cabelo, unhas e pele), comércio de bobonieres, etc.

⁸⁴ Representante da AMJP no CG do BSG desde sua implantação; nível médio completo; e, além de atuante liderança jovem na comunidade de Tabua, é também agente de crédito comunitário.

tinha uma certa base, já tinha uma noção. A gente fez alguns debates bem importantes, né?... até pra clarear, pra num ter a ideia que economia solidária é coisa de pobre ou que a solidariedade é uma coisa de dar sem receber...” (E5, 2017).

Pelas respostas dadas, ficou a convicção de que havia sim um processo anterior de educação popular e vivência dos valores do associativismo antes da implantação do BSG em Tabua, ao menos no que se refere ao público beneficiário da AMJP, não obstante, ainda naquele momento, não conseguirem identificar esses movimentos como parte de uma estratégia maior que seria a economia solidária.

Registramos, também, o importante papel do sindicato dos trabalhadores rurais e das organizações ligadas à Igreja (SAR) e à sociedade civil (CDH), concretizada no processo de luta pela terra e busca por alternativas ao assalariamento em comunidades como Tabua, como deixa clara a fala de E1 quando questionadas se a parte da produção da AMJP tinha uma pessoa pra administrar, fazer a gestão das coisas: “A gente trabalhava o grupo e o grupo decidia junto.” (E1, 2017). E, na sequência, quando indagada com quem haviam aprendido aquilo, responderam: “Com o SAR e na luta da terra, né? Quando foi aqui na fábrica, já foi o CEAHS.” (E1, 2017).

Trazendo a análise para o presente, elencamos agora algumas falas de E1 sobre as contribuições trazidas pelos processos formativos, não somente acerca das finanças solidária, mas no horizonte ampliando da própria economia solidária, adquiridos antes e após a implantação do BSG. Ao responderem “sim” sobre se o aprendizado havia mudado a maneira como elas enxergam o mundo, replicamos com a indagação se as mesmas conseguiam entender as relações entre pobres e ricos. Sobre essa questão, obtivemos as seguintes respostas:

[...] porque o rico só come se o pobre plantar... por mais que seja aquele empresário dono de uma indústria imensa de feijão, mas ele tem que ter o submetido dele lá que vai fazer todo o serviço pesado pra ele”. (E1, 2017)

Corroborando com essa perspectiva, no mesmo grupo focal foi mencionado o seguinte aspecto:

Eu acho injusto, muito injusto. Eu sou defensora de que o rico tenha um entendimento mais (maior) que ele precisa de mim, entendeu? Como a gente sabe que precisamos deles, que eles venha nos comprar... (E1, 2017)

Ainda diante do mesmo questionamento, outro participante do grupo focal reforça que:

Eu acho que mudou, no meu ponto de vista, a questão da valorização... porque antes você não podia valorizar seu produto até porque você não tinha o conhecimento... Aí, tinha que ter essas reuniões, esses cursos essas coisas... porque meu produto é esse valor e eu vou me esforçar pra vender por esse valor. (E1, 2017)

E, por fim:

Eu aprendi tanto nessas reuniões porque até o meio ambiente eu subi respeitar muito mais do que antes. (E1, 2017)

Apesar das falas acima se caracterizarem por uma posição crítica frente à relação entre pobre e rico, fica claro que essa crítica se situa muito mais numa perspectiva de complementariedade do que de contradição entre os sujeitos apresentados. Ou seja, falta, a partir das falas, uma consciência crítica classista que só poderia ser instigada a partir de um processo formativo libertador, nas palavras de Freire (2014).

Em sintonia com a nossa análise acerca das falas do grupo acima, representante da AMJP, E5⁸⁵ nos fez a seguinte reflexão, ao ser indagado sobre como avalia os momentos formativos, do ponto de vista da conscientização crítica dos beneficiários em geral acerca, não só dos BCDs e da economia solidária, mas da própria realidade social:

Hoje, o debate acabou indo pra o pragmatismo, voltado a uma dificuldade econômica, a uma situação econômica. O ideal sempre é aliar isso. [...] Então, o pensamento técnico, hoje, ele tá mais presente que a própria formação política, quando eu acho que deveria haver um equilíbrio.

Também provocado a refletir sobre os processos formativos dessas experiências no que se refere à dimensão sociopedagógica, E6⁸⁶ nos traz a seguinte contribuição:

Então, essa daí é a base, a base fundamental é:é... desse processo educativo, né?, em que as pessoas, nas comunidades, ao analisar a dificuldade de acesso à moeda, à renda, e analisar a pobreza da própria

85

⁸⁶Além de pesquisador na área de políticas públicas no Semiárido brasileiro, economia solidária, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento local e participação, o entrevistado atuou na Secretaria Nacional de economia solidária - SENAES (2003 - 2016) e, atualmente, é Professor Associado na UFRN.

comunidade... porque ali a renda sai, certo?, não circula, ela sai, entende?, ela entra e sai imediatamente. A partir dessa consciência; [...] de que ela tem que fazer alguma coisa, de que ninguém vai fazer pra ela [...] é um início de um processo educativo. E isso precisa de tempo. [...] Pra começar o banco, certo? Então, você tem essa, essa questão fundamental que é como a partir da mobilização social, da sensibilização das pessoas, da abordagem das pessoas que tão distantes da associação, da cooperativa, do grupo organizado, você precisa [...] construir uma base social na qual será construída ali o alicerce do banco. Isso é um processo fundamental. (E6, 2017)

Complementarmente, encontramos no relatório de execução do projeto essa observação quanto às dificuldades encontradas:

A formação de novos BCDs vem passando pela articulação com entidades locais de territórios que já apresentam um nível significativo de auto-organização comunitária, e que já experimentaram práticas associativistas e cooperativistas, de modo que o banco possa contribuir com o processo de desenvolvimento. No entanto, alguns desafios se apresentam com essa escolha: em geral esses territórios ativados socialmente apresentam dificuldades de inserir o BCD entre suas “bandeiras” prioritárias de trabalho. (BRASIL, 2010b, p. 25)

O segundo elemento relativo ao aspecto formativo que nos chamou a atenção, com base no apanhado de falas e nos registros documentais acima citados, diz respeito à fragilidade no processo de construção de uma consciência crítica emancipatória, em virtude da limitação dos processos formativos propostos pelo projeto e pautado nos encontros de formação, os quais priorizaram o entendimento do público alvo circunscrito à natureza das práticas empreendidas por estas formas de organizações no seu território e ao aperfeiçoamento das ferramentas de gestão dos BCDs.

No caso de Tabua, o processo de amadurecimento comunitário do qual nos falava E6 terminou, a nosso ver, por degenerar-se ainda mais com a transferência da agência para a sede do município de SMG, distanciando a comunidade do seu elemento indutor que seria o banco. Se não, vejamos algumas respostas dadas à indagação sobre como o(a) entrevistado(a) via a possibilidade futura da economia solidária tonar-se hegemônica na sociedade:

Você perguntou assim: se a ES tinha condição de se expandir, eu entendi assim, no Brasil, pra todo o mundo. E, aí, mas eu digo, assim, que vai envolver gente grande... tinha que ter uma lei... tinha que ter uma lei de se trabalhar sem veneno... a gente tá trabalhando na economia solidária. Só que lá na frente já [...] vai ter outros que não tão nesse plano... Pra fazer um Brasil solidário, só faz pelas leis. (E1, 2017)

Rapaz, essa parte aí já vai partir pá parte política, né? [...] porque, nessa... nesse sentido aí, de a associação ser os próprios, os próprios trabalhadores, e a associação ser mermo os gerenciador, aquela coisa, aí, vem o olho grande, né?, do político, da, da... do... porque o povo rico, eles num quer o desenvolvimento da classe pobre, né? (E2, 2017)

Isso, isso vem mais de uma questão midiática de, tipo, como a mídia trabalha essa questões da economia solidária. Porque o Brasil tá em crise, aí, a economia solidária, a economia criativa se sobressai. Mas isso é mais um poder, tipo, como isso é divulgado.... independente disso, já tem um grupo que já é autossustentável que se mantem só, sem precisar do capitalismo, sem precisar das mídias, sem... só se organizando em redes e associações. (E3, 2017)

Tais falas nos revelam, ainda que de forma elementar, duas perspectivas distintas acerca do futuro da economia solidária: uma que transfere o protagonismo da transformação social para a política e para o direito, encontradas nas falas de E1⁸⁷ e E2⁸⁸, relacionando, de forma totalmente subordinada e unilateral, a experiência à totalidade social, e outra que, num caminho contrário enxerga um protagonismo do movimento sem imbrica-lo a essa totalidade capitalista. A diferença se dá justamente pela falta de coerência, de identidade dos sujeitos, envolvidos nos diversos processos formativos.

Freire (1996), ao tratar da prática educativa libertadora, nos arrebatada com uma bela reflexão sobre o processo que ele vai denominar de assunção. Para um melhor entendimento do termo, ele nos traz o exemplo do processo de abandono da prática de fumar: para se deixar o vício pelo fumo é preciso que o fumante assuma o risco que aquela prática se-lhe-impõe. Mas não apenas isso, a assunção de que o processo de fumar pode matar somente se realiza quando a própria prática de deixar de fumar se materializa na vida do sujeito. E ele arremata:

Outro sentido mais radical tem a assunção ou assumir quando digo: Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. (FREIRE, 1996, p. 19)

⁸⁷ Grupo de 8 mulheres representantes da AMJP, moradoras da comunidade de Tabua, as quais, para além dos empreendimentos solidários da Associação, atuam, também, como empreendedoras individuais em atividades de produção, comércio e serviços como: artesanato, produtos de padaria (bolo, tortas, salgados), criação e venda de galinha e porco, produção de alimentos orgânicos para as feiras da região, serviços estéticos (cabelo, unhas e pele), comércio de bobonieres, etc.

⁸⁸ Empreendedor(a) individual beneficiário(a) dos serviços disponibilizado pelo BSG. (comércio de alimento)

Trazendo essa reflexão para a realidade educativa de Tabua por meio da experiência do BSG, a partir das falas acima de E1, E2 e E3⁸⁹ acerca do futuro da economia solidária, entendemos que a assunção da economia solidária enquanto uma prática identitária na realidade de Tabua ainda carece de um processo de práxis formativa que, se secundarizada continuamente pela perspectiva da gestão, acabará por degenerar a experiência.

Nesse sentido, a fala de E6⁹⁰ nos reafirma a necessidade de uma formação popular processual, numa práxis que, ao apontar para o futuro, não separa as dimensões aqui analisadas e nem tão pouco o protagonismo da experiência em relação às grandes narrativas históricas. Diz ele:

É claro que, quando as pessoas se envolvem em processos formativos, de análise da realidade, de análise do seu contexto, elas vão tomando consciência de que a sociedade tem suas desigualdades, tem suas divisões, tem os seus... tem, tem interesses que são diferenciados. E, nisso, pode chegar a se compreender que a sociedade tem uma grande divisão que é a divisão dos grandes grupos sociais de classe. Mas não é automático. Isso é uma mediação que, se não for feita, a luta local, comunitária, ela pode ficar restrita. (E6, 2017)

Conclusivamente, os dados quanti-qualitativos da dimensão sociopedagógica nos revelam um movimento do real no qual a educação crítica popular não é a grande força motriz do processo. As contradições reveladas por esse movimento, ao retirarem a primazia da construção de consciência crítica, retira dos sujeitos a autonomia e, portanto, a capacidade de análise, inclusive, no que diz respeito aos possíveis insucessos das experiências e políticas sociais públicas implantadas em sua comunidade. Essa realidade é, a nosso ver, ao mesmo tempo, causa e resultado das lutas de classes que se desenvolvem por dentro da formação social brasileira, revelando-nos um contexto de correlações de forças desfavoráveis aos interesses das classes populares.

⁸⁹ Representante da AMJP no CG do BSG desde sua implantação; nível médio completo; e, além de atuante liderança jovem na comunidade de Tabua, é também agente de crédito comunitário.

⁹⁰ Além de pesquisador na área de políticas públicas no Semiárido brasileiro, economia solidária, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento local e participação, o entrevistado atuou na Secretaria Nacional de economia solidária - SENAES (2003 - 2016) e, atualmente, é Professor Associado na UFRN.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo maior da presente dissertação foi trazer respostas que possam dar conta da pergunta que nos moveu desde o início desse empreendimento acadêmico, qual seja: como tem se articulado, desde sua implantação, os processos de autonomia e heteronomia do BSG, considerando as dimensões: econômico-política, técnico-institucional e sociopedagógica? Para tanto, nos desafiamos a realizar nas considerações finais uma exposição analítica, sumária, dos três capítulos que conformam esse relatório.

A primeira consideração que trazemos a baila ratifica a certeza de que a resposta a tal problema não poderia ser construída, se não, por meio do método que revelasse, a partir do movimento do real, a essência do fenômeno analisado. Partindo do princípio de que o movimento da dialética não só caracteriza o método, mas a própria realidade, asseveramos a importância da construção do inventário histórico acerca da gênese e do ressurgimento das práticas associativistas na contemporaneidade do sistema do capital, respectivamente, nas formas das corporações de ofício no século XII; do cooperativismo do século XIX; e da chamada economia solidária, a partir da segunda metade do século XX.

Tal inventário, ao identificar essas análogas⁹¹ experiências de estratégias associativistas dos oprimidos para o enfrentamento às formas históricas de produção⁹² da sociedade capitalista, desde sua fase embrionária (cooperação simples), passando pela fase madura (indústria), e chegando até a fase contemporânea (cooperação complexa), nos possibilitou um achado de pesquisa

⁹¹ Definimos essas estratégias como análogas e não idênticas, por entendermos haver especificidades não somente na forma, mas, também, no conteúdo dessas três experiências que precisam ser consideradas no tempo e no espaço de realização, sem, no entanto, retirar os elementos classistas de resistência que os unem.

⁹² Formas pelas quais a produção capitalista se organizou desde sua fase embrionária até a contemporaneidade, as quais se relacionam diretamente com as formas de existência dos diversos tipos de capitais. Ver mais em: Teixeira; Frederico (2008).

fundamental para a continuidade do processo, o qual se apresenta sob duas assertivas:

A primeira define que não só a função social da economia solidária, mas as dimensões a partir das quais nos encontramos com a realidade dessa experiência foram construídas tendo como elemento transversal os processos de lutas de classes em suas diversas formas. A segunda assertiva diz respeito justamente ao entendimento de que essas formas não se encerram nas experiências associativistas acima citadas, mas, juntamente com a luta sindical e as disputas por dentro do parlamento conformam, historicamente, um conjunto de ações de resistência e enfrentamento à expropriação realizada pelo capital sobre o trabalho, o que não nos parece estar sendo considerado por esses diversos sujeitos sociais na contemporaneidade.

Quanto à análise relativa à função social do empreendimento individual, do cooperativismo e da economia solidária, apontamos como próxima consideração o fato de que, longe de serem fenômenos isolados de ocupação laboral alternativo à crise de empregabilidade assalariada do capital, eles devem ser analisados, não só do ponto de vista das suas várias modalidades e contradições internas, mas, também, a partir dos processos reais de interação entre eles, enquanto fenômenos que se inserem e expressão a totalidade social, a partir das lutas de classes.

No caso de Tabua, os processos reais de interação se deram, por exemplo, na definição dos empreendimentos individuais como público alvo do plano de implantação do BSG, em detrimento dos empreendimentos solidários existentes - definição essa já prevista desde o projeto executivo básico. Essa realidade foi produzida a partir dos limites de financiamento do fundo de crédito, dados pela impossibilidade legal de apoio da SENAES a sua constituição, e a baixa capacidade contributiva dos sujeitos beneficiários como substitutos da SENAES nesse papel de financiador, o que já demonstra um claro desencontro entre os que produzem as leis e os que operacionalizam as políticas públicas no Brasil, considerando, inclusive, que, durante o período coberto pela pesquisa (2010-2015), o governo federal se apresentava numa perspectiva intervencionista e possuía relativa base no congresso para garantir as devidas adequações da lei às demandas operacionais para realização das polícias sociais públicas nessa área.

Essa estratégia demonstrou, a nosso ver, de um lado, a tentativa de reconhecer as iniciativas populares de empreendimento individual como um

elemento importante para o desenvolvimento local, mas, de outro, relativizou a ameaça de degeneração dos valores autogestionários para esse desenvolvimento, visto que, mesmo essas pequenas iniciativas de empreendedorismo individual, em nossa formação social, são informadas por uma lógica capitalista, o que traz implicação clara a sua função social.

Como consequência das circunstâncias acima, verificamos em contradição, a falta de interação mais orgânica entre a experiência do BSG e os demais empreendimentos solidários existentes, ou seja, o que deveria ser, a nosso ver, a primazia do processo, terminou por ser secundarizada. Analisando o projeto básico e as falas, a constatação mais racional é que, não obstante às dificuldades legais e materiais de financiamento, a sua construção é fundamentada por uma perspectiva de intervenção dentro da economia solidária que já considera como virtuosa apenas a articulação entre os BCDs e os empreendimentos individuais para o desenvolvimento local, o que nos parece um erro do ponto de vista das estratégias emancipatórias desse movimento, a não ser que reconheçamos que parte dos sujeitos que fazem a economia solidária, na verdade, não realiza um movimento de classe, anticapitalista.

Temos, então, a experiência do BSG imbricada com os diversos empreendimentos individuais existentes em Tabua, num contexto de efetivação de políticas sociais públicas voltadas ao enfrentamento do desemprego e da pobreza, a exemplo do programa Bolsa Família na assistência social. Estamos, na verdade, tratando de experiências que, em função da reestruturação produtiva com vistas à garantia da acumulação e reprodução capitalista contemporânea, se conformaram a partir das lutas de classes desenvolvidas por dentro e por fora do Estado brasileiro. Destarte, precisam essas experiências, em boa parte, do intervencionismo desse Estado para realizar-se enquanto potência para o desenvolvimento local. Assim, foi necessário considerarmos, não somente elementos locais, nacionais e internacionais para uma análise ampliada do fenômeno, mas, também, as intencionalidades dos grupos envolvidos cujas posições ajudaram a definir a natureza da política pública e sua função social.

Do ponto de vista local, a experiência do BSG em Tabua se insere na particularidade de um contexto de pobreza e baixa circulação de moeda capilarizado nacionalmente, num processo classista que se dá majoritariamente por dentro do Estado (desde 2003), por forças políticas que disputam os fundos públicos e o papel

intervencionista ou não desse Estado. Dessa forma, a tese de E6⁹³ relativa à questão do “tempo e do espaço” tratada no item 4.1 da presente dissertação torna-se chave para nossas considerações finais sobre a função social do fenômeno estudado, visto que nos revela a dualidade contraditória entre a submissão do êxito da experiência à primazia do mercado, quando se-lhe-impõe critérios infraestruturais e de capacidade de circulação da moeda para dinamização do empreendimento, como se estes fossem causa e não consequência do processo, ou então, em outra perspectiva, quando se-lhe-reconhece o necessário tempo de maturação, dada à relevância pública que enseja tal experiência no mencionado contexto.

Se considerarmos que a primeira hipótese é verdadeira, e que, em tese, um empreendimento como o BCD não pode ser implantado numa comunidade com baixa capacidade de circulação de moeda, o que vai identificar, em definitivo, a função social do banco é, na verdade, o peso do entendimento acerca da sua relevância pública para aquela comunidade, fato que será determinado pela correlação de forças nos planos locais e nacionais, construtora daquela política pública. Em outras palavras, a função social de um fenômeno social vai variar dialeticamente em função da correlação de forças que o produziu, implicando, assim, a sua relação com a totalidade social.

Já no plano internacional, a função social do BSG se expressa na contradição entre políticas restritivas de direitos que produzem pobreza e desigualdade social, capitaneadas pelo mercado capitalista, versus políticas sociais voltadas ao enfrentamento dessas sequelas da questão social, realizadas por organismos internacionais ligados aos Estados, a exemplo de iniciativas da ONU, como o Programa Alimentar Mundial (PAM) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), e, também, ao próprio mercado, caso das ações na área da educação encampadas pelas Fundações Ford e Kellogg.

Tais fenômenos não são, portanto, resultado apenas da ação unilateral da classe dominante ou suas frações e nem tão pouco da classe trabalhadora ou suas frações, mas expressam, a nosso juízo, uma determinada correlação de forças que emerge de um contexto mundial de crise de acumulação cuja consequência foi uma série de iniciativas do capital voltadas à recomposição de suas taxas de

⁹³ Além de pesquisador na área de políticas públicas no Semiárido brasileiro, economia solidária, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento local e participação, o entrevistado atuou na Secretaria Nacional de economia solidária - SENAES (2003 - 2016) e, atualmente, é Professor Associado na UFRN.

lucratividade. Se o fenômeno da precarização do trabalho não fosse transversalizado por interesses e posições históricas de lutas de classes, não teríamos essa, mas outra realidade do que agora chamamos de alternativas ao assalariamento. Me refiro às posições que se afastaram ou se aproximaram de uma solução de consenso.

O desafio posto é saber para que lado tem pesado o fio da balança dessas lutas de classes no que diz respeito ao fenômeno pesquisado. A nosso ver, a função social dos BCDs no Brasil, dado os elementos: documental e de falas encontrados na pesquisa, nos revelam uma condição de heteronomia e de adequação desse empreendimento à lógica do sistema.

Quanto à análise das condições autonômicas e heteronômicas do BSG, relativas às dimensões: econômico-política, técnico institucional e sociopedagógica de sua trajetória, de partida, afirmamos a total imbricação entre os dados relativos às três dimensões, o que pode ser constatado ao correlacionarmos as análises parciais realizadas sobre cada uma delas. Identificamos nesse processo uma linha de contradições produzida por um desequilíbrio real na correlação de forças que deu forma ao BSG, trazendo implicações a sua autonomia. Se não, vejamos:

Primeiramente, os limites de operacionalização (circulação de moeda e infraestrutura) do banco, definidos pela lógica da impermeabilidade, regente do sistema financeiro convencional, ao estabelecer que, abaixo desse limite, o empreendimento tornar-se-ia inviável, e acima dele, capturado pela lógica do sistema convencional, implicou na transferência da agência do BSG, inicialmente implantada em Tabua, para a sede do município de São Miguel do Gostoso, visto que a economia interna daquela comunidade não corresponderia aos critérios estabelecidos pela CEF para a implantação de um correspondente bancário. A nosso juízo, tal estratégia deixou clara a primazia da autoregulação em detrimento da relevância pública do empreendimento.

Em outras palavras, na correlação de forças estabelecida, venceu aquela perspectiva que orienta a existência dos empreendimentos a partir dos ditames eminentemente mercadológicos, ou seja, se não existe um nível mínimo de circulação de moeda estabelecido pelo banco convencional, necessário à implantação de um correspondente bancário, há que se buscar outro espaço que possibilite a realização do excedente, capaz de trazer alguma autonomia ao empreendimento. Consequentemente, perdeu a perspectiva que via no banco um

papel de relevância pública capaz de iniciar um processo de desenvolvimento local naquela comunidade cujo povo vive destituído de direitos básicos desde sua nascitura.

Na verdade, em ambas as circunstâncias (se pelo critério mercadológico ou se pelo critério da relevância pública), a experiência se caracteriza por uma heteronomia em relação às determinações do mercado ou do Estado, o que implica reconhecer que o fenômeno da heteronomia nem sempre deve ser considerado como um fator negativo ao processo de desenvolvimento local, a não ser que esse vá de encontro às possibilidades emancipatórias dos oprimidos.

Na esteira das dificuldades de operacionalização vencida pela lógica do mercado, o processo de institucionalização dos movimentos sociais e as limitações legais do convênio, não obstante aperfeiçoarem a gestão dos recursos públicos, ao desconsiderarem os limites das condições materiais e políticas dos sujeitos envolvidos, comprometeram a constituição adequada do fundo de crédito e, dessa forma, inviabilizaram o protagonismo dos empreendimentos solidários para o desenvolvimento local, além de transferir a primazia das ações “fim” para as ações “meio” do projeto.

Nesse último caso, estamos tratando de um aspecto fundamental relativo aos processos autonômicos e heteronômico da experiência, visto que, ao fim e ao cabo, essa questão tem a ver com a correlação de forças entre os que acham que o mais importante é a “gestão” fiscal do projeto e aqueles que pensam no “movimento”, gerador de consciência, como base de sustentação da intervenção social emancipatória. Ao fazermos a opção pela defesa da primazia do “movimento”, não estamos, com isso, desconsiderando o papel da gestão como meio importante para realização da política pública. Apenas achamos que ela não deve ser “a luz no fim do túnel”.

Por outro lado, também é verdade o crescimento do número de empreendedores individuais, como sugere a carteira de clientes do banco, o que trouxe algum tipo de benefício àquela comunidade no que diz respeito à ocupação laboral tão escassa nessas realidades cuja tônica são os processos migratórios para os centros urbanos maiores, justamente pela falta de oportunidades de inserção no mercado de trabalho.

E, por último, a priorização dada pelo projeto aos processos formativos voltados à natureza das práticas empreendidas pelos BCDs no seu território e ao

aperfeiçoamento das suas ferramentas de gestão retirou da educação crítica popular a função social estratégica de transformação dos sujeitos e de sua realidade, ou seja, de fortalecimento de sua autonomia, principalmente na capacidade de analisar as causas essenciais que levam ao êxito ou ao insucesso de uma determinada política social pública, como é o caso do BSG em Tabua. Essa foi, a nosso ver, a contradição mais importante encontrada na experiência pesquisada, pois retirou dela a centralidade do desenvolvimento de uma consciência crítica de seus beneficiários, capaz de movê-los em direção a uma autonomia de pensar e agir frente às determinações ideológicas do sistema hegemônico.

Assim, os limites de operacionalização do banco impostos pelo mercado, o processo de institucionalização dos movimentos sociais com suas limitações legais e a priorização dos processos formativos voltados à natureza das práticas empreendidas pelos BCDs no seu território e ao aperfeiçoamento das ferramentas de gestão dos BCDs nos revelam uma heteronomia no curso de implantação e desenvolvimento do BSG, com consequências negativas às condições emancipatórias dos que vivem naquela comunidade.

Consideramos que a causa de tais contradições reside, no caso do BSG, na orientação teórico-metodológica dada pela incubadora ITES na construção e operacionalização do projeto básico executivo o qual nos revela uma perspectiva voltada à adequação à dinâmica do capital, e que desconsidera o conflito ontológico classista dessa totalidade social. No entanto, o projeto é apenas expressão de uma perspectiva que, de alguma forma, foi absorvida pela orientação maior do governo de caráter intervencionista que ocupou o Estado brasileiro entre os anos 2011 e 2015 (período da pesquisa) dentro de um caldo de tendências que vem conformando a economia solidária no Brasil.

Por outro lado, entendemos que a crítica também deve ser feita aos movimentos sociais de orientação classista que não enxergam qualquer legitimidade nas experiências de economia solidária, e no seu potencial de construção de consciência crítica, como se o inimigo fossem os movimentos reformista e não o sistema do capital com a sua poderosa capacidade de cooptação. Parece-nos que essa é uma das maiores contradições da esquerda ortodoxa brasileira, a qual nos associamos, sem perdermos de vista um dos seus fundamentos que é a visão crítica da vida.

Asseveramos que foram as escolhas política dos que conformam os movimentos sociais da economia solidária, representativos que são da classe trabalhadora, de resistir fazendo a luta por dentro das experiências e por dentro do Estado que a conformou do jeito que está hoje. Se essa estratégia foi a melhor escolha feita, só o tempo histórico vai dizer, mas, data venia aos que pensam de maneira diferente, o nosso entendimento é que o processo degenerativo de experiências como a de Tabua se fundam não só na resistência da ordem, dada a vinculação da forma Estado à forma economia, mas, também, na heterogeneidade de conformação da economia solidária no Brasil, a qual termina por fragilizar e desequilibrar a correlação de forças entre o capital e o trabalho.

Esse processo ocorre quando se busca realizar políticas públicas norteadas por correntes dentro da economia solidária que se vêem como um movimento autônomo, desvinculado da economia real e acima da totalidade social. São aqueles movimentos que Mészáros (2011) vai chamar “movimentos de questão única” cujo discurso crítico ao sistema do capital não aponta saídas para além deste.

De qualquer forma, não restam dúvidas de que, se a função social de um fenômeno como o BSG está imbricada com as lutas de classes que transversalizam a totalidade social de existência desse fenômeno, a heterogeneidade e as contradições internas nos movimentos afetos ao trabalho (revolucionários e não-revolucionários) terminaram por fragilizar as conquistas do caso em tela.

Consideramos, por fim, que o recorte de pesquisa dado a uma experiência como a do BSG e a resposta ao problema inicialmente levantado não pode, em função das (im)possibilidades temporais de um mestrado, identificar todas as múltiplas determinações de constituição do fenômeno dentro do movimento do real. Restam, portanto, lacunas importantes a serem aprofundadas como o entendimento acerca das contradições internas, em nível nacional e até internacional, desse movimento que pode e deve sim ser analisado de forma crítica dentro da academia, menos, invisibilizado.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, S. H. Hudson de. **Presidencialismo de Coalizão: o Dilema Institucional Brasileiro**. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro. vol. 31, n. 1, 1988. Disponível em: <<https://politica3unifesp.files.wordpress.com/2013/01/74783229-presidencialismo-de-coalizao-sergio-abranches.pdf>>. Acesso em: 22 jun.2017.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaios sobre as metamorfoses e a Centralidade do mundo do trabalho. 15ª Edição. São Paulo: Cortez, 2011.

ASSOCIAÇÃO DE TRABALHADORES EM EMPRESAS DE AUTOGESTÃO. **Gerenciamento de Informações**. São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://cirandas.net/profile/anteag>>. Acesso em: 07 jun. 2017.

ASSOCIAÇÃO DE APOIO ÀS COMUNIDADES DO CAMPO DO RIO GRANDE DO NORTE. **Inauguração da filial do Banco Solidário e do espaço de comercialização do Núcleo da Rede Xique-Xique em São Miguel do Gostoso**. São Miguel do Gostoso, 2015. Disponível em: <<http://www.aaccrn.org.br/noticias-interna.php?n=82979>>. Acesso em: 30 out. 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim Responsabilidade Social e Ambiental do Sistema Financeiro**. 2008. p. 3-29. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/boletimrsa/BOLRSA200804.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

BARBOSA, Rosângela. N. de C. **A economia solidária como Política Pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.

BARBOSA, Rosângela. N. de C. O lugar da economia solidária na Nova Gestão da Pobreza e do Trabalho. In: **A intersectorialidade na agenda das políticas sociais**. MONNERAT, G. Lavinias (org. et al). São Paulo: Papel Social, 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2010.

BITTENCOURT, Gilson A. Sistema CRESOL de Cooperativas de Crédito Rural: uma experiência de economia solidária entre os agricultores familiares, IN: SINGER, Paul.; SOUZA, André R. de (orgs). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

BRAGA, Ruy. **A política do Precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo; USP, 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008**. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, nº 8.213, de 24 de julho de 1991, nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp128.htm>. Acesso em: 20 abr. 2016.

BRASIL. (Constituição). **Constituição Federal**: art. 5º, inciso XVIII. Texto compilado até a Emenda Constitucional nº 96 de 2017. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html/ConstituicaoTextoAtualizado_EC96.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 12.690, de 19 de julho de 2012**. Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACOOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12690.htm>. Acesso em: 20 abri. 2016.

BRASIL. Presidência Da República. **Lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Brasília, 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5764.htm>. Acesso em: 20 abri. 2016.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999**. Dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais, visando à integração social dos cidadãos, conforme especifica. Brasília, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9867.htm>. Acesso em: 22 maio 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017**. Altera dispositivos da Lei no 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13429.htm>. Acesso em 24 abr. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução Nº 466**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2016.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Sistema de Convênios. **Convênio nº 749331**. Projeto Básico Rede Nordeste de Bancos Comunitários de Desenvolvimento. Brasília, 2010a. Disponível em:

<<https://www.convenios.gov.br/siconv/ManterProjetoBasico/MantendoProjetoBasicoVOLTAR.do>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Sistema de Convênios. **Convênio nº 749331**. Relatório de Execução de Convênio, Brasília, 2010b. Disponível em:

<<https://www.convenios.gov.br/siconv/prestacaocontas/ManterPrestacaoConta/mantCumprimentoObjeto.jsf>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Economia Solidária. **1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019)**: para Promover o Direito de Produzir e Viver de Forma Associativa e Sustentável. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.unisolbrasil.org.br/2015/wp-content/uploads/2015/06/plano_nacional_de_ecosol_12062015_com_capa.pdf>. Acesso em: 05 maio 2017.

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social**: uma crônica do salário. 8 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FARIA, Maurício Sardá de; DAGNINO Renato; NOVAES, Henrique T.. Do fetichismo da organização e da tecnologia ao mimetismo tecnológico: os labirintos das fábricas recuperadas. **Revista Katálises**. Florianópolis, v. 11, nº 1, p. 123-131, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802008000100012&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 30 jun. 2017.

DUBEUX, Ana. O Papel das universidades na construção da economia solidária no Brasil. **Revista Proposta**. av.31, nº 111, p. 3-14, jan/mar 2007. Disponível em: <https://issuu.com/ongfase/docs/proposta_111_final>. Acesso em: 08 jan. 2015.

DUPAS, Gilberto. **Economia Global e Exclusão Social**: pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

Entrevistado 1. **Grupo focal aplicado a representantes da AMJP por Emanuel Nazareno Cadó**, em 06 de fevereiro de 2017. Tabua/São Miguel do Gostoso/RN, 2017.

Entrevistado 2. **Entrevista concedida a Emanuel Nazareno Cadó**, em 10 de fevereiro de 2017. Tabua/São Miguel do Gostoso/RN, 2017.

Entrevistado 3. **Entrevista concedida a Emanuel Nazareno Cadó**, em 10 de fevereiro de 2017. Tabua/São Miguel do Gostoso/RN, 2017.

Entrevistado 4. **Entrevista concedida a Emanuel Nazareno Cadó**, em 14 de fevereiro de 2017. Natal/RN, 2017

Entrevistado 5. **Entrevista concedida a Emanuel Nazareno Cadó**, em 17 de fevereiro de 2017. Natal/RN, 2017

Entrevistado 6. **Entrevista concedida a Emanuel Nazareno Cadó**, em 21 de fevereiro de 2017. Natal/RN, 2017

ENGELS, F.. **Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico**. 9ª Ed. São Paulo: Global Editora, 1988.

FATORELLI, Maria Lúcia. A dívida Pública em Debate. **Caderno de Estudos**. Brasília: INOVE, 2012.

FERRARINI, Adriane V.. Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável: uma metodologia para políticas e programas de superação da pobreza. **Revista Interações**. v. 13, n. 2, p. 233-241, jul./dez, 2012.

FRANÇA FILHO, Genauto C. de; LAVILLE, Jean L. **A economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

FREIRE, Marusa V.. **Moedas Sociais**: contributo em prol de um marco legal. 2011. 374 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <
http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9485/1/2011_MarusaVasconcelosFreire.pdf
>. Acesso em: 23 nov. 2016.

FREIRE, P.. **Pedagogia do Oprimido**. 56 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

Freire, P.. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA. **Plano Estratégico Nacional de Fé e Alegria Brasil: 2011-2015**. São Paulo: Edições Loyola, 2010 p.13.

GRAMEEN BANK. **About Us**. 2017. Disponível em: < <http://www.grameen-bank.net/about-us/>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

HARDT, Michael; NEGRI, Antônio. **Império**. 8 ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. 3 Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. 2 Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HOBBSHAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. 16^o ed.. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

IAMAMOTO, Marilda V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. - 3 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

INSTITUTO PALMAS. **Termo de Referência dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento**. Ceará, 2007. Disponível em: <http://www.institutobancopalmas.org/wp-content/uploads/termo_de_referencia_dos_bancos_comunitarios.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2017.

INSTITUTO PALMAS. **Rede Brasileira de Bancos Comunitários**. Disponível em: <<http://www.institutobancopalmas.org/relacao-de-bancos-associados-a-rede-de-bancos-comunitarios/>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

LÊNIN, Vladimir I. **Obras escolhidas**. Lisboa: Edições Avante, 1977. Tomo I.

LÊNIN, Vladimir I. The Immediate Task of the Soviet Government. In: **Lenin's Collected Works**. 4. Th. Moscow: Progress Publishers, 1972. V. 27. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1918/mar/x03.htm>>. Acesso em: jul. 2017.

LIMA, Jacob C. **As Artimanhas da Flexibilização: o trabalho terceirizado em cooperativas de produção**. São Paulo: Terceira Margem, 2002.

LUKÁCS, György. **Para uma Ontologia do Ser Social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Ômega, [19__?], V. I (p. 318-319).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã (Feuerbach)**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da Economia Política. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

MARX, Karl. **Miséria da Filosofia: Resposta à Filosofia da Miséria do Sr. Proudhon**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.

MASCARO, Alisson L. **Estado e a Forma Política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. Das crises cíclicas à crise estrutural, In: MÉSZÁROS, Istvan. **Atualidade histórica da ofensiva socialista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição / István Mézszáros; tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. - 1.ed. revista. - São Paulo: Boitempo, 2011.

MINAYO, Maria C. de S. Trabalho de Campo: teoria, estratégias e técnicas, In. MINAYO, Maria C. de S.. **O Desafio do Conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2006.

NAVARRO, Vicente. Produção e Estado de bem-estar: contexto político das reformas. **Revista Lua Nova**, nº 28 e 29 São Paulo, 1993. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451993000100007>> Acesso em: 20 maio 2017.

NEVES, Maria. L. W. (Org.). **Direita para o social e esquerda para o capital**: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil. São Paulo: Xamã, 2010.

OLIVEIRA, Rosângela. A. de. **Universidade e economia solidária**: um diálogo necessário. Natal: EDUFERN, 2012.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**: a origem de nossa época. 2ª ed.. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

PRATES, Jane. A Pesquisa social a partir do paradigma dialético-crítico: do projeto à análise do dado. **Revista Temporalis**. nº 7. Porto Alegre, janeiro de 2010.

REDE XIQUE-XIQUE. **Banco Solidário Gostoso**. Disponível em: <<http://redexiquexique.blogspot.com.br/2013/01/primeiro-banco-comunitario-do-Estado-do.html>>. Acesso em: 22 jan. 2015.

SANTOS, Luciane L. dos. Os Clubes de Troca na economia solidária: Por um modelo crítico e emancipatório de consumo. In. **Economia Solidária**: questões teóricas e epistemológicas. Hespanha, P. e Dos Santos, A. M (org.). Coimbra: Almedina, 2011.

SANTOS, Boaventura de S. A Reinvenção Solidária e Participativa do Estado. IN: Pereira, L. C. Bresser (Org.). **Sociedade e Estado em Transformação**. São Paulo: UNESP, 2001. p. 13.

SANTOS, Boaventura de S; RODRIGUES, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. IN: SANTOS, B. S. (org.). **Produzir para Viver**: Os Caminhos da Produção Não Capitalista. 2 Ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários**. Disponível em:

<<http://cadsol.mte.gov.br/inter/cadsol/view/empreendimento/geral/main.seam?cid=280>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

SINGER, Paul. **Introdução à economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. **A Construção da economia solidária como Alternativa ao Capitalismo**. 1º Seminário Nacional de Entidades Parceiras da economia solidária. 2012. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/textos-paul-singer.htm>>. Acesso em 12 de janeiro de 2015.

SINGER, Paul. A Recente Ressureição da economia solidária no Brasil. In. SANTOS, Boaventura. S. (org.). **Produzir para Viver: Os Caminhos da Produção Não Capitalista**. 2 Ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

THIOLLENT, Michel. **Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária**. 5 ed.. São Paulo: Polis, 1987.

VAZQUEZ, A. S.. **Filosofia da Práxis**. 4 Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

WEBER, Marx. **A Ética Protestante e o espírito do Capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WELLEN, Henrique. **Para a Crítica da “economia solidária”**. São Paulo: Outras Expressões. 2012.

APÊNDICES

QUADRO 1 - DESCRIÇÃO/LOCAL/CRONOLOGIA DAS ENTREVISTAS

ENTREVISTADO	DESCRIÇÃO	LOCAL	DATA	TEMPO DA ENTREVISTA
E1	Grupo de 8 mulheres representantes da AMJP, moradoras da comunidade de Tabua, as quais, para além dos empreendimentos solidários da Associação, atuam, também, como empreendedoras individuais em atividades de produção, comércio e serviços como: artesanato, produtos de padaria (bolo, tortas, salgados), criação e venda de galinha e porco, produção de alimentos orgânicos para as feiras da região, serviços estéticos (cabelo, unhas e pele), comércio de bobonieres, etc.	Tabua/São Miguel do Gostoso/RN	06/02/17	01 hora e 24 minutos.
E2	Empreendedor(a) individual beneficiário(a) dos serviços disponibilizado pelo BSG. (comércio de alimento)	Tabua/São Miguel do Gostoso/RN	10/02/17	55 minutos
E3	Representante da AMJP no CG do BSG desde sua implantação; nível médio completo; e, além de atuante liderança jovem na comunidade de Tabua, é também agente de crédito comunitário.	Tabua/São Miguel do Gostoso/RN	10/02/17	50 minutos
E4	Técnico da AACC que acompanhou todo o processo de implantação do BSG; graduado em Agronomia pela UFERSA.	Natal/RN	14/02/17	02 horas e 31 minutos.
E5	Técnico da ITES que atuou na função de agente de crédito durante todo o processo de implantação do BSG; graduado em Administração pela UFBA; especialista em MBA em Marketing estratégico pela Faculdade Ruy Barbosa; mestre em Administração pela UFBA; e, atualmente, é professor do IF, Campus Macau/RN.	Natal/RN	17/02/17	42 minutos
E6	Além de pesquisador na área de políticas públicas no Semiárido brasileiro, economia solidária, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento local e participação, o entrevistado atuou na Secretaria Nacional de economia solidária - SENAES (2003 - 2016) e, atualmente, é Professor Associado na UFRN.	Natal/RN	21/02/17	03 horas e 41 minutos

QUADRO 2 - CONVENÇÃO DE TRANSCRIÇÕES

CATEGORIAS	SINAIS
Pausas e silêncios	(+)
Truncamento brusco	/
Alongamento de vogal	::
Indicação de transição parcial	...
Indicação de eliminação	/.../
Junção de frases separadas de um mesmo texto que completa uma ideia	[...]
Ratifica o sentido da palavra anterior	()

APÊNDICE B

A ECONOMIA SOLIDÁRIA E OS BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO: A EXPERIÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO

ROTEIRO PARA GRUPO FOCAL - GRUPO DA AMJP

1. DADOS DA ENTREVISTA:

- 1.1. N° de participantes: _____
- 1.2. Data ____/____/____
- 1.3. Hora-início: _____
- 1.4. Hora-término: _____
-
-

2. DIMENSÃO POLÍTICO-ECONÔMICA

- 2.1. Como a ideia de banco comunitário chegou até vocês?
- 2.2. Como vocês realizavam a produção da AMJP antes do BSG? Na forma de autogestão ou como empreendedores individuais reunidos em grupo?
- 2.3. Antes do BSG, vocês já haviam participado de algum programa de apoio financeiro à produção de vocês, via algum outro banco, governo, ONG, etc.?
- 2.4. Antes da experiência com o BSG, de que maneira vocês reivindicavam a solução dos problemas da AMJP junto à prefeitura, lideranças, igreja, INCRA, ONGs? De forma coletiva ou individualizada?
- 2.5. Além das atividades na AMJP, vocês tinham outra profissão, á época?
- 2.6. O BSG trouxe alguma mudança no processo de produção da AMJP? Se sim, como isso ocorre? Se não, por que vocês acham que não ocorre?
(estou me referindo ao crédito e à assessoria, tanto na produção quanto na distribuição)
- 2.7. A parceria com o BSG tem possibilitado uma maior autonomia (sustentabilidade) econômica da AMJP? Se sim, como isso ocorre? Se não, por que vocês acham que não ocorre?

- 2.8. Como vocês entendem o papel da economia solidária no contexto atual de desemprego local? E o papel tanto do BSG quanto da AMJP no enfrentamento dessa situação dentro da comunidade?
- 2.9. Algum de vocês desenvolve, atualmente, outra atividade profissional, além das atividades na AMJP?
- 2.10. A implantação do banco trouxe mudança na forma como vocês buscam resolver politicamente os problemas da AMJP. Ou seja, vocês já conseguem realizar suas reivindicações junto ao Estado ou a qualquer outro ente sem precisar de um intermediário de fora da AMJP? Se sim, como isso ocorre? Se não, por que vocês acham que não ocorre? Vocês chegaram a receber formação para esse fim?
- 2.11. Enquanto associados, o que vocês pensam da possibilidade do BSG passar a funcionar também como correspondente bancário? Se sim ou se não, por quê? Em que isso seria interessante para a AMJP?
- 2.12. Vocês acham que o BSG deveria substituir totalmente os bancos convencionais no papel de alimentador do desenvolvimento dessa comunidade e da própria AMJP? Se sim ou se não, por quê?
- 2.13. Como vocês da AMJP avaliam a possibilidade de finalização do apoio do Estado (do governo) ao BSG?
- 2.14. Mesmo sem o apoio do Governo, vocês acham possível a continuidade do BSG como referencial e parceiro na mobilização de recursos e nas lutas políticas (reivindicatórias) realizadas pela AMJP? Se sim ou se não, por quê?

3. DIMENSÃO TÉCNICO-INSTITUCIONAL

- 3.1. Como vocês da AMJP se organizavam do ponto de vista institucional? Vocês eram legalizados há época? Como vocês se constituíram?
- 3.2. Se não eram legalizados, isso atrapalhava a participação de vocês em algum evento (feiras, eventos culturais)? Se sim, o fato de serem legalizados ajudou vocês em algum momento?
- 3.3. Do ponto de vista da organização interna (fluxo de caixa, controle de produção e venda) da AMJP, uma pessoa cuidava da gestão administrativa ou todos se envolviam nessa gestão?

- 3.4. Atualmente, o fato de estarem legalizados enquanto associação (ter CNPJ) tem ajudado no processo de distribuição da produção? (Estamos nos referindo a possibilidade de participação da AMJP em eventos como feiras, eventos culturais, etc.)
- 3.5. Durante ou após a implantação do BSG, vocês ou representante(s) de vocês recebeu qualquer tipo de formação voltada para a gestão da AMJP? Se sim, o que aprenderam de uma maneira geral?
- 3.6. Do ponto de vista da organização interna (fluxo de caixa, controle de produção e venda) da AMJP, como funciona atualmente a gestão administrativa? Quem faz essa gestão e como ela é feita?
- 3.7. Do ponto de vista da organização interna (fluxo de caixa, controle de produção e de venda) da AMJP, como pensam que deve funcionar a gestão administrativa? Ela pode melhorar? Em que sentido?

4. DIMENSÃO SOCIOPEDAGÓGICA

- 4.1. Vocês já tinham alguma familiaridade com o tema economia solidária e/ou finança solidária antes do BSG?
- 4.2. Se sim, em que oportunidade ocorreu essa aproximação com o tema?
- 4.3. Se não, no primeiro momento lhes causou estranheza e/ou descrença a possibilidade de participar de uma experiência de autogestão democrática?
- 4.4. Vocês participaram ou ainda participam de algum processo formativo relativo à economia solidária de uma forma mais geral?
- 4.5. Se sim, vocês entendem o papel da economia solidária no contexto atual? Esse aprendizado de alguma forma mudou a sua maneira de enxergar o mundo e a relação entre pobres e ricos?
- 4.6. Se não, como se sentem tendo em sua comunidade uma experiência de autogestão ou gestão democrática como a do BSG, diferente da forma convencional como se geriu uma empresa?
- 4.7. Como vocês entendem o papel da economia solidária no futuro das suas vidas? E o papel tanto do BSG quanto da AMJP no desenvolvimento dessa comunidade?

4.8. Ampliando um pouco mais a visão, vocês acreditam que um dia a economia solidária pode vir a se espalhar por todo o mundo, substituindo a forma de se produzir e distribuir as coisas na sociedade? Ou não, ela é apenas uma experiência alternativa para quem está desempregado, fora do mercado formal de trabalho? Vocês já pensaram sobre isso ou alguém já propôs que fizessem isso?

4.9. Com base no acumulado de conhecimento de vocês sobre o mundo do trabalho e suas experiências de vida, como vocês reagiriam se, hoje, lhes fossem oferecidas três oportunidades: um trabalho com carteira assinada e todas as garantias trabalhistas (férias, 13^o, FGTS, etc.); uma experiência de trabalho coletivo por meio da constituição de uma cooperativa fundada nos ideais da economia solidária em que todos pudessem participar, igualmente, das perdas e dos ganhos desse empreendimento; ou, ainda, um apoio para que abrissem uma atividade de empreendedor individual e fossem disputar o mercado empresarial? Justifique.

ANEXOS

Folha de Identificação do Pesquisador

Nome do Pesquisador Responsável:	Emanoel Nazareno Cadó		
Instituição Proponente:	UFRN		
Unidade da Instituição:	CCSA		
Formação Profissional:	Sociólogo		
Maior Titulação:	Graduação		
Link do Currículo Lattes, se possuir:	http://lattes.cnpq.br/5734406059330771		
Título da Pesquisa:	A economia solidária e os bancos comunitários de desenvolvimento: a experiência de São Miguel do Gostoso		
Finalidade da Pesquisa:	<input type="checkbox"/> TCC/Monografia - Graduação <input type="checkbox"/> TCC/Monografia – Especialização, Residência, etc. <input checked="" type="checkbox"/> Mestrado <input type="checkbox"/> Doutorado <input type="checkbox"/> Outro tipo		
Irá executar alguma parte da pesquisa fora de sua Unidade da Instituição Proponente? Onde?	Sim. No Município de São Miguel do Gostoso/RN		
Demais Pesquisadores envolvidos na Pesquisa*:			
Nome	Formação	Titulação	Instituição

**AMJP - ASSOCIAÇÃO DE MULHERES, JOVENS E PRODUTORES DE TABUA
RUA PRINCIPAL, Nº 15, POVOADO DE TABUA - CEP 59.585.000
SÃO MIGUEL DO GOSTOSO/RN - CNPJ: 04.443.857.0001-37**

CARTA DE ANUÊNCIA

Por ter sido informado, verbalmente e por escrito, sobre os objetivos e a metodologia da pesquisa, intitulada “**A economia solidária e os bancos comunitários de desenvolvimento: a experiência de São Miguel do Gostoso**”, coordenada pelo discente Emanuel Nazareno Cadó, concordo em autorizar a realização de duas (02) entrevista e levantamento documental nesta instituição que represento, para fins de contribuir com os objetivos da pesquisa mencionada.

Esta autorização está condicionada à aprovação prévia da pesquisa acima citada por um Comitê de Ética em Pesquisa e ao cumprimento das determinações éticas propostas na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde – CNS.

O descumprimento desses condicionamentos assegura-me o direito de retirar minha anuência a qualquer momento da pesquisa.

São Miguel do Gostoso, ___/___/___.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

CEP HUOL - Av. Nilo Peçanha,620, 1º Andar do Prédio Administrativo ç Espaço João Machado, Petrópolis, Natal/RN - Telefone (84) 3342-5003 - E-mail: cep_huol@yahoo.com.br

Título do Projeto: “A ECONOMIA SOLIDÁRIA E OS BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO: A EXPERIÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO”.

Pesquisador(a): Emanuel Nazareno Cadó - Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRN

OBJETIVO

Esta pesquisa tem como objetivo geral: analisar a articulação entre os processos de autonomia e heteronomia na trajetória do Banco Solidário do Gostoso, com base nas dimensões político-econômica, técnico-institucional e sociopedagógica dessa experiência.

DA OBSERVAÇÃO E DAS ENTREVISTAS

A pesquisa envolverá as perguntas feitas acerca dos processos de autonomia e heteronomia na trajetória da experiência do Banco Solidário do Gostoso, instituído na Comunidade de Tabua, Município de São Miguel do Gostoso, no período que vai de 2011 (apresentação do Projeto em reunião do Fórum de Participação Popular nas Políticas Públicas de São Miguel do Gostoso – FOPP) até o ano de 2015.

SOBRE OS RISCOS

Registramos que a realização desta pesquisa apresenta riscos mínimos, tais como: o de constrangimento em responder alguma questão, e/ou de desconforto no que se refere ao lugar de realização da entrevista, e/ou de receio pela divulgação do conteúdo da mesma, ferindo, assim, questões éticas.

Nesse sentido, na perspectiva da redução desses riscos, caso o(a) entrevistado(a) se sinta constrangido por qualquer pergunta realizada durante a entrevista que fira a sua integridade moral, a mesma poderá ser imediatamente interrompida por esse entrevistado(a), sendo assegurada ao mesmo a autonomia de descontinuar tal entrevista e retirar o seu consentimento, a qualquer momento e sem qualquer prejuízo.

Acrescente-se a isso que a escolha do ambiente onde as entrevistas serão realizadas prezarão pelo conforto e a segurança, garantindo, assim, a máxima privacidade do entrevistado durante a entrevista e estabelecendo uma relação de confiança e respeito entre entrevistador e entrevistado(a).

Além do mais, as informações obtidas de cada participante serão consideradas totalmente confidenciais e somente poderão ser usadas de forma geral, voltadas a propósitos científicos, sem que, de maneira alguma, seja exposta a privacidade individual desses entrevistados(as).

Dessa maneira, será constante a preocupação em estabelecer a interação, os vínculos e um ambiente de confiança no qual o entrevistador esclarecerá os objetivos do estudo, a relevância da participação do entrevistado e a importância da pesquisa.

Não obstante a assinatura do TCLE formalizar a autorização para a realização da pesquisa e, embora se busque o mínimo de riscos à integridade físico-psíquica dos sujeitos ou ao patrimônio físico-financeiro da instituição, o pesquisador se compromete a ressarcir e/ou indenizar quaisquer prejuízo, caso solicitada e desde que devidamente comprovado.

SOBRE OS BENEFÍCIOS

No que se refere aos benefícios, a pesquisa objetiva ampliar o universo informacional dos usuários e gestores acerca da experiência do BSG; contribuindo, assim, para o fortalecimento das ações alternativas ao enfrentamento da pobreza e do desemprego, e, principalmente, na perspectiva de constituir iniciativas emancipatórias desse grupo de beneficiários, com extensão à toda a classe trabalhadora.

CONFIDENCIALIDADE DO ESTUDO

O registro da participação neste estudo será mantido em sigilo. Será garantida a confidencialidade na coleta, tabulação e análise dos resultados. Somente o pesquisador e a orientadora da pesquisa terão acesso às informações referentes à identidade dos/as entrevistados/as, sendo resguardados os nomes e as instituições em que trabalham em quaisquer publicações resultantes dessa pesquisa.

PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA

Toda participação é voluntária. Não há penalidade para alguém que decida não participar deste estudo, tampouco para o caso do/a entrevistado/a decidir desistir em qualquer momento da entrevista.

PERGUNTAS

Estimulamos que os pesquisados façam perguntas a respeito desta pesquisa. Caso haja alguma pergunta, deve contatar o pesquisador: Emanuel Nazareno Cadó, emanoelcado2005@yahoo.com.br. Informamos, ainda, ao participante que, surgindo qualquer dúvida sobre a ética desta pesquisa, ele deverá ligar para o Comitê de Ética em pesquisa do Hospital Universitário Onofre Lopes. Telefone: 3342-5003. Email: cep_huol@yahoo.com.br. Endereço: Av. Nilo Peçanha, 620 – Petrópolis – CEP 59.012-300, Nata/RN.

CONSENTIMENTO DO/A ENTREVISTADO/A PARA PARTICIPAÇÃO

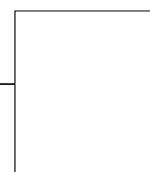
Estou de acordo com a minha participação na pesquisa acima explicada. Fui devidamente esclarecido/a quanto aos objetivos da mesma e sobre a entrevista a qual serei submetido/a, assim como, ficarei de posse de uma das vias do TCLE.

Foi garantido o meu direito a qualquer esclarecimento solicitado durante o desenvolvimento da pesquisa, assim como o direito de desistir da participação em qualquer momento, sem que a desistência implique em qualquer prejuízo para a minha pessoa.

A minha participação na pesquisa não implicará em custos ou prejuízos adicionais, sejam esses custos ou prejuízos de caráter econômico, social, psicológico ou moral, sendo garantido o anonimato e o sigilo dos dados referentes à minha identificação, se eu assim o quiser.

Nome do entrevistado (letra de forma):

Assinatura do/a entrevistado/a:



Impressão
datiloscópica do
participante

DECLARAÇÃO DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

Como pesquisador responsável pelo estudo “A Economia Solidária e os Bancos Comunitários de Desenvolvimento: A Experiência de São Miguel do Gostoso”, declaro que assumo a inteira responsabilidade de cumprir fielmente os procedimentos metodologicamente e direitos que foram esclarecidos e assegurados ao participante desse estudo, assim como manter sigilo e confidencialidade sobre a identidade do mesmo.

Declaro ainda estar ciente que na inobservância do compromisso ora assumido estarei infringindo as normas e diretrizes propostas pela Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde – CNS, que regulamenta as pesquisas envolvendo o ser humano.

_____, _____ de _____ de
2016.

Assinatura do/a pesquisador:
